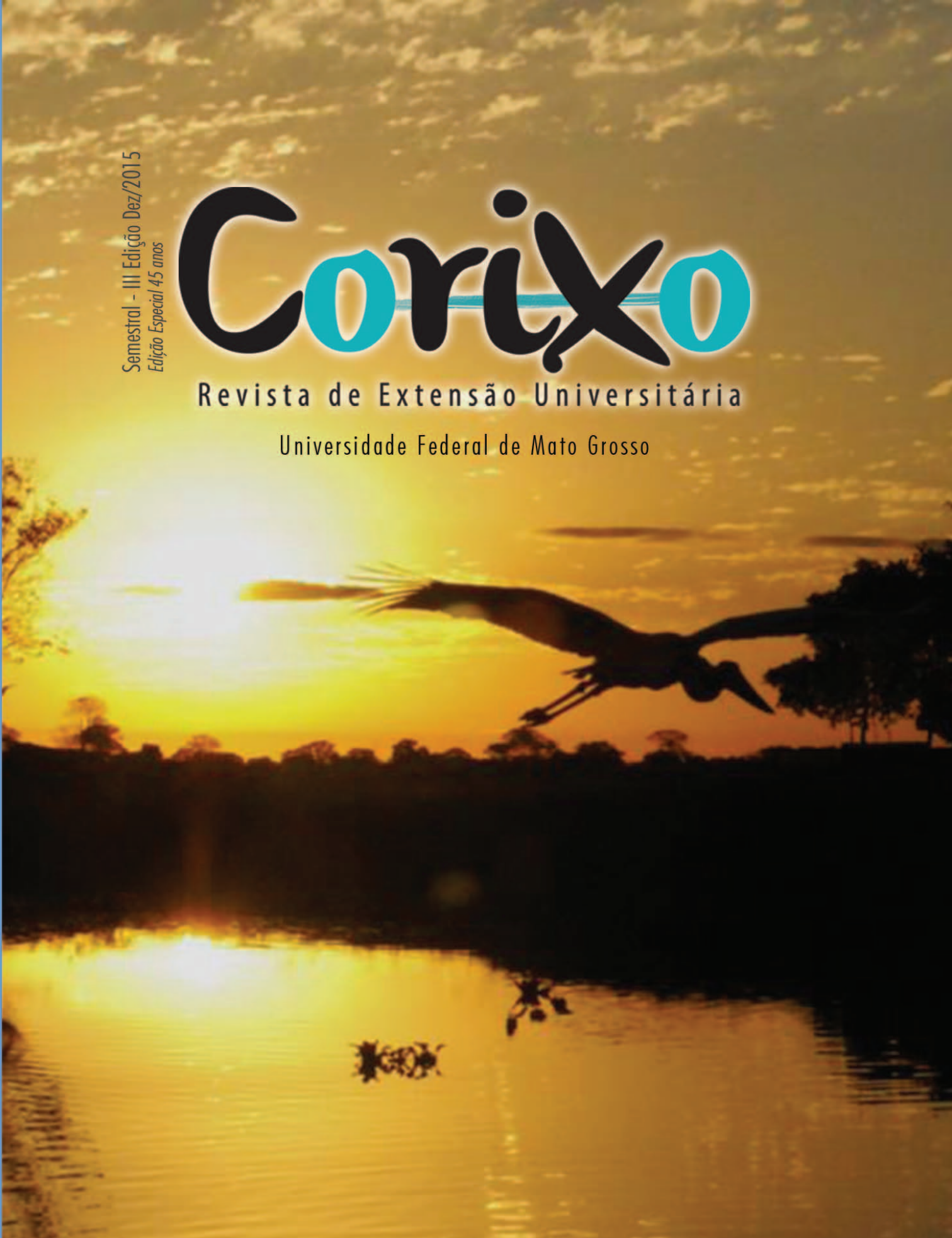


Semestral - III Edição Dez/2015
Edição Especial 45 anos

Corixo

Revista de Extensão Universitária

Universidade Federal de Mato Grosso



Extensão: estratégia inclusiva de uma formação alienante

A Revista de Extensão da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT denominada *Corixo* – traz no seu 3º número *Edição Especial*, em razão dos 45 anos da nossa universidade. Por essa razão, ainda que de forma breve, tentaremos recuperar a trajetória da extensão, desde a criação da UFMT até os dias atuaisⁱ.

Vinculada à Vice Reitoria Acadêmica até 1988, quando foi transformada em Pró Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PROACE, trouxe como primeira direção política: “extensão: compromisso com todo Mato Grosso, interiorizando os benefícios”. À época, sob responsabilidade do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC, tinha por objetivo “promover a integração da comunidade rural com a Universidade, através da prestação dos mais diversos serviços, nos quais universitários e professores unem seus esforços em prol de uma meta comum”.

Identifica-se na afirmação do Vice Reitor Acadêmico - Benedito Pedro Dorileo (1975), que a extensão era atividade básica da UFMT, uma vez que “pretende-se uma Universidade flexível, moderna, a Universidade laboratório. É natural que haja os arrepios, até que se entenda o legítimo papel da Universidade hodierna, que deixou de ser convento para ser arena da Comunidade. A sua participação no contexto social é uma realidade”.

Seguindo essa premissa a UFMT acolheu o Projeto Rondon e dele participou desde a fundação até sua suspensão em 1989, buscando “integrar, ocupar e desenvolver as comunidades que habitavam o território amazônico brasileiro, em especial, assim como outras regiões até certo ponto desconhecidas e carentes do país”.

Visando o seu aperfeiçoamento e tendo como direção as orientações do Fórum Nacional de Pró Reitores de Extensão – FORPROEX, a extensão passa a ser vinculada a Pró Reitoria de Vivência Acadêmica e Estudantil – PROVIVAS, a partir do ano de 2000.

Ao adotar uma política de articulação intra e interinstitucional para a extensão, de modo a estabelecer uma vivência acadêmica e social dinâmica e produtiva - a partir da missão maior da Universidade -, qual seja: produzir e socializar conhecimento através da interlocução permanente com as forças vivas da sociedade, a UFMT amplia sua concepção.

A compreensão da extensão enquanto processo educativo-cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza uma ação transformadora da sociedade, tem priorizado ações que envolvem propostas de trabalho interdisciplinar tendo por base os seguintes eixos temáticos: cultura, educação, meio ambiente, direitos humanos, saúde, tecnologia, comunicação e trabalho.

Desde 2008, após mais uma reestruturação acadêmico-administrativa, a extensão está vinculada a Pró Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência – PROCEV e é considerada como a atividade acadêmica que articula o ensino e a pesquisa e viabiliza a relação entre universidade e sociedade, tendo sua política sintonizada com o Plano Nacional de Extensão.

Abrindo trilhas, construindo espaços, dissipando incertezas, névoas e mal estar acadêmicos... a extensão segue. A sua condição institucional? *Estratégia inclusiva de uma formação alienante*. Os artigos aqui contidos revelam o seu lugar. E, conforme prevê a Constituição Brasileira: Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Vera Lúcia Bertoline
Coordenação de Extensão
Pro Reitoria Cultura Extensão e Vivência

i | Recuperar essa trajetória só foi possível através do trabalho organizado pela Profª Drª Elizabeth Madureira Siqueira e pelos servidores Administrativos Nileide Souza Dourado e Roberto Silva Ribeiro que, em comemoração aos 40 anos da UFMT produziram e disponibilizaram o CD Rom Universidade Federal de Mato Grosso: 40 anos (1970 - 2010).



Corixo

Revista de Extensão Universitária

COMITÊ EDITORIAL DA REVISTA CORIXO

Alcindo José Rosa	Coordenação de Extensão / Campus Universitário de Rondonópolis - UFMT
Anna Maria Penalva Mancini	Coordenação de Extensão / Campus Universitário do Araguaia - UFMT
Antônio de Pádua Finazzi	FAET - Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia DENE - Departamento de Engenharia Elétrica
Benedito Dielcio Moreira	Faculdade de Comunicação e Artes - UFMT
Camila da Silva Turini	Coordenação de Extensão Campus Sinop - UFMT
Cláudia Graziano Paes de Barros	Programa é Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem - UFMT
Izabel Solyszko Gomes	Universidad Externado de Colombia
Marcio de Andrade Batista	Instituto Ciências Exatas e da Terra Campus Barra do Garças - UFMT
Mariana Peres Lima Chaves e Carvalho	Faculdade de Engenharia Ambiental - UFMT
Marluce Aparecida Souza e Silva	Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Departamento de Serviço Social
Neudson Johnson Martinho	Faculdade de Medicina - UFMT
Nileide Souza Dourado	NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional / IGHD - Instituto de Geografia, História e Documentação - UFMT
Paulo Augusto Ramalho de Souza	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Departamento de Administração - UFMT
Vera Lúcia Bertoline	Coordenação de Extensão - UFMT

SUMÁRIO



ARTIGOS

- A NECESSIDADE HISTÓRICA E URGENTE DA APLICAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO** ...04
Armando Wilson Tafner Junior, Jonas Benevides Correia, Alexandre Magno Melo de Faria e Alexandre Rodrigues Ribeiro
- AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE LIBERDADE ASSISTIDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS (PATRONATO) NA COMARCA DE IRATI-PR** ...14
Jussara Isabel Stockmanns, Erléia Rossa e Natana Ferreira
- CENTRO DE EQUOTERAPIA DA UFMT** ...26
Lisiane Pereira de Jesus
- IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES ARBÓREAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TRILHA INTERPRETATIVA NO PARQUE FLORESTAL DE SINOP – MT** ...37
Emanoeli Borges Monteiro e Juliano de Paulo dos Santos
- EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA LICENCIATURA: AS RELAÇÕES DE (TRANS)FORMAÇÃO** ...54
Wanderleya Nara Gonçalves Costa
- INSERÇÃO TECNOLÓGICA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA E ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO** ...65
Fabrício Parra Santilio, Roberto Perillo Barbosa Silva, Paulo Marcos Ferreira Andrade e Laurita Genésio De Almeida Mendes
- CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MATERNO-INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT** ...76
Cláudia Moreira de Lima, Sibely dos Santos e Jefferson Tennessee da Silva Vicente
- PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE COLOMBO** ...83
Priscila Célia Giacomassi e Eduard Henry Lui
- “O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: ESTUDOS DE CASES REALIZADOS PELA UFMT JUNTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS E ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO MATO GROSSO, APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS GERAIS ALCANÇADOS”** ...92
Márcio de Andrade Batista
- AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR MEIO DA CAPACITAÇÃO EM GÊNERO DE ESTUDANTES, EDUCADORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E DO EMPODERAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE SÃO SEBASTIÃO/DF** ...101
Letícia Erica Gonçalves Ribeiro
- MEDICINA NA COMUNIDADE** ...111
Pâmela Alegranci, Álvaro Ranieri Moreira Costa e Andreza Layane Ribeiro Batista
- FORMAÇÃO DOCENTE COMO PROJETO DE EXTENSÃO: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL, POR MEIO DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS, PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA -PR** ...121
Aline Renée Benigno dos Santos E Adriana Ferreira Gama
- CINECLUBE RONCADOR - FORTALECENDO O PROTAGONISMO XAVANTE ATRAVÉS DE NARRATIVAS AUDIOVISUAIS** ...133
Gilson Moraes da Costa, Kariny Ellen Oliveira Rocha e Alanna Priscila Alves



A NECESSIDADE HISTÓRICA E URGENTE DA APLICAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO

La Necesidad Histórica y Urgente de Proyectos de Extensión en el Estado de Mato Grosso

Armando Wilson Tafner Junior

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Docente da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: armando-wilson@hotmail.com.

Jonas Benevides Correia

Economista (UFMT), Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jbaydee@gmail.com.

Alexandre Magno Melo de Faria

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Docente da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: dr.melofaria@gmail.com.

Alexandro Rodrigues Ribeiro

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Docente da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: ivalex_6@hotmail.com.

RESUMO

A pobreza, a exclusão social, o desemprego e a crescente desigualdade social em Mato Grosso derivam de processos históricos que são reproduzidos atualmente, altamente influenciados pela globalização. Os países em desenvolvimento sofrem com a exploração dos países desenvolvidos, e, apesar de se apoderarem do excedente, apresentam índices sociais alarmantes. A elite regional mato-grossense obedece ao sistema, trazendo para dentro do estado a reprodução dessa nova ordem mundial. Esse nicho social pode e deve ser ocupado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), que utilizando a prerrogativa da extensão, pode fazer acontecer a mudança local, melhorando as condições de vida dos que mais necessitam, mudando a mentalidade da população e desamarrando as articulações nocivas com o passado, que insistem em impedir o desenvolvimento regional. *Palavras-chave:* UFMT; desenvolvimento local; políticas públicas.

RESUMEN

La pobreza, la exclusión social, el desempleo y la creciente desigualdad social en Mato Grosso se derivan de los procesos históricos que aun actualmente se reproducen, siendo muy influenciado por la globalización. Los países en desarrollo sufren de la explotación de los países desarrollados, que a pesar de aprovechar los excedentes presentan índices sociales alarmantes. La élite regional de Mato Grosso obedece al sistema y acepta la introducción de este nuevo orden mundial. Este nicho social puede y debe ser ocupado por la Universidad Federal de Mato Grosso, que utilizando la extensión como prerrogativa puede suceder una mejora de

las condiciones de vida de los más necesitados y un cambio de la mentalidad de la población, desatando articulaciones nocivos del pasado que evitan el desarrollo regional.

Palabras-clave: UFMT; desarrollo local; políticas públicas.

Introdução

A globalização impôs grandes transformações em escala mundial à população. Houve quebras de paradigmas nas esferas econômica, social e ambiental, gerando problemas em relação ao estabelecimento de novos costumes perante a ordem mundial, pois as mudanças, até então sem precedentes, não tiveram a preparação necessária para a sua implementação.

As novas demandas geradas pelo processo de globalização fazem com que a ciência e a tecnologia sejam protagonistas perante o estabelecimento das novas relações sociais que resultaram na aceleração e na mudança constante do equilíbrio de mercado, por meio da lei de oferta e demanda (SAY, 1986). Novas formas de produção foram substituindo as antigas com grande velocidade, aumentando a produção, tanto qualitativamente quanto quantitativamente, o que acaba por aumentar a demanda. Ainda que se note que o avanço da ciência e da tecnologia seja rápido, este se mostra insuficiente para melhorar o bem-estar nos países em desenvolvimento. Philip Saint Marc (1996) mostra que a qualidade de vida nos países desenvolvidos também não está condizente com o seu progresso econômico, pois o monetarismo, materialismo e o ultraliberalismo, acabam alimentando o *tradeoff* clássico da Ciência Econômica “eficiência vs. equidade”, o que aumenta as atitudes de fuga, como o consumo de drogas lícitas e ilícitas, e conseqüentemente a violência, a agressividade e a criminalidade. Em um tempo em que se desenham novos cenários econômicos, o estabelecimento de novas relações de trabalho, totalmente diferentes das que já existiram, observamos que os países desenvolvidos não conseguem repassar à população, todas essas transformações, não alcançando a melhoria do bem-estar de seus habitantes, pelo contrário, os índices de violência, suicídio e o desenvolvimento de patologias psicológicas aumentam na maioria desses países.

O modo de produção atual, o capitalismo concorrencial, foi oriundo da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra na metade do século XVIII. As grandes transformações apareceram já na segunda década do século XIX, as quais alguns autores denominam de 2ª Revolução Industrial. Esses autores discorrem o beneficiamento de matérias-primas, com o surgimento do aço derivado do ferro, a utilização de derivados de petróleo e alertam para a concentração da produção, e devido a esse fator, alguns outros autores definem essa época como Imperialismo.

As mudanças foram aceleradas na 3ª Revolução Industrial, que se iniciou após a Segunda Guerra Mundial com o estabelecimento da Guerra Fria. Vultosos investimentos foram feitos, tanto por países capitalistas quanto pelos países socialistas. Esses investimentos formaram as bases para o avanço tecnológico pós Guerra Fria. As corporações transnacionais se tornaram o símbolo da economia global. Há uma necessidade recorrente de mão-de-obra nas metrópoles e megalópoles que se formaram em várias partes do globo. A zona rural acaba perdendo mão-de-obra para a zona urbana. As cidades passaram a ser o ambiente da maior parcela da população mundial no início do século XXI.

O estado Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, abrange três ecossistemas distintos – Amazônia, Cerrado e Pantanal – e apresenta características geográficas, climáticas e ambientais singulares, sendo a única região no planeta que possui com exclusividade

territórios de transição² entre os biomas mencionados. Mato Grosso também tem sofrido com os reflexos das transformações socioeconômicas ocasionadas pela globalização. As novas relações sociais interferem principalmente no que tange à cultura da população local e ao meio ambiente. Os avanços tecnológicos na região mato-grossense passaram a agregar o valor dos recursos naturais dos três ecossistemas, explorando-os economicamente e os repassando à ordem ditada pela globalização.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo abordar os aspectos históricos referentes ao desenvolvimento do estado de Mato Grosso e demonstrar a função e a influência que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) deveria desempenhar na implementação de um destino promissor para a população deste estado.

Os alunos que têm acesso à UFMT (não só atualmente, mas ao longo da história da instituição), assim como em outras universidades públicas do Brasil, provêm da elite. Em um estado periférico como Mato Grosso, essa vertente se agrava devido ao fato de que essa elite é regional e exerce influência direta, em maior ou menor grau, no desenvolvimento do estado. São membros da elite mato-grossense os governantes e políticos, fazendeiros, empresários e também os intelectuais, que podem estar compondo as outras classes mencionadas.

São esses atores que passam a pensar o desenvolvimento do estado e, dessa forma, reproduzem os seus interesses, e por não comporem a maioria da população, atendem a uma pequena parcela desta com suas ações/omissões. Tratam apenas de questões estritamente econômicas, o que contribui para o surgimento de conflitos sociais e para o aumento da degradação ambiental. Para que ocorra uma mudança significativa, é necessário que a elite mato-grossense amplie os seus horizontes no que concerne à análise das questões sociais, econômicas e sociais camponesas. Uma vez que a elite está inserida na UFMT, cabe aos seus docentes provocar essa transformação, já que a universidade tem a confiança da população e um alto grau de autonomia perante aos governos estadual e federal.

O início dessa transformação dos padrões econômicos dominantes deve partir da UFMT, principal órgão público formador da elite local, sendo que os seus gestores e professores representam as engrenagens dessa mudança. Sem a percepção de que são os agentes principais que podem provocar a mutação social, a reprodução dos velhos costumes continuará, ainda que o seu discurso seja heterodoxo.

O Reflexo da Formação Cultural Mato-grossense na Atuação de nossos Comandantes

História e desenvolvimento forma um elo. É pelo primeiro quesito que se explica o segundo. A formação socioeconômica de Mato Grosso tem que ser compreendida de modo que sejam pontuadas as suas singularidades, pois são os fatos históricos que permeiam a formação cultural e que refletem no presente as ações de nossos comandantes. O nosso presente e o nosso futuro sempre serão consequências do nosso passado (HOLANDA, 1997).

A ocupação europeia do estado de Mato Grosso iniciou com as empreitadas bandeirantes, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (2008). Esse processo de colonização diferiu de todas as outras regiões do Brasil. Em Mato Grosso, prevaleceu a atitude aventureira dos bandeirantes que buscavam novas terras e metais preciosos para obter um maior poder de acumulação. No início, essas empreitadas eram de caráter particular, mas, posteriormente, com a descoberta do ouro, as viagens foram financiadas pela Coroa Portuguesa. Foi devido a esse último fator que deu

início a formação da elite mato-grossense, a qual explorava a mão de obra escrava formada por indígenas e mamelucos, colocando-se em uma posição superior. A Igreja Católica tentou aliciar os indígenas, o que gerou conflitos com a elite local em formação. Embora tanto a elite quanto a Igreja Católica fossem aliados da Coroa Portuguesa, esta foi omissa diante dessa questão, favorecendo os interesses da elite a qual financiava, e por meio da exploração da mão de obra escrava que esta última executava, a primeira angariava recursos financeiros, aumentando a arrecadação.

Portanto, o processo de colonização de Mato Grosso não ocorreu de forma planejada, mas sim por meio de um incentivo da Coroa que objetivava a exploração da terra e, por conseguinte, a extração de ouro. Foram os bandeirantes, navegando pelos rios Coxipó e Cuiabá, os primeiros não-índios a chegarem às novas terras. Desse modo, foram eles que se apoderaram, posteriormente, do apoio português, estreitando os laços entre os novos ocupantes e a Coroa Portuguesa.

Esses apontamentos demonstram questões particulares do estado de Mato Grosso, tais como a não implementação ou uma busca de um dinamismo econômico, como ocorreu no Nordeste com a cana-de-açúcar, no Sudeste com o café e no Norte, onde havia a predominância extrativista de produtos oriundos da floresta (drogas do sertão) em um primeiro momento e o cultivo da borracha em seguida. Mesmo no momento de pico econômico da Economia Mineira, a província de Mato Grosso era uma fomentadora do dinamismo que ocorria no Sudeste, principalmente nas então províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, onde estava instalado a circulação de capital.

O atual cenário econômico de Mato Grosso, direcionado à exportação para os grandes centros nacionais e internacionais (como fora na Economia Mineira, atendendo aos estados do Sudeste e à metrópole portuguesa) e as especificidades histórico-culturais nos mostram o pensamento e os motivos das ações da elite local, relatando a ligação umbilical com a história regional. Para que haja mudanças conjunturais no estado de Mato Grosso, é essencial que elos nocivos com a formação socioeconômica, que insistem em permanecer na sociedade atual, sejam rompidos, visando à formulação de políticas públicas para todos os habitantes da região e não somente para alguns.

As Políticas Públicas Regionais

Quando os bandeirantes vieram para o Mato Grosso não estavam preocupados em fixar residência na região (somente com o incentivo da Coroa Portuguesa, os bandeirantes aderiram à ideia de permanecer na região, como dissemos anteriormente). Seu interesse primeiro se voltava a explorar as potencialidades econômicas que as novas terras apresentavam, acumulando metal/capital poderiam ter melhor qualidade de vida em sua região de origem. Tal fato corrobora a ideia de que a forma colonização de Mato Grosso foi única.

Atualmente esse é o retrato, não por acaso, da sociedade atual no Mato Grosso: fazendeiros, madeireiros e empresários têm suas origens em outras regiões do país, são aventureiros denominados de bandeirantes modernos (PÓVOAS, 1996; SILVA, 2008). Juntando-se a esses capitalistas, igualmente vêm para a região comerciantes e profissionais liberais, com o fim de explorar a demanda interna até acumularem o suficiente para voltar à sua terra natal.

O Estado Nacional, durante o governo imperial e a República Velha, esteve ausente em Mato Grosso, salvo raras exceções. A província de Mato Grosso, no período pós Economia Mineira, estava fora do eixo econômico nacional até 1870 quando passa a fornecer carne bovina

salgada, poaia, borracha e erva-mate para a região Sudeste e para a exportação.

Quando ocorreu o golpe militar de 1930, que colocou Getúlio Vargas na presidência do Brasil, as ações políticas de integração do mercado entre as décadas de 1930 e 1950, derivadas do novo planejamento do governo federal, diminuíram o grau de isolamento de Mato Grosso perante o centro econômico do país. A busca pela consolidação da colonização mato-grossense veio com as políticas expansionistas em direção ao Oeste brasileiro. O estado passou a financiar a expansão da fronteira agropecuária.

Foi no período da Segunda Guerra Mundial que se esboçou alguma atuação do governo federal em Mato Grosso e, ainda assim, as políticas implementadas não foram diretamente direcionadas à região. O exemplo maior de implementação dessas políticas foi o Acordo de Washington, que tinha como um de seus objetivos suprir a demanda por borracha dos países aliados, retomando a extração do látex na Amazônia; o estado de Mato Grosso acabou por ser contemplado com subsídios para extração e cultivo de seringueira. Devido a esse acordo, foi criado o Banco da Borracha, atual Banco da Amazônia (BASA), e com isso a região de Mato Grosso foi indiretamente beneficiada (OLIVEIRA, 2003).

Na década de 1950 deu-se início na região um crescimento econômico significativo. O centro, comandado por São Paulo, demandava produtos e mão de obra da periferia. O governo federal intensificava as políticas públicas de integração do mercado. O crescimento econômico do Oeste teve – como símbolo do que era definido como progresso pelos comandantes nacionais da época, – a construção das rodovias Belém-Brasília e a Cuiabá-Porto Velho, inauguradas em 1960.

A partir da década de 1960, o avanço econômico de Mato Grosso se resumiu à política de ocupação financiada pela ditadura militar que comandava o governo federal. Políticas de incentivos fiscais que buscavam atrair capitais nacionais e internacionais para investir em projetos agropecuários eram aprovadas por meio da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Ainda havia programas rurais de colonização dirigida que demandavam uma estrutura mínima para que os colonos pudessem sobreviver, e assim, houve aberturas de estradas, implementação de meios de comunicação e energia elétrica.

As políticas públicas de ocupação implementadas pela ditadura militar em Mato Grosso atenderam às necessidades dos grandes capitalistas. Ainda que Mato Grosso tivesse uma elite regional formada, essas políticas foram direcionadas aos capitalistas do Centro-Sul, sendo a maioria formada por paulistas. O governo federal conseguiu integrar Mato Grosso ao centro econômico do Brasil, definindo a função desse estado como fornecedor de insumos – o que de fato se perpetua até os dias de hoje –, determinando o fardo que a região teria que carregar, sendo explorada pelo centro econômico nacional.

As ações políticas da ditadura militar em Mato Grosso favoreceram a acumulação dos grandes capitalistas. Os lucros que alcançaram foram à custa dos cofres públicos. Os incentivos relativos à ocupação de Mato Grosso, pouco contribuíram para o desenvolvimento do estado, até mesmo se esta análise for feita de acordo com os pressupostos da Ciência Econômica. Poucos resultados positivos foram legados à região, e que não justificaram a quantidade monetária dispendida pelo governo federal a quem já possuía vultosas quantidades de capital acumuladas.

Dessa forma, o estado de Mato Grosso foi inserido no mercado nacional. Seria fornecedor de matérias-primas e importador de produtos industrializados. Muito semelhante ao Processo Colonial da Economia Mineira. A diferença era que antes o exclusivo metropolitano era repassado a Portugal e espalhado pela Europa, atualmente o destino é São Paulo e os Estados Unidos da América.

O reflexo dessa política é evidenciado na atual conjuntura mato-grossense. O capital chegou antes da população que imigrou para a região em busca de uma melhor qualidade de vida, e arrasou terras, expropriou camponeses, exterminou grupos étnicos, gerando um êxodo para a zona urbana, gerando novos conflitos.

Assim como a história de Mato Grosso, os conflitos sociais são singulares. A partir das duas últimas décadas do século XX, garimpeiros retornaram à região e entraram em conflito com fazendeiros e indígenas. Entre os dois últimos, já se havia instalado conflitos que acabaram por desarticular populações tradicionais.

Camponeses sem terra passaram a servir como fantoches políticos quando recebem uma pequena porção de terra repassada de um latifúndio improdutivo pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). . e começam a combater indígenas, garimpeiros e até mesmo outros camponeses – aos quais se definem como marginais porque não possuem uma porção de terra – situação que os camponeses, agora proprietários, outrora se encontravam.

Mato Grosso passou a ser um estado de conflitos generalizados entre diversas classes e grupos sociais como indígenas, garimpeiros, agricultores, pecuaristas, camponeses, sem-terra, onde ninguém é aliado de ninguém e todos lutam contra todos. Formou-se no estado um quadro de exclusão social, em que os serviços públicos não conseguem atender a população, nem em quantidade, nem em qualidade. Esse quadro agrava a situação de desemprego, já que as ofertas de emprego são poucas, abrindo margem para o trabalho escravo. Como vemos, as relações sociais em Mato Grosso não favorecem a igualdade, não gerando estímulo algum à democracia.

A Elite Regional e o Desenvolvimento Mato-grossense

As políticas de incentivo fiscal direcionadas principalmente aos paulistas não obtiveram resultados produtivos. Esse mecanismo, mesmo se fosse exclusivamente utilizado pela elite regional, não faria muita diferença quanto aos resultados. Talvez até fossem piores e estaríamos atualmente em situação ainda mais desfavorável. A elite regional está atrelada aos interesses do capital nacional e internacional e serviria somente como um intermediário das ações políticas federais, que repassam os incentivos fiscais diretamente à fonte do capital, pois se este apoio fosse colocado em poder dos capitais presentes na região antes de chegar aos grandes capitalistas, o “pedágio” certamente seria maior.

Os membros da elite regional mato-grossense, que se afirmam ocupando cargos políticos no legislativo, judiciário e também nas universidades locais, reproduzem os interesses dominantes da elite nacional com um padrão de civilidade exploratório, antidemocrático, promovendo a desigualdade, não atendendo aos interesses coletivos da população de Mato Grosso.

Vê-se que a miséria (tão maquiada nos meios de comunicação), a degradação ambiental, a exclusão social, seguida de baixa prosperidade econômica para a maioria da população mato-grossense, são derivadas das atitudes perversas e predatórias dos grandes empresários nacionais e do governo federal em conjunto com as elites regionais e com o governo local, atrasando o desenvolvimento do estado e promovendo o bem-estar para poucos.

Um símbolo que marca essa característica no estado de Mato Grosso são as grandes propriedades agropecuárias, que se beneficiam com a baixa fiscalização do governo. (tal procedimento pode ser entendido devido ao fato de que os ocupantes dos cargos públicos são os maiores proprietários de latifúndio no estado). Desse modo, a baixa fiscalização favorece a gestão aos moldes coronelistas e paternalistas, desarticulando qualquer forma de relação social

consistente. Outro fator se refere às grandes distâncias que se percorre entre – e até mesmo dentro – os latifúndios para que se chegue a algum lugar em que não haja boi ou soja.

Para que isso seja rompido, lideranças locais comprometidas com a justiça social têm que ser afloradas. O aumento do capital social em Mato Grosso não pode ser derivado somente do aumento da capacidade que alimenta o capital humano. Há necessidade de promoverem relações sociais em que os próprios atores que sofrem as consequências da articulação entre as elites regionais e nacionais possam ter forças socioeconômicas para resolver os seus problemas sem dependerem do sistema público, que privilegia poucos, desfavorecendo muitos.

Como o nível de capital social em Mato Grosso é muito baixo, é necessário que se criem ferramentas que promovam e provoquem a conscientização popular. De fato, torna-se difícil aplicar essa ação atingindo a todos de uma só vez, mas aplicando-a em comunidades, por menores que sejam, poderá haver uma mudança em seu entorno, e dessa forma, as bases do “progresso”, desenvolvido pela elite, que é alicerçado na exploração de mão de obra e na degradação ambiental, serão afetadas, fazendo com que a sociedade local participe da vida pública.

Certamente haverá dificuldades para que essas lideranças atuem de forma veemente perante a sociedade, principalmente no que concerne ao pensamento individualista que ainda permeia a mentalidade da maioria da população regional. Essa transformação não ocorrerá em um curto prazo. Há que se elaborar uma estratégia para longo prazo, para que a ideia seja implementada de forma sustentável. Para exercer essa função é que a Universidade Federal de Mato Grosso se torna fundamental. É essa a função social da UFMT. É por meio dessa instituição pública, em que a sociedade deposita tamanha confiança, que pode haver uma reestruturação social, econômica, ambiental e principalmente cultural, em Mato Grosso.

Somente com essas atitudes as relações de poder entre as elites regionais e nacionais, iniciadas com a chegada dos bandeirantes em Mato Grosso e continuada pelos “bandeirantes modernos” a partir de 1960, seriam rompidas, gerando uma autonomia no processo de desenvolvimento regional no estado de Mato Grosso, diminuindo o atraso, a exclusão social e a pobreza. A atuação da UFMT teria que servir para buscar a melhoria nas condições de vida da população mato-grossense, pois os resultados, derivados das antigas relações de poder que foram estabelecidas ao longo da história de Mato Grosso, foram negativos, marginalizando não só as populações tradicionais estabelecidas na região a milênios, como também os imigrantes de outras regiões do Brasil que vieram trabalhar nas terras mato-grossenses.

Esses predicados geraram malefícios: um inexpressivo capital humano e social, e uma situação econômica precária para a maioria da população regional, o que fez com que prevalecessem as autarquias e governos estaduais e municipais que reproduziram as mesmas relações históricas caracterizadas ao longo deste trabalho.

A Função da Universidade Federal do Mato Grosso perante a Sociedade Regional

O desenvolvimento das relações de poder em Mato Grosso existentes ao longo da ocupação do estado, que resultou no cenário anteriormente esboçado, aponta para as universidades mato-grossenses, onde há a concentração de capital social e humano e, principalmente, um alto grau de autonomia, como a formuladora de novos conceitos e estratégias para que os velhos costumes de dominação não sejam mais reproduzidos, propondo o começo de uma nova ordem histórica. A UFMT, a mais importante instituição de ensino superior do estado, surge como o principal órgão público que pode ser atuante nesse nicho social.

O maior obstáculo para que isso ocorra poderia ser a tradição academicista existente na UFMT que compete ao distanciamento da vida acadêmica com a sociedade. Há que se implementar uma nova forma de relação e negociação com o poder público e econômico regional e, para que isso de fato aconteça, é necessário mudar décadas de pensamento retrógrado, transformando a mentalidade da instituição e dos atores que fazem parte da comunidade universitária.

O atual governo federal vem intensificando a implementação de políticas sociais, aumentando, mesmo que minimamente, o grau de dignidade da classe mais baixa do Brasil. Nesse contexto, o desenvolvimento local vem ganhando importância na construção da cidadania (KRONENBERGER, 2011). Porém, as políticas até agora realizadas não fornecem autonomia às famílias.

Os municípios de Mato Grosso – e do Brasil em geral – mostram realidades distintas, não só economicamente como culturalmente. Os imigrantes que se destinaram a Mato Grosso, vindos de toda a parte do país, promoveram colonização com características próprias, o que necessitaria, para que houvesse sucesso das políticas sociais, de planejamentos específicos para cada município, e até mesmo, em sendo um município de grande extensão territorial, que houvesse políticas específicas para as diferentes regiões do mesmo município.

A UFMT foi criada, segundo o seu regimento, com objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão e este último integrante dessa tríade pode contemplar todas as questões colocadas até aqui. Mas a maioria da população mato-grossense não tem a qualificação necessária nem recursos financeiros suficientes para financiarem os custos de um exercício de extensão, e o governo federal, submetido ao sistema neoliberal que impera na globalização, tem os cofres públicos vazios, fazendo com que os recursos destinados à educação pública de ensino superior (infelizmente essa colocação se estende a todos os níveis de ensino da educação brasileira) se tornem cada vez mais escassos.

Esses podem ser os maiores obstáculos para que a atividade de extensão seja expandida para todo o estado do Mato Grosso. A possibilidade de tornar essa necessidade viável é o mapeamento das potencialidades de cada região, município ou distrito existente no estado, buscando o desenvolvimento local que seja sustentável, proporcionando autonomia produtiva e financeira à população. Posteriormente, há que se cobrar dos administradores da universidade, o apoio logístico para viabilizar esse levantamento que pode ser elaborado em conjunto com discentes e docentes.

Devido ao processo de coleta de dados, tanto qualitativos quanto quantitativos, a probabilidade de preparar um projeto de excelência, que transforme a sociedade local, torna-se maior, assim como as chances de financiamentos que podem ser patrocinados não só pelo poder público, mas também por empresas particulares, que acabam sendo mais exigentes na execução dos projetos e também são mais comprometidas com a busca por resultados positivos.

Para combater os custos altos, além da elaboração de bons projetos que proporcionem uma diminuição nesse quesito, as universidades localizadas no estado, tanto públicas quanto particulares têm que promover uma articulação entre estas instituições – lideradas pela UFMT a principal Universidade de Mato Grosso – e posteriormente uma articulação destas com o poder público e a elite regional. Somando essa articulação com a participação da sociedade civil nas elaborações do projeto de extensão, fazendo com que todos possam se confrontar e refletir sobre o desenvolvimento local, certamente haverá a criação de mecanismos que melhorem as condições de vida da população mato-grossense com autonomia (BANDEIRA, 1999).

A extensão surge como instrumento para que sejam rompidas as influências existentes na formulação de políticas públicas desenvolvimentistas e a elite mato-grossense, pois proporcionaria capital humano e social à população que têm necessidades extremas.

Conclusões

As condições sociais precárias em que se encontra o estado de Mato Grosso é resultado de sua história, onde a elite regional sempre esteve diretamente ligada com o poder público nacional, reproduzindo os seus interesses de ordem econômica.

O sistema universitário em Mato Grosso, no qual se inclui a UFMT, encontra-se impotente para romper as formas de reprodução desenvolvimentistas tradicionais devido à fragmentação de seus departamentos, que se fazem cada vez mais distantes uns dos outros por meio de pesquisas limitadas pelo conhecimento de apenas uma ciência. Há que ser elaborada pelos gestores da universidade a integração dos departamentos e dos *campi* que compõem a UFMT fazendo com que discentes e docentes saibam ao menos o que os outros estejam pesquisando e que essas pesquisas sejam todas voltadas para o benefício da sociedade.

A situação presente de Mato Grosso é um reflexo de seu passado. O futuro do estado vai ser um reflexo do presente. Se a modificação de atitude e pensamento não ocorrer agora, o futuro não será transformado. Se a UFMT não mudar o seu comportamento e a mentalidade de seus gestores e docentes, os discentes irão reproduzir as mesmas ações improdutivas para a sociedade que foram estabelecidas ao longo da história deste estado.

As elites regionais não irão tomar iniciativa, pois as situações presentes favorecem-nas. Os intelectuais, principalmente os que são vinculados à UFMT e que gozam de certa confiança da sociedade, formam a tribo que tem que fazer acontecer, intervindo, transformando, mudando a forma da execução política da região, utilizando a extensão para romper com as amarras do passado, trazendo para o presente a esperança de um futuro promissor.

Referências

- BANDEIRA, P. **Participação, Articulação dos Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Texto para discussão n. 630. IPEA: Brasília, 1999.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Cia. Das Letras: São Paulo, 1997.
- _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Ed. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2008.
- KRONENBERGER, D. **Desenvolvimento Local Sustentável**. Ed. SENAC-SP: São Paulo, 2011.
- MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- OLIVEIRA, N. **A Borracha da Amazônia, os Acordos de Washington e a Política Externa**. Anais do XXII Simpósio Nacional de História: João Pessoa, 2003.
- PÓVOAS, L. **História Geral de Mato Grosso**. São Paulo, Resenha, 1996.
- SAINT MARC, P. **A Economia Bárbara**. Instituto Piaget Editora: São Paulo, 1996.
- SAY, J. B. **Tratado de Economia Política**. Ed. Nova Cultura: São Paulo, 1986.

SILVA, F. C. **Bandeirantes Modernos na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção**. Paper do NAEA n. 225: Belém, 2008.

Nota:

[1] Tradeoff é uma expressão que define uma escolha conflitante, isto é, quando uma ação econômica que visa à resolução de determinado problema acarreta, inevitavelmente, outros (MANKIW, p.4). O clássico tradeoff entre “eficiência vs. equidade” ocorre quando se aumenta a produção (eficiência), a igualdade social diminui (equidade), ou o contrário, quando aumenta a igualdade social e a produção diminui.

[2] Ecótonos e encaves, sendo o primeiro a justaposição de biomas diferentes e o segundo a interpenetração de biomas distintos. São nesses territórios, peculiares e únicos, que as indústrias farmacêuticas tentam descobrir novas espécies que aportem novos elementos químicos que possam combater ou até mesmo sanar patologias que ainda não tenham cura. É nessa direção que o desmatamento está avançando.



AÇÕES PEDAGÓGICAS PARA JOVENS E ADULTOS EM SITUAÇÃO DE LIBERDADE ASSISTIDA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAIS (PATRONATO) NA COMARCA DE IRATI-PR

**Jussara Isabel
Stockmanns**

UNICENTRO – Universidade Estadual Centro – Oeste. PEDAGOGA, Mestre pela UFSC, Coordenadora e Orientadora da área de Pedagogia do Programa PATRONATO/IRATI. Conselho da Comunidade da Comarca de Irati/PR. Rua Expedicionário José de Lima, 1011, Caixa Postal 120 – Palmas/ PR, CEP 85555-000 – fone (46) 9913-2267, jussara.stockmanns@ifpr.edu.br

Erléia Rossa

UNICENTRO – Universidade Estadual Centro – Oeste. PEDAGOGA, Graduada pela Unicentro, Bolsista da área de Pedagogia do Programa PATRONATO/IRATI, Conselho da Comunidade da Comarca de Irati/PR. Rua Expedicionário José de Lima, 1011, Irati - PR, CEP 84500-000, erleiarossa@hotmail.com

Natana Ferreira

UNICENTRO – Universidade Estadual Centro – Oeste. Estudante de PEDAGOGIA pela Unicentro, Bolsista da área de Pedagogia do Programa PATRONATO/IRATI, Conselho da Comunidade da Comarca de Irati/PR. Rua Expedicionário José de Lima, 1011, Irati - PR, CEP 84500-000 – fone (46) 9913-2267, natanaegabriel@hotmail.com

RESUMO

Este artigo, intitulado “Ações Pedagógicas para jovens e adultos em situação de liberdade assistida, no âmbito do Programa de Execução das Alternativas Penais (Patronato) na Comarca de Irati/PR” é parte inerente ao desenvolvimento de um projeto de extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. O mesmo visa, dentre outros objetivos, enfatizar o trabalho pedagógico realizado e ressaltar a relevância das ações pedagógicas no desenvolvimento das atividades que fazem parte do projeto Patronato, que possui característica multidisciplinar. A justificativa é que além de ser uma exigência legal a presença de ações pedagógicas no âmbito do Patronato, é perceptível a importância do papel da educação na emancipação dos assistidos pelo programa e conseqüentemente na redução dos índices de reincidência criminal. Metodologicamente, trata-se de um trabalho bibliográfico e descritivo, de abordagem qualitativa. Mesmo sem a pretensão de esgotar o assunto, por meio deste trabalho foi possível perceber o papel do profissional da pedagogia no âmbito do Patronato e a colaboração através de suas ações na redução da criminalidade e na reinserção dos assistidos no mercado de trabalho e no convívio social.

Palavras chave: Patronato, Assistidos, Ações Pedagógicas

RESUMEN

Este artículo titulado “Acciones pedagógicas para los jóvenes y adultos en situación de libertad condicional, en el marco del Programa de Ejecución de Alternativas Criminal (empleadores) en el condado de Irati / PR” es una

parte inherente del desarrollo de un proyecto de extensión del Centro de la Universidad del Estado -oeste - Unicentro. Se pretende, entre otros objetivos, para enfatizar el trabajo pedagógico y hacer hincapié en la importancia de las actividades educativas en el desarrollo de las actividades que son parte del proyecto. Los empleadores que tiene carácter multidisciplinar. La razón es que además de ser un requisito legal la presencia de actividades educativas dentro del Patronato el importante papel de la educación en la potenciación de las personas asistidas por el programa y por lo tanto en la reducción de las tasas de reincidencia criminal es notable. Metodológicamente se trata de un estudio bibliográfico y descriptivo de enfoque cualitativo. Incluso sin pretensión de agotar el tema, por medio de este trabajo fue posible ver la pedagogía de la función profesional bajo el patrocinio y la colaboración a través de sus acciones en la reducción de la delincuencia y la asistencia para rehabilitar asistida en el mercado de trabajo y en la vida social .

Palabras clave: Patrocinio , mirado, acciones pedagógicas

Introdução

A discussão sobre a atuação pedagógica com os jovens e adultos em situação de liberdade assistida sempre foi um desafio social, porém, as políticas públicas não obtiveram o devido olhar sobre a temática. Este artigo objetiva apresentar o trabalho desenvolvido pelo setor pedagógico do “Programa de execução das alternativas penais do município de Irati/PR e/ou Programa Patronato” do Estado do Paraná em seu período de implantação (segundo semestre/2013 e primeiro semestre/2014). Historicamente, no Paraná, no ano de 1975, iniciou-se a criação do “Projeto Albergue” em Londrina/PR como ponto de partida que culminou na criação do “Programa de Municipalização da Execução Penal em Meio Aberto” no ano de 2013, sob a organização da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. Esse Programa tem sua efetivação com uma equipe multidisciplinar, incluindo as áreas de Direito, Psicologia, Pedagogia, Assistência Social e Administração, com profissionais recém-formados, estudantes, e professores orientadores.

Os índices de violência em nosso país geram grandes preocupações nos mais diversos aspectos, sobretudo em relação ao futuro, tendo em vista que, no geral, apresentam números crescentes. Somente com relação ao número de homicídios no Brasil, os dados de 2013 colocam o país em sétimo na classificação dos que mais matam no mundo (WAISELFISZ, 2013), sendo importante ressaltar que proporcionalmente em relação à população os municípios considerados pequenos apresentam índices alarmantes.

Os elevados índices de violência que se manifestam especialmente pela insegurança com que os brasileiros convivem, interferem fortemente na qualidade de vida e desencadeiam consequências que se manifestam inclusive com relação à saúde da população.

De acordo com o relatório do Índice de Progresso Social 2014 (IPS), no quesito segurança pessoal o Brasil atinge 37,5 pontos de uma escala de 0 a 100, e, em comparação com os 132 países pesquisados, ocupa a posição 122, ficando à frente apenas de países como Sultão, México, Honduras e Iraque que aparece na última posição do ranking.

Visivelmente, o Brasil vive uma crise no seu sistema prisional, não somente pelo déficit de vagas em penitenciárias, mas também pela morosidade do sistema judiciário, em função de diversos fatores, e ainda pelas condições, em geral desumanas, que os condenados pela

justiça são submetidos, as quais interferem negativamente para uma posterior ressocialização. Todos estes fatores justificam a necessidade de ações imediatas para superação ou no mínimo amenização deste grave e preocupante problema social.

Corroborando neste sentido, ressalta-se o programa “Patronato” (Municipalização da Execução das Alternativas Penais em Meio Aberto), cujo objetivo é facilitar o acesso a diversos serviços pelos denominados assistidos, que correspondem tanto aos egressos do sistema prisional quanto aos condenados a cumprirem penas alternativas.

Dentre os serviços oferecidos, com o intuito de ressocializar o indivíduo e diminuir a reincidência criminal, são desenvolvidos ações pedagógicas que facilitam o acesso tanto à educação básica quanto à profissionalizante. Considerando que a partir da educação se possibilita a emancipação do sujeito, essas ações proporcionam diversos benefícios, tanto ao assistido, quanto para sociedade em geral, em função da redução da insegurança pública.

Na comarca de Irati/PR o Programa Patronato é desenvolvido por meio de parceria entre a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Prefeitura Municipal de Irati, com a colaboração do Conselho da Comunidade.

Caracterização do programa patronato

É de conhecimento geral os diversos problemas que fazem parte do contexto judiciário brasileiro, dentre os mais visíveis estão os que dizem respeito às condições de estrutura física e a superlotação das cadeias e penitenciárias que abrigam presos temporários pelas mais diversas contravenções e os já condenados pela justiça. As condições desumanas que ocorrem em grande parte das vezes têm como consequência preocupante a forma como estas pessoas retornarão para o convívio social.

O Programa Patronato (Municipalização da Execução das Alternativas Penais) visa promover ações para facilitar a (re) inclusão social dos assistidos e obviamente reduzir os índices de reincidência criminal. Uma das principais atuações deste programa diz respeito à garantia de acesso à educação por meio de ações pedagógicas que proporcionem condições para educação básica e profissionalizante, as quais contemplem tanto a formação para inserção no mercado trabalho quanto o desenvolvimento de outras habilidades para o exercício da cidadania.

Bases legais

Ao iniciar a caracterização do Programa Patronato, sobretudo dos seus aspectos legais e ainda dentro do contexto de ações pedagógicas inerentes ao programa, é importante ressaltar o intuito do desenvolvimento de ações que visem à diminuição da reincidência de ações criminais por meio da disponibilidade da (re) construção da cidadania, proporcionando alterações de condutas sociais que beneficiem o assistido e, conseqüentemente, a sociedade em geral.

Todo aspecto legal da República Federativa do Brasil tem como norte a Constituição Federal, a qual estabelece os princípios legais do Estado Democrático assegurando a todos os direitos sociais e individuais. Sem distinção, a Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988, art. 6º).

As ações pedagógicas desenvolvidas pelo Patronato visam prioritariamente promover aos assistidos pelo programa o acesso à educação com o objetivo da (re) inserção dos mesmos no mercado de trabalho, entretanto, cabe ressaltar que a educação formal não possui apenas esta finalidade, esta promove, ou deve promover o desenvolvimento de todas as habilidades do indivíduo, inclusive a de prepará-lo para o convívio social conforme determina a Constituição Federal no Art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A educação, como parte das ações pedagógicas, faz parte de uma gama maior de serviços prestados pelos patronatos, os quais foram criados pela Lei de Execução Penal (Lei nº. 7.210/1984) que estabelece em seu Art. 78 que “Art. 78. O Patronato público ou particular destina-se a prestar assistência aos albergados e aos egressos” (artigo 26).

Dentre os deveres do Estado para com a educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) destaca, no inciso I da Art. 4º, a obrigatoriedade da oferta gratuita do ensino fundamental, mesmo para os que não tiveram acesso a este benefício em idade apropriada.

As Leis e os programas educacionais, neste contexto especificamente as que tratam da oferta para as pessoas privadas de liberdade, estão em conformidade com o que estabelece o documento que trata da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual reconhece especialmente a dignidade como essencial para todo membro da humanidade. No que tange à educação formal, é possível citar o Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que visa oportunizar novas possibilidades para o déficit educacional brasileiro, especialmente as diferenças regionais de oferta e principalmente condições de acesso ao ensino que promoveram no país uma grande desigualdade social e econômica e influencia na formação de concentração de pobreza e a consequente dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Estes fatores colaboram significativamente para o aumento dos índices de criminalidade e, sobretudo, a sua reincidência.

Políticas públicas voltadas à formação e ressocialização dos indivíduos privados de liberdade surgem claramente na aprovação da estratégia 10.10 da meta 10 do novo Plano Nacional de Educação sancionado no dia 25 de junho de 2014 (Lei nº. 13.005/2014):

Orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração.

A preocupação pelo acesso à educação formal por pessoas privadas de liberdade, conforme pode ser entendido anteriormente, não se trata de simplesmente garantir a esse público um benefício em detrimento daqueles que estão fora de qualquer tipo de punição por não ter cometido nenhum delito. Os órgãos públicos têm também a finalidade de colaborar para

a restrição gradativa da criminalidade fazendo com que o indivíduo se perceba como cidadão provido de direitos e deveres e com habilidades que possam lhe proporcionar uma vida digna.

Histórico do Programa Patronato no Paraná

O Patronato no Estado do Paraná ainda se encontra em estágio de implantação, mesmo sendo uma determinação legal. Em alguns municípios foram promulgadas Leis municipais para implantação deste sistema de atendimento, em outros, funciona como projeto, em parceria entre Seti/Seju e universidades.

O Objetivo da municipalização de atendimento para esta clientela, denominada, neste novo modelo, de atendimento de Assistidos, que corresponde tanto aos egressos do sistema prisional quanto aos que cumprem penas alternativas, é justamente facilitar o acesso ao serviço, onde são acolhidos e acompanhados por profissionais e estudantes de diversas áreas de conhecimento, tornando-o muito mais amplo e dinâmico por meio de parcerias com Prefeituras Municipais, Associações e Conselhos da Comunidade e com Instituições de Ensino Superior. Dessa forma, o assistido passa a ter um acompanhamento multidisciplinar composto por profissionais das áreas do Direito, do Serviço Social, da Psicologia, da Pedagogia e da Administração.

A municipalização do atendimento é uma das ações do Patronato Central do Estado do Paraná que compõe um rol de ações denominadas de ações prioritárias, as quais foram determinadas pelo Decreto nº 9.047, de 27 de setembro de 2013:

Implementar o Programa Patronato – (Programa de Municipalização da Execução Penal em meio aberto), através da gestão, planejamento, articulação, acompanhamento e fiscalização das ações necessárias à execução das alternativas penais realizadas no âmbito dos Patronatos Municipais no Estado do Paraná.

É possível perceber, portanto, que a municipalização do atendimento não representa uma individualização do programa, pelo contrário, o objetivo é inclusive uma padronização do atendimento através das diretrizes do Patronato Central do Estado, em que profissionais da área de Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Administração acompanham os assistidos e desenvolvem programas de acompanhamento específico conforme o delito cometido, buscando a conscientização e a mudança de conduta.

A criação e o desenvolvimento do Programa Patronato e suas ações têm como uma de suas bases legais a Lei nº. 7.210 de 11 de julho de 1984, denominada Lei de Execução Penal, a qual foi reeditada no ano de 2009, com a justificativa de que a falta de informação em relação aos direitos e deveres dos condenados pela justiça é um dos grandes problemas no sistema brasileiro. Inclusive, esta Lei cita, no inciso VI do Art. 61, o Patronato como um dos órgãos de execução penal.

O capítulo II dessa Lei, que trata da Assistência ao preso, ao internado e ao egresso, elenca em quais áreas ele será beneficiado, sendo “Art. 11. A assistência será: I – material; II – à saúde; III – jurídica; IV – educacional; V – social; e VI – religiosa” (Lei nº. 7.210/1984).

No que se refere especificamente ao direito à educação, tanto como preparação para a formação profissional quanto para o exercício da cidadania, a Lei nº. 7.210/1984 estabelece que:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O direito à assistência educacional fica também assegurado pelo Art. 25 do Regulamento Penitenciário Federal, aprovado pelo Decreto 6.049/2007. A ideia é transformar os ambientes de reclusão e proporcionar aos assistidos pelo Programa Patronato condições de reabilitação e prepará-los para o convívio social. No entanto, são visíveis as dificuldades enfrentadas neste aspecto, especialmente nos ambientes prisionais. As dificuldades de atendimento aos condenados seguem em caminho divergente do pressuposto de que “A execução penal pressupõe um processo de mudança de comportamento, o que se realiza pela aprendizagem, daí a importância de se priorizar os programas de ensino formal, informal e profissionalização” (PARANÁ, 2011, p. 36).

Neste contexto, a figura do profissional de pedagogia aparece como articuladora de ações que facilitem o acesso e a permanência dos assistidos pelo Programa Patronato em projetos de educação formal, tanto básica quanto profissional, colaborando diretamente para a ressocialização do indivíduo e, conseqüentemente, para a diminuição dos índices de reincidência criminal..

Histórico do Programa Patronato em Irati/PR

A implantação do Programa Patronato na Comarca de Irati/PR, que abrange os municípios de Irati e Inácio Martins/PR visa colaborar para a ruptura do ciclo de violência e principalmente reincidência criminal em função da dificuldade de (re) inclusão social das pessoas oriundas do sistema penitenciário ou condenados ao cumprimento de penas alternativas.

Na Comarca de Irati/PR, o Programa Patronato foi implantado no ano de 2013 em substituição ao Programa Pró-Egresso. A implantação se deu sob Termo de Cooperação 103/2013, proposto a partir do edital 04/2013, sendo uma parceria entre Seju, Seti, Unicentro, Prefeitura Municipal, com apoio do Conselho da Comunidade.

Conceitualmente, as alternativas penais surgiram em função das superlotações nos sistemas prisionais brasileiros, em função da falta de estrutura e dificuldade de financiamento nesta área. Por meio das ações desenvolvidas pelo Programa Patronato, a prestação de serviço comunitário perde a característica única de penalização e passa a ser um complexo sistema de reabilitação de forma educativa. Embora o enfoque maior do sistema seja o de assistência ao condenado, a fim de lhe proporcionar condições de qualidade de vida, durante e principalmente posteriormente ao cumprimento da pena, o art. 79 da Lei de Execução Penal determina que também caiba ao Patronato:

[...] orientar os condenados à pena restritiva de direitos; fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana; colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.

O Termo de Cooperação nº 103/2013 entre a SEJU/SETI e Unicentro considera o disposto no Decreto Estadual nº 5.975/2001e nas Leis nº 8.666/93, na Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei Estadual nº 16.643/2010, que institui o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, bem como o Edital nº 04/2013, além do contido no documento protocolado sob o nº 12.048.541-5 que inclui o ‘Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO’, e insere no âmbito do Programa de Extensão Universitária sem Fronteiras, em sua cláusula primeira o seguinte objeto de estudo:

Termo de Cooperação Técnico-Financeira tem por objeto o desenvolvimento de ações para execução do Programa Universidade sem Fronteira, Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO, no Município de Irati – Paraná, que destina-se a financiar projetos orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cujas propostas venha a atender egressos beneficiados com a progressão para o regime aberto de liberdade condicional, sentenciados com trabalhos externos, liberdade vigiada, prestação de serviços à comunidade e os com suspensão condicional da pena (sursis), por determinação da Vara de Execuções Penais, dos Juízes das Varas Criminais e Justiça Federal, com penas restritivas de direito, de maneira educativa e ressocializadora, pautada no respeito aos Direitos Humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição de cidadania. (GUARAPUAVA, 2013, CLÁUSULA 1ª)

O foco de trabalho deste projeto, atrelado à necessidade de efetivação da cidadania do assistido, procura estabelecer condições adequadas para que este possa compreender o seu papel como agente de direitos e deveres perante a sociedade. Os objetivos do Programa de Execução das Alternativas Penais (Patronato) na Comarca de Irati/PR estão diretamente relacionados às justificativas para a necessidade de municipalização do atendimento.

Buscando concretizar o Programa de Execuções das Alternativas Penais do Município de Irati/PR, na modalidade de ação de extensão, na categoria de programa de Extensão, houve a aprovação sob a Resolução nº 040, de 19 de dezembro de 2013 pelos órgãos do CONSET/SESA/II/Unicentro, reafirmando a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão.

As ações do Programa Patronato são efetivamente desempenhadas por uma equipe multidisciplinar, atuando na sede do Conselho da Comunidade de Irati/PR, que é composta por professores orientadores da Unicentro/Campus Irati, profissionais recém formados e estudantes das áreas de Pedagogia, Direito, Psicologia, Serviço Social e Administração.

Com o intuito de garantir a qualidade no atendimento e a concretização do objetivo que é a reinserção social do assistido, a equipe multidisciplinar, composta pelos integrantes de todas as áreas de conhecimento, busca obter a mesma perspectiva de sujeito, em uma visão ampla, abordando todas as necessidades dos indivíduos que são encaminhados para serem atendidos pelo programa.

Ações pedagógicas para jovens e adultos em situação de liberdade assistida no âmbito do Programa de Execução das Alternativas Penais (Patronato)

O Programa de Execução das Alternativas Penais, Patronato, tem como função realizar ações para proporcionar àqueles que estão em processo alternativo de execução penal a inclusão

social, para que no momento em que estejam cumprindo sua penalidade ou após isto, possam ter condições de se sentirem acolhidos pela sociedade e prontos para a ela se reintegrarem, porém de uma maneira diferenciada da anterior, em que cometeram uma infração, mas atuando de forma consciente de seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

Através do programa, o sujeito que estava marginalizado pode usufruir do trabalho multidisciplinar que é desenvolvido com intuito de promover a alteração de sua conduta pelo bem próprio e coletivo. A equipe multidisciplinar realiza um trabalho integrador, buscando promover um processo de humanização no cumprimento das obrigações resultantes da execução penal, pautando-se no respeito aos direitos humanos e na correlação entre direitos e deveres, inerentes à condição da cidadania.

Ressalta-se neste contexto a área pedagógica, que como parte do programa, possui um papel fundamental na reinserção desses indivíduos à sociedade, visto que grande parte não possui escolaridade, nem ao menos o ensino básico, o que tem como consequência inclusive a dificuldade para o ingresso no mercado de trabalho formal, tornando-o vulnerável à reincidência criminal que, em geral, tem relação com roubos, assaltos e envolvimento com drogas.

Ações da educação formal (EJA/Educação Profissional)

A ação de educar é um ato de construção de conhecimento e cultura entre indivíduos, esta é uma constatação de Paulo Freire ao afirmar a necessidade de “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1997, p.27). Existem, portanto, dois segmentos básicos de educação, a formal e a informal.

A Educação Formal é aquela que compõe os currículos oficiais dos estabelecimentos de ensino. No Brasil a base oficial e legal da educação é a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (Lei nº 9394/96), que divide a educação formal em dois níveis, a básica e a superior, que almejam o desenvolvimento intelectual e a formação de cidadãos, desenvolvendo todas as suas habilidades, inclusive as necessárias para o exercício profissional.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (2001) considera que muitos são os brasileiros que não tiveram acesso à escolarização ou não concluíram os estudos em idade apropriada, seguindo a ordem cronológica estabelecida, se tratando da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio). Deste modo, a Educação para Jovens e Adultos (EJA), age com a função de reverter esta situação e de proporcionar condições de igualdade, já que a educação é um direito de todos, inclusive nas situações de privação de liberdade. O art. 4º inciso VII da LDB esclarece que:

O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; [...].

A educação formal possui como papel fundamental o desenvolvimento completo do indivíduo, uma preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, conforme determina a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205. Acredita-se, portanto, que se não existir acesso à educação, o indivíduo encontrará dificuldades em diversos aspectos do seu cotidiano. Esta situação promove diversas consequências, inclusive a marginalização do indivíduo perante a

sociedade, vindo, em algumas situações, a favorecer o seu ingresso ao mundo da criminalidade. Assim, a Educação de Jovens e Adultos pode ser considerada uma modalidade de ensino em prol da reversão de situações em que não houve a escolarização ou a conclusão da escolarização em tempo adequado.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, a educação vai além da garantia dos direitos, deve ser também a segurança de um ensino de qualidade e reconhecimento da igualdade desse direito, promovendo a igualdade de oportunidades. Tendo como visão a oportunidade de mudança de situação social e econômica, as ações pedagógicas do Programa Patronato, em conjunto com a equipe multidisciplinar, buscam incentivar os assistidos a ingressarem ou retornarem para o ambiente escolar. Após levantamento realizado sobre a escolaridade dos sujeitos e a partir dos dados coletados desenvolvem-se ações de incentivo e acompanhamento. Além dessa ação do Pedagogo, existe também o direcionamento para a formação profissional através do auxílio na busca pela qualificação por meio de cursos de aperfeiçoamento..

Ações da educação não formal

Partindo do pressuposto de que o assistido pelo Programa Patronato necessita de orientação no sentido de promover condições de alteração de conduta, além da educação formal, a educação não formal possui papel relevante. A educação não formal consiste no desenvolvimento das capacidades dos indivíduos por meio das suas interações sociais, ou seja, é resultado da construção do conhecimento por meio da cultura e do conhecimento de um povo que é construído ao longo de sua trajetória histórica.

É possível utilizar as palavras de Esteves e Montemór (2011, p.109) para conceituar a educação não formal:

A educação não formal é caracterizada por um conjunto de ações e processos específicos que acontecem em espaços próprios, que tem como função a formação ou instrução de indivíduos sem a vinculação à obtenção de certificados próprios do sistema educativo formal, este regido e supervisionado pelas políticas educacionais oficiais.

A construção da educação não formal ocorre pela interação social entre os indivíduos, inclusive em ambientes familiares, religiosos, esportivos, entre outros. O indivíduo assistido pelo Patronato possivelmente sofreu influências que lhe causaram um posicionamento inadequado para o convívio social. A partir das ações desenvolvidas pela equipe multidisciplinar, o sujeito pode obter orientações e informações que proporcionam novos conhecimentos, o que não deixa de ser uma espécie de educação não formal.

Ações de reinserção social com a equipe multidisciplinar

O Patronato central do Estado desenvolveu diretrizes com objetivo de individualizar os cumprimentos das alternativas penais, e contextualizá-los, procurando estabelecer momentos de reflexão acerca dos delitos cometidos, ou seja, para determinados crimes ou infrações, haverá programas específicos a fim de conscientizá-los, promovendo diminuição à reincidência criminal e principalmente a sua reinserção na sociedade e na família. Os programas a serem desenvolvidos são: 1- SAIBA; 2- BLITZ; 3- BASTA; 4- ECO-AULAS; 5- CIBERCRIMES; 6- PROGRAMA 9840- LEI.

SAIBA: Programa destinado especificamente aos usuários de drogas em conflito com a lei, sejam eles somente usuários ou envolvidos com o tráfico. As ações são específicas para essa clientela, considerando as suas particularidades.

BLITZ: O Programa Blitz é voltado ao atendimento de pessoas que cometeram algum crime ou infração de trânsito. Desta forma, todas as ações serão direcionadas para questões de legislação e educação no trânsito.

BASTA: O Programa Basta é destinado ao atendimento de pessoas que cometeram algum tipo de violência doméstica. Portanto, todas as atividades serão voltadas no sentido de proporcionar uma reflexão sobre o ato cometido com a finalidade de promover uma nova conduta.

ECO-AULAS: Este Programa é voltado para situações de crimes contra o meio ambiente. Os assistidos são incentivados a uma reflexão e conscientização sobre as consequências de suas ações, abordando aspectos legais e práticos.

CIBERCRIMES: O público deste Programa são os autores de crimes cibernéticos, desta forma todas as ações serão voltadas para uma conscientização sobre uma boa conduta no uso ético e responsável da internet.

PROGRAMA 9840: Aqui o Programa atuará junto ao autor de crimes eleitorais, onde o infrator deverá repensar os efeitos das suas ações para a sociedade em geral, abordando questões legais, sociais, morais e éticos.

As orientações em relação aos programas desenvolvidos e a forma como a equipe multidisciplinar deverá proceder no atendimento específico de cada programa é conteúdo da Cartilha desenvolvida pelo Patronato Central do Estado do Paraná e que serve como norte para o atendimento de todos os Patronatos Municipais do Estado, em função da Municipalização da Execução das Alternativas Penais.

Considerações finais

É inegável que em nosso país existem dificuldades imensas no que tange ao sistema carcerário e judiciário. Estas situações são desencadeadas por diversos motivos, um deles diz respeito às verbas disponíveis para investimento e manutenção desse setor, outro, dentre tantos, é com relação aos aspectos burocráticos do sistema legal. Desta forma, a insegurança aumenta significativamente e problemas como superlotação e má qualidade no atendimento aos que cometem algum tipo de crime ou infração tornam cada vez mais comuns.

Diante deste quadro crítico surge como alternativa legal a possibilidade de reverter as penas por pequenos delitos em prestação de serviços comunitários. Porém, ainda assim surgem questionamentos no que trata dos benefícios com relação à alteração da conduta por parte do condenado e a redução da possibilidade de reincidência criminal. Visando melhorar a qualidade no acompanhamento e na reabilitação das pessoas condenadas ao cumprimento de penas alternativas e de egressos do sistema prisional, o programa Patronatovem sendo implantado. Este programa trata da Municipalização da Execução Penal em Meio Aberto, visando uma atuação conjunta de todas as esferas, federal, estadual e municipal, bem como de outros órgãos e entidades, como universidades e conselhos da comunidade.

Aos assistidos pelo programa Patronato é disponibilizado um atendimento composto por uma equipe multidisciplinar, ou seja, profissionais de diversas áreas. Neste contexto, destaca-se

o papel do pedagogo, que tem por função desenvolver ações que promovam aos assistidos a possibilidade e o interesse pela educação, cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento de suas habilidades, preparando-os para o convívio social, de forma que compreendam seu papel de cidadãos, com direitos e deveres. Além disso ainda se promove a possibilidade de exercerem uma atividade profissional que lhes garanta autonomia financeira.

Por meio do conteúdo abordado neste artigo fica evidente que a educação contribui significativamente para a redução da reincidência criminal, principalmente por fazer parte de um conjunto de ações quando se trata do trabalho desenvolvido pelo Patronato.

Este artigo não teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim de demonstrar os benefícios que o trabalho desenvolvido pelo Patronato pode gerar e, sobretudo ressaltar as contribuições das ações pedagógicas, tanto para o assistido, quanto para a sociedade em geral quando se trata de redução da criminalidade. Neste sentido, acreditamos que seja necessária a continuidade e aperfeiçoamento do programa com a finalidade de atingir padrões cada vez melhores na prestação deste serviço, como também a publicação de materiais que apresentem resultados e colaborem no embasamento teórico das atividades futuras.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em: 21/07/2014.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 21/07/2014.

BRASIL. **Lei 10.172 de 09 de janeiro de 2001 - PNE**. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm Acesso em: 20/07/2014

BRASIL. **Lei 13.005 de 25 de junho de 2014 - PNE**. Brasília: Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em 20/07/2014

BRASIL. **LEI No 7.210, de 11 de Julho de 1984, institui a Lei de Execução Penal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm . Acesso em: 10/07/2014.

BRASIL. **LEI No 7.210, de 11 de Julho de 1984. Lei de Execução Penal. 2 ed.** Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/> Acesso em 20/07/2014

BRASIL. **Ministério da educação. Diretrizes curriculares para a educação de jovens e adultos**. Resolução 11/2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf
Acesso em: 11/08/14

CAMMAROSANO, Elenice M. **Escola da Prisão: Espaço de Construção da Identidade do Homem Aprisionado? Educação Popular/n.06**.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 35ª Edição, Brasília, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf Acesso em: 03/08/2014

ESTEVES. Patrícia Elisa do Couto Chipoletti. MONTEMÓR. Hilda Aparecida de Souza Melo. **UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: O espaço da criança Anália Franco**. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/viewFile/2490/2027> Acesso em: 03/08/2014

FREIRE, Paulo - **“Pedagogia da autonomia - Saberes necessários à prática educativa”**. Rio de Janeiro - Paz e Terra - 1997.

Índice de Progresso Social 2014. Disponível em: <http://www.socialprogressimperative.org/data/spi> Acesso em: 04/08/2014

LEI Nº 9394/96, de 20 DE DEZEMBRO de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 23/07/2014

PARANÁ. **Secretaria do Estado da Justiça e da Cidadania**. Departamento Penitenciário do Paraná. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217> Acesso em 20/07/2014.

PARANÁ. **Decreto 9047 de 27 de Setembro de 2013**. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.doaction=exibir&codAto=104091&indice=1&totalRegistros=246&anoSpan=2014&anoSelecionado=2013&mesSelecionado=9&isPaginado=true> Acesso em 21/07/2014

PARANÁ. Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. **Plano Diretor do Sistema Penal do Paraná**. Curitiba: Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2011a.

Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/PlanoDiretorSistemaPenal.pdf> .

Acesso em: 19/07/2014.

PARANÁ. **Cartilha do Patronato**. Disponível em : <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=217> Acesso em: 24/06/2014

ONU. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 20/07/2014

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2014. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em: 01/08/2014



CENTRO DE EQUOTERAPIA DA UFMT

Lisiane Pereira de Jesus

Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. Departamento de Zootecnia e Extensão Rural, UFMT – Av Fernando Correa s/n, (065) 36158683, lisiane.jesus@ig.com.br

RESUMO

O Centro de Equoterapia da UFMT (CEEQ) atua como um laboratório com capacidade para atender a diferentes cursos. Devido ao seu caráter multidisciplinar e interdisciplinar, podem atuar dentro dessas propostas cursos como a Fisioterapia, Psicologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Fonoaudiologia, Educação Física, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Medicina, Saúde Coletiva, entre outros. Por se tratar de um trabalho multidisciplinar, com cunho filantrópico, busca atender à população de baixa renda, permitindo a esta o acesso a um serviço na maioria das vezes elitizado por outras entidades. Além da importância social, o Programa agrega uma série de projetos das mais diversificadas áreas, contribuindo e fomentando a pesquisa na Instituição. O Centro de Equoterapia da UFMT tem por objetivo principal fornecer um serviço gratuito a membros da comunidade cujo perfil se enquadre no programa de atendimento oferecido pela prática da Equoterapia, além de reunir profissionais de diversas áreas para, de forma conjunta, estabelecer um plano de trabalho que beneficie o indivíduo como um todo, contemplando os pilares ensino, pesquisa e extensão que orientam a conduta Institucional. O CEEQ atua em sincronia com o Núcleo de Estudos em Equoterapia da UFMT – NEEQ- (Resolução CONSUNI n.º 17, de 03 de julho de 2013) que desenvolve projetos de pesquisa vinculados ao Programa de Extensão. Conclui-se que as vertentes pesquisa, ensino e extensão se articulam de forma direta visto que o programa possibilita aos acadêmicos a oportunidade de participar como bolsistas ou estagiários de projetos de pesquisa a ele vinculados, como também possibilita participação em todas as atividades inerentes à equoterapia.

Palavras-chave: equoterapia, multiprofissional, interdisciplinar.

RESUMEN

El Centro Terapéutico Ecuestre del UFMT (CEEQ) actúa como un laboratorio con capacidad para los distintos cursos debido a su multidisciplinaria e interdisciplinaria, puede actuar dentro de estos cursos propuestos, tales como la terapia física, Psicología, Ciencias de los Animales, Medicina Veterinaria, Terapia de Lenguaje, Educación Física, Pedagogía, terapia ocupacional, enfermería, medicina, salud pública, entre otros. Debido a que es una obra multidisciplinar con objetivos filantrópicos para satisfacer la de bajos ingresos que le permite tener acceso a un servicio más a menudo elitista por otras entidades. Además de la importancia social del programa añade una serie de las más diversas áreas que contribuyen proyectos y fomentar la investigación en la institución. El Centro Terapéutico Ecuestre del UFMT está principalmente destinado a ofrecer un servicio gratuito para miembros de la comunidad cuyo perfil se ajusta al programa de atención ofrecida por la práctica de la hipoterapia, así como reunir a profesionales de diversos campos para establecer conjuntamente un plan de trabajo que los beneficios el individuo en su conjunto, que cubre los pilares de enseñanza, investigación y extensión que guían el comportamiento institucional. El CEEQ actúa de forma sincronizada con el Centro de Estudios en Hipoterapia del UFMT - NEEQ- (Resolución CONSUNI N° 17, de 3 de julio de 2013) que desarrolla proyectos de investigación vinculados al programa de extensión. Llegamos a la conclusión de que los aspectos, la investigación, educación y extensión están vinculados directamente ya que el programa permite oportunidad académica para participar como becarios o pasantes proyectos de investigación vinculados al programa, así como permitir la participación en todas las actividades relacionadas con la hipoterapia.

Palabras clave: hipoterapia, multidisciplinario, interdisciplinario.

Introdução

A Equoterapia é um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento psicossocial de pessoas portadoras de deficiência e/ou necessidades especiais. A Associação Nacional de Equoterapia (ANDE-BRASIL) orienta que as atividades equoterápicas devem ser desenvolvidas por equipe interdisciplinar, envolvendo o maior número possível de áreas profissionais nos campos da saúde, educação e equitação. Esta equipe deve ser composta por, no mínimo, três profissionais, especialistas em educação especial e reabilitação. Os profissionais que podem fazer parte dessa equipe são: fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo, professores de educação física, pedagogo, fonoaudiólogo, assistente social e o médico que é o responsável em avaliar o praticante, mostrando os objetivos e até indicações contra-indicações de atividades. Essa equipe deve também contar com o apoio de auxiliares guias e auxiliares laterais, normalmente profissionais da área animal, com conhecimentos sobre comportamento animal e preparados para atuarem em situações de risco.

Há mais de quinze anos, a prática da Equoterapia foi implantada como estratégia terapêutica obedecendo à legislação brasileira das áreas de Saúde. É um método técnico-científico que traz excelentes benefícios à saúde. O Centro de Equoterapia da UFMT é um Programa de Extensão em atividade desde 2012 que desenvolve atividades de extensão e projetos de pesquisa na área, beneficiando não só crianças e adultos portadores de necessidades especiais, mas também promovendo a complementação da formação acadêmica de discentes da UFMT e outras instituições de ensino parceiras em cumprimento ao preceito de indissociabilidade entre ensino,

extensão e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza educativa da proposta.

Este Programa é fundamentalmente multiprofissional, multidisciplinar e interdisciplinar, uma vez que agrega e necessita da coparticipação de diversas áreas de conhecimento para delinear um plano de ação para atingir seus objetivos. O Centro de Equoterapia da UFMT tem por objetivo fornecer um serviço gratuito a membros da comunidade cujo perfil se enquadre no programa de atendimento oferecido pela prática da Equoterapia, reunindo profissionais de diversas áreas para, de forma conjunta, estabelecer um plano de trabalho que beneficie o indivíduo como um todo, contemplando os pilares ensino, pesquisa e extensão que orientam a conduta Institucional. É uma forma de preparar acadêmicos e docentes para o trabalho em equipe, respeito mútuo e cooperação. Além disso, atende na íntegra os preceitos de Interdisciplinaridade, interinstitucionalidade e interprofissionalidade, princípios que norteiam o ensino superior.

O Centro de Equoterapia da UFMT (CEEQ) atua como um laboratório com capacidade para atender diferentes cursos devido ao seu caráter multidisciplinar e interdisciplinar, são contemplados os cursos de Fisioterapia, Psicologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Fonoaudiologia, Educação Física, Pedagogia, Terapia Ocupacional, Enfermagem, Medicina, Saúde Coletiva, entre outros. Por se tratar de um trabalho multidisciplinar com cunho filantrópico, busca atender à população de baixa renda, promovendo-lhe acesso a um serviço, na maioria das vezes, elitizado por outras entidades. Além da importância social, o Programa agrega uma série de projetos das mais diversificadas áreas contribuindo e fomentando a pesquisa na Instituição.

Fundamentação Teórica

A Equoterapia trabalha o indivíduo como um todo, utilizando o cavalo como instrumento reabilitador, buscando a reabilitação do praticante de forma integral, empregando o cavalo como agente promotor de ganhos físicos, psicológicos e educacionais (BITAR et al, 2004, p.8).

Cada vez mais, esta abordagem terapêutica torna-se alvo de estudo dos alunos e profissionais das áreas afins de reabilitação e do interesse dos portadores de necessidades especiais e familiares destes (MEDEIROS e DIAS, 2008, p.35).

Esta prática tem por objetivo prover uma abordagem terapêutica ampla, que visa a universalidade humana, estimulando as funções neuromotoras, psicomotoras e neuropsíquicas, por intermédio do cavalo, dentro de um ambiente natural (COSTA SILVA et al., 2011, p.10). Essas condições são adquiridas graças à junção de fatores que a prática da Equoterapia permite. São eles o ambiente natural, a proposta pedagógica interdisciplinar e a interação entre equipe, familiares e, principalmente, com o cavalo (LEITE, 2009, p.46).

Ainda pode ser considerada como um conjunto de técnicas reeducativas que agem para superar danos sensoriais, motores, cognitivos e comportamentais através de uma atividade lúdico-desportiva, que utiliza o cavalo (CITTERIO, 1999).

Cirillo (2002) é enfático ao dizer que a prática da equoterapia é realizada por uma equipe multidisciplinar, que trabalha de forma interdisciplinar. Essa equipe deve ser mais ampla possível, composta por profissionais das áreas de saúde, educação e equitação. A composição mínima para trabalhar com equoterapia deve ser de três profissionais, um de cada área, atuando de maneira interdisciplinar.

Segundo Medeiros e Dias (2002, p.22), a Equoterapia é aplicada por uma equipe técnica

multiprofissional e interdisciplinar composta por fisioterapeuta, instrutor de equitação, auxiliar-guia, auxiliar lateral e médico veterinário, podendo incluir ainda psicólogo, pedagogo, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo.

De acordo com Bastani e Travassos (2013, p.4), a equipe multidisciplinar é de muita importância na equoterapia no atendimento interdisciplinar, são vários profissionais voltados para um praticante, considerando-o como único em sua totalidade. Todo trabalho com o ser humano é melhor realizado quando diferentes profissionais trabalham cada um em sua disciplina, mas com objetivo geral semelhante, buscando a coesão, a complementação e o enriquecimento do tratamento. O praticante em tratamento conta com o acompanhamento de uma equipe que se encaixa, no momento, mais em interdisciplinariedade, com alguns momentos de transdisciplinariedade (LERMONTOV, 2004, p.86).

Ainda segundo Bastani e Travassos (2013, p.4), o trabalho de uma equipe multidisciplinar de equoterapia é primordial, pois esta avalia cada caso, estabelece metas e o melhor caminho para alcançá-las. O prognóstico de um paciente que está se submetendo ao tratamento com a equoterapia será melhor quando este estiver sendo estimulado por estes profissionais.

Estes profissionais atuam de forma interdisciplinar, permitindo que os praticantes vivenciem experiências em equipe, proporcionando situações em que se trabalhe o respeito pelas diferenças, espírito colaborativo e planejamento de estratégias para resolução de problemas (HADDAD, 2003, p.2).

Objetivos

O Centro de Equoterapia da UFMT tem por objetivo principal fornecer um serviço gratuito a membros da comunidade cujo perfil se enquadre no programa de atendimento e reunir profissionais de diversas áreas para de forma conjunta estabelecer um plano de trabalho que beneficie o indivíduo como um todo, contemplando os pilares ensino, pesquisa e extensão que orientam a conduta institucional.

Os objetivos específicos incluem: selecionar acadêmicos para serem treinados e participarem do Programa, preparar acadêmicos para executar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante o Programa de Equoterapia e das ferramentas para avaliação do processo (questionários, formulários, entrevistas, etc), treinamento de membros da equipe em equoterapia, estimular e preparar acadêmicos para o trabalho multiprofissional e interdisciplinar, princípios que norteiam a prática da Equoterapia, desenvolver nos acadêmicos o senso de cidadania, torná-los aptos a fomentar a inclusão social de portadores de necessidades especiais, prepará-los para o trabalho com portadores das mais diversas patologias de natureza motora ou psicossocial, promover a integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza educativa da proposta.

Materiais e Métodos

Seleção dos Acadêmicos: os acadêmicos que participam do Programa são selecionados mediante convocação para seleção de estagiários, através de *banner*, alocado nas dependências dos diferentes Institutos e Faculdades da UFMT e de instituições parceiras. A seleção é realizada mediante entrevista com a Coordenadora do Programa, considerando a área de atuação do

acadêmico, disponibilidade de carga horária e interesse em atuar neste tipo de atividade. Acadêmicos que permanecem atuantes no projeto após treinamento podem receber bolsas nas modalidades Extensão, PIBIC ou continuarem como estagiários voluntários do Programa de Extensão.

Local de realização: as sessões de Equoterapia são realizadas nas dependências de um dos parceiros do Programa de Extensão, o Rancho Dourado, que consta de espaço físico adequado à prática de Equoterapia, uma vez que disponibiliza normalmente este tipo de serviço, entre outras atividades, como escolinha de equitação, hipismo rural e clássico, etc. Desse modo, todo o treinamento e capacitação dos acadêmicos é realizado nas dependências do Rancho Dourado.

Equipe Executora e treinamento: os membros da equipe de execução pertencem a diferentes áreas de atuação: Medicina Veterinária, Zootecnia, Psicologia, Fisioterapia, Pedagogia, etc. Antes de iniciar as atividades com os praticantes, a equipe participa de oficinas para desenvolver habilidades no tratamento das especificidades de cada praticante. O treinamento é orientado por profissionais formados de diferentes áreas que atuam na prática de Equoterapia e que possuem curso de formação nesta área.

Núcleo de Estudos em Equoterapia da UFMT: o Núcleo de Estudos em Equoterapia foi criado mediante Resolução **CONSUNI N.º 17, DE 03 DE JULHO DE 2013**. Todas as atividades desenvolvidas pelo Programa de Extensão, assim como a elaboração de projetos de pesquisa, desenvolvimento dos protocolos de aproximação e protocolos das sessões, elaboração dos questionários para entrevistas, elaboração das fichas de acompanhamento e registro das sessões de Equoterapia, planejamento das atividades, avaliação, discussão e análise dos resultados, preparo de artigos e resumos para publicação e do material para apresentação em Seminários e Congressos são realizadas em reuniões semanais do Núcleo de Estudos.

Oficinas: antes de iniciar qualquer Projeto de Pesquisa, os acadêmicos realizam oficinas preparatórias para o desenvolvimento do projeto que entrará em andamento de acordo com as necessidades do público alvo e objetivos de cada projeto.



Figura 1:

Oficina Pedagógica, Projeto Utilizando a Equoterapia como ferramenta psicopedagógica para crianças com necessidades educativas especiais..

Fonte:

Acervo pessoal.



Figura 2:

Oficina do Projeto Um cavalo como Guia: equoterapia para deficientes visuais.

Fonte:

Acervo pessoal.

Público Alvo: o público alvo é selecionado de acordo com a metodologia do projeto de pesquisa em andamento em determinado período e direcionadas mediante parcerias estabelecidas com instituições ou entidades assistenciais. Desde 2013 já foram atendidas crianças portadoras do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) encaminhadas pela Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, portadores de deficiência visual, encaminhados pelo Instituto de Cegos de Mato Grosso (ICEMAT) e portadores do transtorno do espectro autista (TEA) encaminhados pela Associação dos Pais e Amigos dos Autistas de Mato Grosso (AMA). Prioriza-se o atendimento a pessoas de baixa renda que não teriam acesso a este tipo de serviço de outra forma.

Protocolos de Atendimento: os protocolos de atendimento são elaborados pela equipe multiprofissional no início (Protocolo de Aproximação) e durante (Protocolo das Sessões) a execução de cada projeto, de acordo com os objetivos propostos e considerando as particularidades individuais de cada praticante.

Figura 3:

Protocolo de Aproximação: “Equoterapia: estimulando a memória e a concentração em portadores do transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.”

Fonte:
Acervo pessoal.



Figura 4:

Protocolo de Aproximação: Projeto “Um cavalo como Guia: equoterapia para deficientes visuais”.

Fonte:
Acervo pessoal.



Sessões de Equoterapia: as sessões de equoterapia são realizadas nas dependências da Associação Hípica Rancho Dourado (entidade parceira), uma vez por semana, com 30 a 50 minutos de duração, pelo período de 6 a 8 meses, dependendo da especificidade de cada projeto. São realizadas por equipe multiprofissional, que é composta por 3 membros de áreas específicas (zootecnia, fisioterapia, psicologia ou pedagogia, etc.), havendo uma equipe para cada praticante.



Figura 5:

Sessão de Equoterapia, Projeto “Equoterapia: estimulando a memória e a concentração em portadores do transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.”

Fonte:

Acervo pessoal.



Figura 6:

Sessão de Equoterapia, Projeto “Um cavalo como Guia: equoterapia para deficientes visuais”.

Fonte:

Acervo pessoal.



Figura 7:

Sessão de Equoterapia: Projeto “Anjos de Quatro Patas: Equoterapia para portadores do transtorno autista.”

Fonte:

Acervo pessoal.



Figura 8:

Sessão de Equoterapia: Projeto “Utilizando a Equoterapia como ferramenta psicopedagógica para crianças com necessidades educativas especiais.”

Fonte:

Acervo pessoal.

Resultados

O Centro de Equoterapia da UFMT é um Programa de Extensão registrado atualmente na PROVIVAS/CODEX, Edital PBEXT 2015, sob nº 196324.955.82503.05022015 e está atuante desde 2012 onde vem desenvolvendo anualmente projetos de extensão e pesquisa devidamente registrados no âmbito da UFMT (PROVIVAS e PROPEQ) e atuando na complementação e formação de acadêmicos de diferentes áreas na prática de Equoterapia (**Quadro 1**).

Quadro 1: Programas e projetos desenvolvidos pelo Centro de Equoterapia da UFMT e pelo Núcleo de Estudos em Equoterapia.

Modalidade	Título	Duração	
Projeto Extensão	Implantação do Centro de Equoterapia da UFMT - Edital EXT 2011	AGO/2011	DEZ/2012
Programa Extensão	Centro de Equoterapia da UFMT - Edital PBEXT 2013	AGO/2013	AGO/2014
Projeto de Pesquisa	Equoterapia: estimulando a memória e a concentração em portadores do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. (330/CAP/2013)	ABR/2013	MAR/2014
Programa Extensão	Centro de Equoterapia da UFMT- Edital PROEXT 2014	JAN/2014	DEZ/2014
Projeto de Pesquisa	“Um cavalo como guia: equoterapia para deficientes visuais.”(109/CAP/2014)	MAI/2014	ABR/2016
Programa Extensão	Centro de Equoterapia da UFMT - Edital PBEXT 2015	ABR/2015	ABR/2016
Programa Extensão	Centro de Equoterapia da UFMT - Edital PROEXT 2015	JAN/2016	Dez/2017
Projeto de Pesquisa	“Anjos de Quatro Patas: Equoterapia para portadores do transtorno autista.” (180/2015)	MAI/2015	MAI/2016
Projeto de Pesquisa	“Utilizando a Equoterapia como ferramenta psicopedagógica para crianças com necessidades educativas especiais” (Edital FAPEMAT nº 005/2015)	AGO/2015	AGO/2017

Fonte: autoria própria.

Até o momento, participaram do Programa acadêmicos da graduação e pós-graduação de diferentes cursos, que manifestaram interesse em desenvolver projetos, trabalhos de conclusão, teses e dissertações sobre o assunto Equoterapia (**Tabela 1**) em cumprimento ao preceito de indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza educativa da proposta.

Tabela 1 : Total de Acadêmicos orientados e produtos gerados pelo Centro de Equoterapia da UFMT desde sua implantação

Área de Atuação	BE	PIBIC	EV	RES e TC	VIC	TESE
Fisioterapia			10			
Psicologia	4	1	4		2	1
Pedagogia	4		2		1	
Zootecnia	10		10	7		
Medicina Veterinária	1			1		
Educação Física	1		1			
Ensino Médio		4				

Legenda: BE: Bolsista de Extensão; PIBIC: Bolsista PIBIC e PIBIC-EM; EV: Estagiário Voluntário; RES: Relatórios de Estágio Supervisionado; TC: Trabalho de Curso; VIC: voluntário IC; TESE: tese de doutorado (em andamento). * Somente constam na tabela acadêmicos com mais de seis meses de participação no programa.

O Programa vem desenvolvendo relação multilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais. Desta forma, algumas ações contempladas com o Programa foram evidenciadas:

Ação Sócio-Educativa: na medida em que prevêem a inclusão social de crianças e jovens através de atividades voltadas para o animal, os acadêmicos estão vivenciando a zooterapia e utilizando esta ferramenta para melhorar o convívio social ao mesmo tempo em que estão praticando a cidadania, auxiliando portadores de necessidades especiais na prática de equoterapia (auxiliar na montaria, guiar os animais, trata-los, etc.). Acadêmicos que desenvolvem atividades com portadores de necessidades especiais adotam uma conduta social mais cidadã e humanitária, refletindo positivamente em seu crescimento profissional e pessoal.

Ação Inclusiva: refere-se à participação de diferentes segmentos da sociedade, portadores de necessidades especiais de natureza variada, que com esta prática inclusiva, tem condições de melhorar o convívio social e a saúde. Essa prática desenvolvida pelos acadêmicos apresenta considerável impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição para a inclusão de grupos sociais, para o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso dos estudantes ao processo de formação e de qualificação.

Ação Multiprofissional: O Programa é fundamentalmente multiprofissional, multidisciplinar e interdisciplinar, uma vez que agrega e necessita da coparticipação diversas áreas de conhecimento para delinear um plano de ação visando atingir seus objetivos. É uma forma de preparar acadêmicos e docentes para o trabalho em equipe, respeito mútuo e cooperação. Além disso, atende na íntegra os preceitos de interdisciplinaridade, interinstitucionalidade e interprofissionalidade, diretrizes que norteiam as Instituições de Ensino Superior.

Ação Científica e Tecnológica: os protocolos e metodologias desenhados para o programa, através do Núcleo de Estudos em Equoterapia, ficam disponíveis para outros profissionais que tenham interesse em desenvolver a prática da Equoterapia para portadores de necessidades especiais. Além de fornecer riqueza de material para pesquisa, também serve de escopo para o aprendizado, possibilitando aos acadêmicos dos diversos cursos envolvidos consolidar o conhecimento e propagar informação através da difusão dos resultados alcançados.

Ação Econômica e Social: com relação ao tema, considera-se este programa inspirador de pesquisas futuras, com estudos de casos para maiores comprovações práticas dos resultados, abrindo espaço para novas possibilidades a serem exploradas e desenvolvidas.

Ação Ensino, Pesquisa e Extensão: através dos projetos de pesquisa, o programa presta atendimento gratuito a portadores de necessidades especiais que constituem o público alvo dos projetos, esta ação possibilita aos acadêmicos contato com várias esferas da sociedade adquirindo conhecimento e experiência para atuarem com diferentes tipos de deficiências neuromotoras e distúrbios neuropsíquicos. A Tabela 2 apresenta o total de atendimentos realizados em cada projeto.

Tabela 2: Total de atendimentos realizados pelo Centro de Equoterapia da UFMT desde sua implantação

Projeto	Público Alvo	Nº Sessões por praticante	Total de Sessões realizadas
TDAH	12	24	288
Deficientes Visuais	18	24	432
TEA	16	32	512
Total Geral	46	80	1232

Conclusão

Pela observação de todos os produtos gerados pelo Programa até os dias atuais, percebe-se que as vertentes pesquisa, ensino e extensão se articulam de forma direta visto que possibilita aos acadêmicos diferentes oportunidades de participar como bolsistas ou estagiários de projetos de pesquisa vinculados ao programa, gerando publicação de trabalhos em seminários, congressos, participação em eventos da área, oportunidade para realizarem estágio supervisionado e elaboração de trabalho de conclusão de curso, além da participação em todas as atividades inerentes à equoterapia. A pesquisa é contemplada de forma contínua, uma vez que o Programa constitui um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo por alunos orientados por docentes da instituição e profissionais graduados de instituições parceiras. As parcerias estabelecidas com outras entidades promovem o desenvolvimento do projeto anualmente, no entanto a construção das instalações no âmbito da UFMT permitirá a execução de vários projetos simultaneamente e conseqüentemente os atendimentos poderão contemplar um número maior de praticantes.

Referências

BASTANI, Karine Marliza; TRAVASSOS, Luiz Carlos Panisset. **Equoterapia e Educação Inclusiva: Um Novo Olhar Pedagógico**, 2013. Disponível em: www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/aic/article/view/412/379. Acesso em: 16 de julho de 2015.

BITAR, Adriana. de. et al. Os benefícios da equoterapia para o desenvolvimento cognitivo e linguagem nos portadores de paralisia cerebral. **Revista da Associação Nacional de Equoterapia**, Brasília, ano 6, n. 9, p. 6-10, dez. 2004.

- CIRILLO, Lélío de Castro. **Curso Básico de Equoterapia**. Brasília: Associação Nacional de Equoterapia. ANDE – BRASIL, 2002.
- CITTERIO, Danielle. A hipoterapia na recuperação da pessoa portadora de deficiência e as atividades pré-esportivas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EQUOTERAPIA, 1, 1999, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ANDE-Brasil, 1999.
- COSTA SILVA, Jessica Nayara.; BASTANI, Karine Marliza; CARVALHO, Lucas Lage. **Equoterapia: um novo olhar pedagógico**. In: Trabalho acadêmico apresentado junto ao Curso de Ciências Biológicas do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2011.
- HADDAD, Claudio Maluf. et al. O Projeto equoterapia da Escola de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo - ESALQ – USP. Disponível em: <http://www.usp.br/prc/revista/pp7.html> Acessado em: 4 de agosto de 2015.
- LEITE, Valéria Bergamini. **Inclusão a partir da prática Equoterápica: a experiência do Ifsemg-Campus Barbacena**. 2009. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.
- LERMONTOV, Tatiana. **A Psicomotricidade na Equoterapia**. São Paulo: Ed. Idéias e Letras, 2004, 122 p.
- MEDEIROS, Milena; DIAS, Emília. **Equoterapia: noções elementares e aspectos neurocientíficos**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter, 2008, 59 p.



IDENTIFICAÇÃO DE ESPÉCIES ARBÓREAS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TRILHA INTERPRETATIVA NO PARQUE FLORESTAL DE SINOP – MT

Identificación de especies arbóreas y educación ambiental en senderos interactivos en el Parque Forestal de Sinop – mt

Emanoeli Borges Monteiro

Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Sinop, Instituto de Ciências Naturais, Humanas e Sociais, Mestre em Agronomia, Avenida Alexandre Ferronato, 1200, Sinop, Mato Grosso, CEP 78557-267, Brasil, 6635333129, emanoeli-borges@yahoo.com.br

Juliano de Paulo dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Sinop, Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais, Doutorando em Engenharia Florestal, Avenida Alexandre Ferronato, 1200, Sinop, Mato Grosso, CEP 78557-267, Brasil, 6635333129, juliano_engflorestal@yahoo.com.br

RESUMO

A interpretação ambiental e a educação ambiental constituem-se em ferramentas essenciais na promoção da consciência ecológica e qualidade de vida, e neste sentido, o Projeto “Identificação de Espécies Arbóreas e Educação Ambiental em Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop – MT”, executado no ano de 2010, promoveu a busca de conhecimentos pelos alunos do curso de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Mato Grosso, campus Sinop, bem como desenvolveu a educação e consciência ambiental em alunos dos ensinos fundamental e médio da rede municipal de ensino por meio da execução de trilha ecológica interpretativa. Com a finalidade de avaliar a contribuição da trilha interpretativa na formação cultural e intelectual dos alunos participantes da atividade, ao seu final, os mesmos responderam um Diagnóstico Rápido Participativo. Verificou-se que o Projeto cumpriu com seus objetivos de subsidiar as atividades didáticas e pedagógicas da disciplina de Dendrologia da grade curricular do curso de Engenharia Florestal da UFMT/Sinop, e, além disto, constituiu-se como ferramenta para a promoção do desenvolvimento sociocultural da região a partir da prática da educação ambiental com alunos do ensino fundamental e médio dos municípios de Sinop e Vera, respectivamente, sobre temas referentes ao uso e conservação da flora, fauna, recursos minerais e hídricos.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Dendrologia, Meio Ambiente, Percepção Ambiental.

RESUMEN

La interpretación ambiental y la educación ambiental constituyen herramientas esenciales para promover la conciencia ambiental y calidad de vida, en este sentido, el proyecto “Identificación de Especies Arbóreas y Educación Ambiental en Senderos Interactivos en el Parque Forestal de Sinop – MT”, ejecutado en el año 2010, promovió la búsqueda de conocimiento de los alumnos del curso de Ingeniería Florestal de la Universidad Federal de Mato Grosso, campus Sinop y desarrolló la educación y la conciencia ambiental en estudiantes de primaria y secundaria de la red municipal de educación, mediante la ejecución interactiva de senderos ecológicos. La finalidad del proyecto fue evaluar la contribución de los senderos interpretativos en la formación cultural e intelectual de los estudiantes que participaron del proyecto; una vez concluida la actividad, los alumnos respondieron a un Diagnóstico Rápido Participativo. Se comprobó que este proyecto cumplió con los objetivos de apoyar las actividades didácticas y pedagógicas de la asignatura de Dendrología del plan de estudios de Ingeniería Forestal de la universidad UFMT / Sinop, y además, se constituyó como herramienta para la promoción del desarrollo socio-cultural de la región, a partir de la práctica de la educación ambiental sobre temas relacionados con el uso y conservación de la flora, de la fauna, de los recursos minerales e hídricos, con los estudiantes de primaria y secundaria de los municipios de Sinop y Vera respectivamente.

Palabras clave: Extensión Universitaria, Dendrología, Medio Ambiente, Percepción Ambiental.

Introdução

A boa relação homem/natureza é essencial para a efetivação do Desenvolvimento Sustentável. Desde que o homem fixou moradia e começou a cultivar a terra, a distinção entre espécies vegetais e a domesticação de animais se tornaram essenciais para o cultivo e obtenção de alimentos. Atualmente, a prática de contemplação da natureza é realizada em áreas verdes, nesses locais trilhas são desenvolvidas com o objetivo de vivência e criação de uma consciência ecológica. Esse objetivo é alcançado mediante um melhor conhecimento dos recursos naturais (fauna, flora, recursos minerais e hídricos) e de suas inter-relações. O estado de Mato Grosso, localizado na região Centro-Oeste do Brasil, destaca-se como fronteira agrícola do país, entretanto, também se destaca pelos seus elevados índices de focos de calor (SOUZA et al., 2012), bem como desmatamento. Tendo em vista que o estado apresenta em seu território três tipos de Biomas (pantanal com 10% da área; cerrado com 40% e Amazônia com 50%) (FEARNSIDE, 2009), medidas de educação e conscientização ambientais são essenciais para a manutenção desta biodiversidade.

De acordo com Cavalcanti Neto e Amaral (2011, p. 129), “o processo educativo, nesse contexto, deve ser planejado e vivenciado no sentido de possibilitar, aos indivíduos, uma compreensão, sensibilização e ação que resulte na formação de uma consciência da intervenção humana sobre o ambiente, que seja ecologicamente equilibrada”.

A Dendrologia pode ser interpretada como uma ciência derivada da Botânica que busca a identificação das árvores, não apenas pelos caracteres de real valor taxonômico e filogenético, como também e principalmente pela valorização de elementos diagnósticos mais facilmente reconhecíveis, embora carentes de maior fundamento científico subjacente, não substituindo a Botânica Sistemática. Para a prática e bom aprendizado do ensino de Dendrologia são

necessárias práticas de reconhecimento no campo, principalmente em ambientes nos quais as árvores demonstram a sua forma florestal, para propiciar, em ambiente natural, o aprendizado da identificação baseada em caracteres dendrológicos.

Nesse sentido, a identificação de espécies vegetais, a interpretação ambiental e a educação ambiental podem e são utilizadas como ferramentas na promoção de consciência ecológica e qualidade de vida, características essas amplamente discutidas pela sociedade, mas que necessitam de mais experiências nas diversas regiões do planeta.

Desta forma, o Projeto “Identificação de Espécies Arbóreas e Educação Ambiental em Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop – MT”, constituindo-se como elo entre a universidade e a sociedade, objetivou propiciar aos estudantes da Engenharia Florestal condições para a prática de identificação de espécies arbóreas na disciplina Dendrologia; consolidar a trilha existente no Parque Florestal de Sinop, melhorando os atrativos à visitação e a possibilidade de integração do Parque à sociedade sinopense; trabalhar a educação ambiental em estudantes do Ensino Fundamental e Médio no município de Sinop e Vera no Parque Florestal, com o foco na relação íntima entre os componentes da biosfera e as consequências do desenvolvimento das atividades econômicas no norte mato-grossense.

Metodologia

O município de Sinop, localizado na região norte do estado de Mato Grosso, destaca-se como maior cidade e polo de desenvolvimento regional. Em seu entorno, encontram-se mais de 15 cidades, cujas principais atividades econômicas referem-se à agricultura, extração e madeira e pecuária e onde se verificam elevados índices de desmatamento (NOBRES et al., 2013). Neste contexto, a agricultura mecanizada e extração da madeira de forma não sustentável ocasionaram o desmatamento e fragmentação florestal (KUNZ et al., 2008).

O Projeto “Identificação de Espécies Arbóreas e Educação Ambiental em Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop – MT” foi planejado e executado durante o ano de 2010, no *campus* da Universidade Federal de Mato Grosso e no Parque Florestal de Sinop. Inicialmente, as atividades a serem executadas foram definidas e atribuídas à equipe executora, as quais seguem na Tabela 1.

Tabela 1: Descrição do cronograma das atividades executadas pelo Projeto “Identificação de Espécies Arbóreas e Educação Ambiental em Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop – MT”.

	Mês de execução	Descrição das atividades
Atividade 1	Abril	Identificação de espécies arbóreas no Parque Florestal;
Atividade 2	Maio	Limpeza da trilha, mapeamento e estabelecimento dos pontos de parada, com auxílio de GPS e outras ferramentas;
Atividade 3	Junho	Identificação da fauna que habita o Parque Florestal;
Atividade 4	Junho	Elaboração, confecção e instalação das placas de localização e orientação;
Atividade 5	Julho	Elaboração dos Diagnósticos Rápido Participativos (DRPs);
Atividade 6	Julho	Divulgação do Projeto e seleção das turmas do ensino fundamental e do ensino médio;

Atividade 7	Julho e Agosto	Aplicação dos DRPs e tabulação dos dados;
Atividade 8	Agosto	Exposição teórica sobre aspectos ecológicos e socioculturais relacionados ao parque florestal;
Atividade 9	Setembro a Novembro	Execução do percurso interpretativo (trilha) com as turmas do ensino fundamental e médio abordando temas relacionados a ecologia e meio ambiente e aplicação do DRP ao final do percurso;
Atividade 10	Dezembro	Elaboração de relatório final e materiais científicos.

Desta maneira, foram identificados indivíduos arbóreos representantes da região norte do Mato Grosso em trilha existente no Parque Florestal de Sinop, local onde os alunos do curso de Engenharia Florestal realizaram algumas práticas da disciplina de Dendrologia.

Foram também elaboradas placas de orientação com o mapa da trilha e sobre padrões de comportamento que devem ser adotados no convívio/visita a ambientes naturais e locais de parada na trilha, nos quais foram trabalhados temas referentes à ecologia de ecossistemas florestais e aquáticos e também placas de identificação de espécies arbóreas. Definiu-se que a trilha deveria ser clara e objetiva e que os pontos de parada deveriam evidenciar um tema específico, sempre buscando integrá-lo à realidade.

A Trilha Interpretativa foi executada no ano de 2010 com os alunos da rede municipal de ensino de Sinop no mês de julho, durante a Semana do Meio Ambiente, e no mês de outubro com alunos do ensino médio do município de Vera.

Nos dias 01 e 02 de junho de 2010, a UFMT/Sinop e a Prefeitura Municipal de Sinop em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizaram ações em prol das Comemorações da Semana do Meio Ambiente, com a participação de alunos de Ensino Fundamental de Escolas Municipais. Nesses dois dias, houve a realização de Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop, com a participação dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da “Escola Municipal de Ensino Básico Sadao Watanabe”.

Quanto aos alunos do Ensino Médio, devido à divulgação em mídias digitais da Semana do Meio Ambiente, a direção da “Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro” e Secretaria Municipal de Educação da cidade de Vera/MT contataram o coordenador do projeto para indagar se os alunos do segundo ano do Ensino Médio da escola poderiam participar da atividade, assim, esses alunos igualmente participaram do projeto, nos dias 02 e 09 de outubro.

Os alunos realizaram o percurso da trilha interpretativa com o auxílio de monitores treinados (estudantes da Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia e técnicos), e e , assim, conheceram também um pouco da fauna que habita o Parque, guiados por professores e alunos dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia da UFMT/Sinop.

Após a realização da Trilha Interpretativa, foi aplicado aos alunos participantes um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) com o objetivo de avaliar a percepção ambiental pleiteada a partir dos temas abordados, bem como verificar a contribuição da Trilha Interpretativa na formação cultural e intelectual da consciência ambiental dos alunos participantes da atividade.

O DRP foi aplicado na forma de questionário estruturado, com perguntas fechadas - para fazer uma avaliação quantitativa da atividade - e semi-abertas, com objetivo de avaliar qualitativamente a importância da trilha para os alunos e suas respectivas opiniões, seu aprendizado, dentre outros. As perguntas do questionário foram direcionadas de forma a avaliar o conhecimento adquirido pelos alunos durante a atividade, a percepção que os alunos têm de

meio ambiente e, por último, uma avaliação crítica da atividade, que objetivava demonstrar que pode ser melhorado nas próximas atividades da trilha interpretativa.

Para possibilitar uma maior participação e permitir aos alunos do Ensino Fundamental avaliar de forma crítica a atividade, as perguntas semi-estruturadas foram respondidas tanto de forma escrita quanto na forma de desenhos, dando ao aluno total liberdade em suas respostas. As respostas foram avaliadas individualmente de acordo com perguntas de forma quantitativa e qualitativa.

Segue abaixo DRP aplicado aos alunos do ensino fundamental.

- 1) *Você gostou de vir ao parque?* Sim () / Não (). Por quê? (pode desenhar ou escrever).
- 2) *Você conheceu alguma planta nova hoje que chamou mais atenção ou é mais bonita?* Sim () / Não (). Quais plantas você conheceu hoje? (pode desenhar ou escrever).
- 3) *Na sua casa tem plantas?* Sim () / Não (). Quais plantas? (pode desenhar ou escrever).
- 4) *Você viu algum animal no Parque Florestal?* Sim () / Não (). Qual? (pode desenhar ou escrever).
- 5) *Você aprendeu algo de novo durante a visita e o dia de hoje?* Sim () / Não (). O que? (pode desenhar ou escrever).
- 6) *Você gostou da trilha interpretativa?* Sim () / Não (). Por quê? (pode desenhar ou escrever).
- 7) *Você acrescentaria algo no dia de hoje e na trilha interpretativa?* Sim () / Não (). O que? (pode desenhar ou escrever).

Segue abaixo DRP aplicado aos alunos do ensino médio.

- 1) *Você já visitou o parque florestal?* Sim () / Não ()
- 2) *Qual principal meio de contato de sua família com ambiente?* () pescaria; () visitar sítio; () visitar parques; () nenhum () outra, qual?
- 3) *O que é feito com lixo de sua casa?* () prefeitura recolhe; () queimado; () outro, qual?
- 4) *Na sua casa tem plantas e árvores?* Sim, quais? () / Não ()
- 5) *O que é feito com as folhas de árvores em sua casa?* () queimadas; () enterradas; () prefeitura recolhe; () outro, qual?
- 6) *Quais árvores você conhece?*
- 7) *O que é meio ambiente?*
- 8) *Onde você aprende(u) sobre meio ambiente?* () escola; () em casa; () TV; () outros, quais?
- 9) *Qual a importância das árvores na mata e na cidade?*
- 10) *Qual sua expectativa com relação a trilha do parque florestal?*
- 11) *O que você achou de participar da trilha do parque florestal:* () ruim; () regular; () bom; () muito bom.
- 12) *Qual parte da trilha você mais chamou a atenção:* () ponto das araras; () ponto da figueira; () ponto da seringueira; () ponto do quiosque; () ponto da mata; () mata ciliar.
- 13) *Tem algum animal do Parque Florestal que chamou atenção?* Sim () / Não (). Se sim, por quê?

- 14) Qual planta chamou mais atenção? Justifique.
 15) O que você aprendeu sobre as raízes das plantas?
 16) Quais cuidados tomar dentro da mata?
 17) Você aprendeu algo de novo durante a visita ao parque florestal e o dia de hoje?
 Sim () / Não (). Se sim, o que?
 18) Você acrescentaria algo no dia de hoje e no Parque? Sim () / Não (). Se sim, o que?

Resultados e discussão

Identificação das Espécies Arbóreas

As espécies consideradas de relevância para inclusão no percurso da Trilha Ecológica foram identificadas através da observação de caracteres vegetativos, como presença de exsudações, padrão de nervação das folhas, características do ritidoma, porte da árvore, dentre outros. Após a identificação, cada espécie recebeu uma numeração, como forma de controle dos dados. Sendo assim, foram fixadas placas metálicas com o número correspondente de cada espécie.

A listagem das espécies arbóreas identificadas com seus nomes vulgares, científicos e família botânica, respectivamente, encontram-se na Tabela 2.

Tabela 2 – Espécies arbóreas identificadas com seus nomes vulgares, científicos e família botânica respectivamente.

Nome Vulgar	Nome Científico	Família Botânica
Sibipiruna	<i>Caesalpinia pluviosa</i>	Fabaceae
Tachi	<i>Triplaris surinamensis</i>	Poligonaceae
Cambará	<i>Gochnatia polymorpha</i>	Asteraceae
Guatazeiro	<i>Micropholis</i> sp.	Sapotaceae
Angelim pedra	<i>Dinizia excelsa</i>	Fabaceae
Guanandi	<i>Calophyllum brasiliense</i>	Clusiaceae
Amescla Branca	<i>Protium</i> sp.	Burseraceae
Guarantã	<i>Esenbeckia leiocarpa</i>	Rutaceae
Tachi Branco	<i>Triplaris surinamensis</i>	Polygonaceae
Canela de cutia	<i>Esenbeckia grandiflora</i>	Rutaceae
Sucupira Preta	<i>Bowdichia virgilioides</i>	Fabaceae
Leiteiro	<i>Peschiera fuchsiaefolia</i>	Apocynaceae
Embaúba	<i>Cecropia pachystachya</i>	Cecropiaceae
Mandiocão	<i>Didymopanax morototonii</i>	Araliaceae
Açaí	<i>Euterpe oleracea</i>	Arecaceae
Mamoninha-do-mato	<i>Mabea fistulifera</i>	Euphorbiaceae
Pinho cuiabano	<i>Schizolobium amazonicum</i>	Fabaceae
Guaritá	<i>Astronium graveolens</i>	Anacardiaceae
Cedrinho	<i>Erismia uncinatum</i> Warm	Vochysiaceae

Seringueira	<i>Hevea brasiliensis</i>	Euphorbiaceae
Figueira	<i>Ficus</i> sp.	Moraceae
Mirindiba	<i>Lafoensia glyptocarpa</i>	Lythraceae
Falso cacau	<i>Pachira aquática</i>	Bombacaceae
Peroba bosta	<i>Goupia glabra</i>	Goupiaceae
Angelim saia	<i>Parkia pendula</i>	Fabaceae
Cumarú	<i>Dipteryx odorata</i>	Fabaceae
Amescla morcegueira	<i>Trattinnickia burseraefolia</i>	Burseraceae
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>	Anacardiaceae
Ingá	<i>Inga</i> sp.	Fabaceae
Jambo do mato	<i>Bellucia grossularioides</i>	Melastomataceae
Farinha seca	<i>Albizia hasslerii</i>	Fabaceae
Leiteiro Branco	<i>Micrandra elata</i>	Euphorbiaceae
Pequi da mata	<i>Caryocar brasiliense</i>	Caryocaraceae
Paineira	<i>Chorisia speciosa</i>	Bombacaceae
Jutaí pororoca	<i>Dialium</i> sp.	Fabaceae
Canelão	<i>Ocotea</i> sp.	Lauraceae
Negramina	<i>Siparuna guianensis</i>	Siparunaceae
Sangra d'água	<i>Croton urucurama</i>	Euphorbiaceae
Castanheira do Brasil	<i>Bertholletia excelsa</i>	Lecythidaceae
Copaíba	<i>Copaifera langsdorffii</i>	Caesalpiniaceae

Trilha Interpretativa

Referente à Trilha Interpretativa realizada na Semana do Meio Ambiente (junho) com os alunos do Ensino Fundamental da rede municipal, participaram 60 alunos, sendo 30 alunos no dia primeiro de junho e 30 alunos no segundo dia do mesmo mês.

A segunda etapa de execução da Trilha Interpretativa (outubro) com os alunos do segundo ano do Ensino Médio da “Escola Estadual Nossa Senhora do Perpétuo Socorro”, da cidade de Vera, contemplou 50 alunos em cada dia.

A Figura 1 ilustra o mapa com o percurso bem como os pontos de paradas percorridos na Trilha Interpretativa, sendo que os pontos P1 e P2 foram acrescentados apenas na segunda fase do Projeto (Ensino Médio).

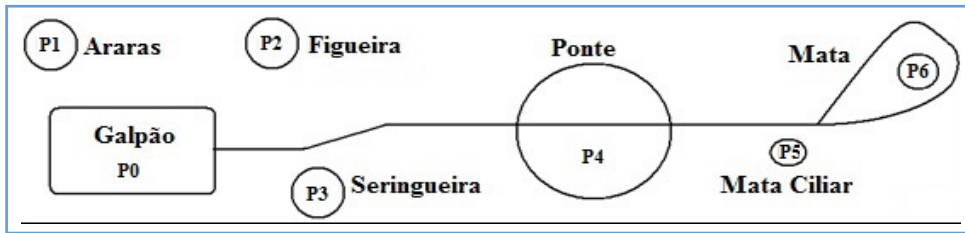


Figura 1: Percurso e pontos de paradas da Trilha Interpretativa, onde: **P0** - Local de aplicação dos Diagnósticos Rápido-Participativos; **P1** - Ponto das Araras; **P2** - Ponto da Figueira; **P3** - Ponto da Seringueira; **P4** - Ponto da Ponte, **P5** - Ponto da Mata Ciliar e **P6** - Ponto da Mata.

Ponto das Araras

Os alunos, guiados por monitores dos cursos de Zootecnia e Medicina Veterinária, observaram exemplares das araras vermelha (*Ara chloropterus*) e azul (*Anodorhynchus hyacinthinus*). Neste ponto foram expostos conteúdos a respeito de quais as espécies de araras habitam o Parque Florestal, bem como os aspectos a respeito da ecologia, ou seja, de hábitos alimentares e comportamentos de cada espécie.

Ponto da Figueira

No ponto da Figueira enfocou-se a relação ecológica de epifitismo existente entre espécies da família *Moraceae*, nesse caso mais especificamente *Ficus máxima* e outros vegetais. Os alunos puderam observar um exemplar das espécies conhecidas vulgarmente como “figueiras mata-pau”, ou seja, plantas que utilizam um indivíduo como suporte para germinação de suas sementes; após a germinação e com o crescimento e desenvolvimento vegetativo da espécie elas podem matar a planta suporte (em muitos casos são árvores) devido ao impedimento do transporte de fluidos no corpo da planta, por consequente estrangulamento ocasionado pelas “raízes” das plantas que apresentam esse comportamento.

Ponto da Seringueira

Neste ponto de parada destacou-se a espécie arbórea *Hevea brasiliensis*, vulgarmente conhecida como seringueira, enfatizando-se sua origem Amazônica e sua utilização na produção de látex (produto florestal não madeireiro) para a obtenção de borracha natural, a qual é empregada em diversos processos produtivos, como, por exemplo, de pneus, calçados e instrumentos cirúrgicos (LORENZI, 2000). Durante a explanação, neste ponto de parada (Figura 2), o tronco do exemplar da espécie foi cortado para que os alunos pudessem observar a exsudação do látex.



Figura 2:
Monitores e
alunos dos Ensino
Fundamental (A) e
médio (B) no Ponto da
Seringueira.

Ponto da Ponte

Este ponto de parada (Figura 3) se localizava no quiosque sobre o córrego existente no Parque Florestal, onde os alunos puderam observar vários animais do hábitat aquático, como peixes, traca-jás e cágados cujos hábitos, curiosidades e características foram explanados.

Os alunos também receberam orientação quanto aos hábitos alimentares dessas espécies, tendo sido instruídos a não alimentá-los sem uma devida recomendação, tendo em vista que podem ser prejudicados se o alimento não promover o equilíbrio necessário à sua dieta ou podem até mesmo serem intoxicados, tendo em vista que os alimentos humanos possuem conservantes que estas espécies não são capazes de metabolizar.

Ponto da Mata Ciliar

No Ponto da Mata Ciliar explanou-se que esta consiste na vegetação adjacente aos cursos d'água, ocorrendo em associação com estes. Ressaltou-se sua importância, destacando-se que a retirada da vegetação das margens promove uma maior iluminação da água e um aumento da temperatura (importante na determinação do sexo de peixes, o que pode causar em desequilíbrio ambiental). Além disto, a maior iluminação da margem favorece a ocorrência e abundância de fitoplânctons na margem dos cursos d'água que irão competir com os peixes, cágados e traca-jás por alimento e oxigênio.



Figura 3: Monitores e alunos dos ensinos fundamental (A e B) e médio (C e D) no Ponto da Ponte.

Ponto da Mata

No Ponto de parada da Mata (Figura 4), abordou-se basicamente a importância das florestas sobre a ciclagem de nutrientes. A serrapilheira, que é o “piso das florestas” é composta por folhas, galhos e micro-organismos que são depositados sobre o piso da floresta.

Através da demonstração de troncos caídos, em decomposição e com fungos, foi explicada a importância da decomposição, em que as plantas mortas contribuem com a dinâmica da floresta, pois servem de alimento e abrigo para todos os tipos de animais, inclusive os decompositores. Foi chamada a atenção para os fungos chamados vulgarmente de “orelhas-de-pau”, instalados no tronco morto do ponto de parada (Figura 4B). Igualmente destacou-se os cupins arbóreos que estavam instalados em algumas árvores, por consistirem em um dos animais da floresta que contribuem para a ciclagem de nutrientes, que foi abordada anteriormente.

Também foi exposto que se não existissem organismos decompositores ou mesmo se nós os retirássemos da natureza, não haveria a decomposição e conseqüentemente a ciclagem de nutrientes, e com isso, o piso da floresta seria dominado somente por folhas.

Durante o percurso para esse ponto de parada, chamou-se atenção para o descaso com

a floresta do Parque devido à deposição de lixo pelo caminho. Os alunos foram orientados para sempre jogar o lixo no lixo, pois os plásticos, por exemplo, demoram até 600 anos para se decompor e podem acarretar diversos problemas à fauna local, caso ingeridos.



Figura 4:
Monitores e alunos do ensino fundamental no Ponto da Mata (A) e observando fungos em tronco caído (B).

Diagnóstico Rápido-Participativo – Ensino Fundamental

Avaliação dos alunos sobre a trilha interpretativa

Todos os alunos gostaram de participar da atividade e de visitar o Parque Florestal, mas a concepção dos alunos sobre atividade vai desde respostas simples, como a do aluno Paulo Sérgio, de 11 anos, que disse: “gostei porque é divertido, por que é legal, bonito”, o que é natural devido à sua idade e grau de escolaridade.

No entanto, a maioria das respostas foi mais complexa, como a do aluno Witalo M. de 10 anos, que escreveu: *“por que aprendi sobre meio ambiente e tem árvores, rios, peixes, tracajás, cagados, etc”*, ou então, da aluna Alyne A. de 10 anos: *“pois é um lugar quieto, bom de ficar”*, ou, de Matheus de 10 anos: *“gostei de conhecer novas árvores e que é importante cuidar e preservar meio ambiente”*.

As repostas indicam o quanto é importante realizar atividades práticas de educação ambiental, possibilitando aos alunos o contato direto com o meio ambiente.

A resposta que chamou mais atenção foi do aluno Anderson de 10 anos, que afirmou: *“foi legal, por que o fiscal deixa a gente perguntar, escrever, desenhar e etc.”* Isso demonstra a importância de atividades participativas, que possibilitam maior aprendizado, pois chamam mais a atenção dos alunos, que têm maior liberdade para se expressar e perguntar.

Quanto ao conhecimento adquirido, 82,5% dos alunos, afirmaram ter aprendido alguma informação nova sobre educação ambiental, plantas e bichos.

A árvore mais citada pelos alunos foi a Seringueira. Para descrevê-la, grande parte dos alunos desenharam, outros optaram por escrever, inclusive a Aluna Pamela C. de 10 anos: *“a Seringueira tem o látex, que fabrica a borracha”*.

Dentre as atividades desenvolvidas na Trilha Interpretativa, o ponto de parada da Ponte sobre o córrego mereceu destaque, tendo em vista que os alunos puderam visualizar parte da fauna na represa (peixes, cágados e tracajás), que prenderam a atenção e motivaram as crianças.

No Parque também existem diversos tipos de pássaros como, por exemplo, a arara canindé, e macacos (aranha, prego, saguí). No entanto, observamos que estes não despertaram tanto interesse dos alunos quanto o Ponto da Ponte.

Os alunos demonstraram grande interesse sobre os locais dos pontos de parada, justificando a escolha para a realização deste tipo de atividade.

Contato diário dos alunos com meio ambiente

Todos os alunos responderam que possuem plantas em casa, sendo que a grande maioria optou por desenhá-las. Boa parte respondeu que em casa tem roseira, e outras plantas e árvores, como mamão, manga, goiaba, orquídea, coqueiro, laranja, acerola, caju, jabuticaba, limão. Outras plantas citadas pelos alguns alunos foram: samambaia, romã, abacate, maracujá, pimenta, banana, pinha, coroa-de-cristo, figo, cana, cebolinha, hortelã, rabanete, mandioca.

Essa grande diversidade de plantas e árvores citadas demonstra que os alunos têm contato diário e certo conhecimento sobre as plantas comuns, sendo a grande maioria usada na alimentação.

Apesar de viverem em região de transição dos biomas Cerrado-Amazônia, poucas espécies amazônicas foram citadas, o que pode ser avaliado como negativo, pois representa uma desvalorização das espécies da região.

A trilha interpretativa pode ter papel fundamental no conhecimento, valorização e preservação das espécies da floresta amazônica. Um exemplo é a Seringueira, citada por grande parte dos alunos, que provavelmente conheciam a borracha, mas desconheciam, no entanto, que é esta espécie da Floresta Amazônica que a produz.

Aprendizado na trilha interpretativa

A maioria dos alunos (87,5%) respondeu que aprendeu algo de novo na trilha interpretativa. Um ponto que chamou atenção foi com relação aos hábitos alimentares dos animais do Parque. A resposta da aluna Samara A. de 10 anos, que explicou: “*não se deve trazer alimentos de casa para os animais comer*”, ou Sabrina de 10 anos, que escreveu: “*aprendi que não pode dar chiclete aos cágados e tracajás*”.

A importância da postura ambientalmente correta também foi lembrada pelos alunos, como por exemplo, Anderson, de 11 anos, que respondeu: “*não se deve jogar lixo nos rios e no mato*”, ou Julia, de 11 anos: “*aprendi a cuidar do meio ambiente*”. Em outro contexto, Felipe, relatou: “*por que aprendi como é produzido adubo para as plantas*”, já Anando, de 10 anos, escreveu: “*por que aprendi sobre fungos, orelha-de-pau, cupins e algas*”.

As respostas demonstram que o contato do aluno com meio ambiente promove uma compreensão dos seus mecanismos de funcionamento e pode ser um método fácil e eficaz de ensinar a preservação e conservação do meio ambiente.

O que pode ser melhorado na trilha

35% dos alunos avaliaram que a trilha interpretativa não precisa de grandes mudanças. O restante, ou seja 65%, relata que deve haver mudanças, no entanto a maioria não soube responder quais seriam. Alguns citaram que gostariam de mais tempo no Parque; outros sugerem maior período de tempo para abordar sobre Seringueira e mata ciliar, por exemplo; outros citaram que houvesse maior explanação sobre os animais, árvores e pontos de parada. Ou seja, os alunos gostariam de uma trilha mais longa, com mais contato e conhecimento sobre o ambiente. Dentre os relatos, um dos mais surpreendentes, foi do aluno Michal, de 11 anos de idade, que disse: “*sim, gostaria que a trilha fosse mais grande, obrigado pessoal!*”.

Constatou-se que o objetivo da trilha interpretativa foi alcançado, tendo em vista que os alunos demonstraram um aprendizado significativo no tema Educação Ambiental. O contato com meio ambiente, através de aulas dinâmicas e participativas, pode ser uma importante ferramenta, no paradigma ensino/aprendizagem, proporcionando maior aprendizado e interesse dos alunos.

Dentro dessa dinâmica participativa e de possibilitar maior liberdade para respostas (as quais poderiam ser escritas, desenhadas ou ambos), chamou atenção o fato de alguns alunos optarem apenas pelas respostas escritas ou pelo desenho, no entanto, a grande maioria das respostas foram desenhadas e escritas, ou seja, essa liberdade provavelmente possibilitou aos alunos uma maior expressão de seus pensamentos, sentimentos e aprendizado.

Quanto às proposições sugeridas pelos alunos, acreditamos que irão contribuir positivamente no planejamento e metodologia das próximas trilhas interpretativas.

Diagnóstico Rápido-Participativo – Ensino Médio

Os dados provenientes dos Diagnósticos Rápido-Participativos aplicados nos alunos que participaram da segunda etapa da Trilha Interpretativa foram processados e interpretados, cujos resultados obtidos seguem.

Contato diário dos alunos com o meio-ambiente

No que diz respeito ao principal meio de contato das famílias dos alunos com o meio

ambiente, “visitas a sítios” correspondeu a 38% dos resultados, seguido de “pescarias” (28%) e “visitas a parques” (19%). 8% das famílias não têm contato algum com o meio ambiente, e os demais 7% dizem ter contado de outras formas com o meio ambiente, como fazendas, chácaras e também caça.

Quase a totalidade dos alunos (97%) respondeu que tem plantas em casa. A grande maioria possui plantas frutíferas em suas casas, tais como mangueiras, jabuticabeiras, coqueiros, goiabeadas, pés de acerola, laranja, limão, bergamota, pitanga, caju, abacate, ingá, mamão, ameixa, banana, jaca, romã, dentre outras. Outras plantas citadas pelos alguns alunos foram: samambaia, mandioca, rosas, flores, hortas, e arvores, tais como eucalipto, guarantã, jatobá, fícus.

Essa grande diversidade de plantas e árvores citadas demonstra que os alunos têm contato diário e certo conhecimento sobre as plantas comuns, sendo a grande maioria usada na alimentação.

Quando perguntados acerca das árvores que conhecem, os alunos demonstraram que conhecem muitas espécies, sendo a maioria nativas, dentre as citadas encontram-se pau-brasil, champanhe, seringueira, guarantã, cedro, garapeira, figueira, angelim, pinho, ipê, castanheira, teca, eucalipto, itaúba, embaúba, angico, bajão, sumaúna, além das frutíferas anteriormente citadas.

Fontes de conhecimento acerca do meio ambiente

Segundo resultado do DRP, 54% dos conhecimentos adquiridos pelos alunos acerca do meio ambiente advêm da escola, demonstrando a sua importância para a conscientização e educação dos alunos. Além disso, a televisão e a educação passada em casa tem participação significativa na contribuição ao conhecimento dos alunos (20% cada) acerca do meio ambiente. Demais fontes são citadas pelos alunos (6% restantes), tais como livros, palestras, cursos e internet.

Destino do lixo doméstico nas casas dos alunos

Quanto ao destino dado ao lixo doméstico produzido nas casas dos alunos, 74% tem lixo recolhido pela Prefeitura, enquanto que 13% queimam o lixo. Os demais 13% dão diferentes destinos a esse lixo, principalmente enterrando-o, demonstrando que certamente a coleta de lixo oferecida pela Prefeitura é insuficiente e os moradores têm de descartar o lixo doméstico de forma ambientalmente incorreta.

Destino de resíduos florestais nas casas dos alunos

Também foi perguntado aos alunos o que é feito com as folhas e galhos de árvores em suas casas, sendo que quase a metade (48%) respondeu que a prefeitura recolhe; 18% queimam as mesmas; 17% as enterram e os demais 17% utilizam as folhas de outras formas, sendo muito citada a utilização para produção de húmus.

Entendimento dos alunos sobre o meio ambiente

Ao interpelar os alunos acerca de seu entendimento sobre meio ambiente, a grande maioria mostrou conhecer o conceito básico, que é o meio onde vivemos.

No entanto, as respostas de alguns alunos chamaram à atenção, como a da aluna Magali Inês, de 17 anos que disse: *“É tudo aquilo que é exterior a um indivíduo e que de algum modo pode afetar sua forma de vida”*. O aluno Vinícius A., 16 anos, enfatizou que meio ambiente *“é tudo que está a nossa volta, natureza, homem, urbanização e um meio de convivência harmônica entre todos”*.

Com relação à opinião dos alunos acerca da importância das árvores para a mata e para a cidade, os mesmos mostraram ter um conhecimento básico, sendo os pontos mais abordados; a fotossíntese, amenização da temperatura, incorporação de gás carbônico, liberação de gás oxigênio, fornecimento de alimentos, madeira, diminuição de erosão e sedimentação dos rios.

Aprendizado na Trilha Interpretativa

Dentre as atividades desenvolvidas no Parque Florestal, o ponto de parada das Araras foi o que mais chamou a atenção dos alunos (41% das respostas), a maioria dos alunos justificou essa escolha por poder apreciar e ver de perto o porte e a beleza destes animais da fauna brasileira, como também poder aprender mais informações acerca das mesmas.

O aluno Ezequiel W., 15 anos, salientou que a interação com esses belos animais o surpreendeu demasiadamente e que a natureza é perfeita.

A aluna Juliana S., 16 anos disse: *“Eu achei muito interessante os nomes científicos de cada uma delas”*. O aluno Vicente, 17 anos, disse que *“poder alimentá-las foi uma experiência fascinante, além de adquirir conhecimentos e poder admirá-las tão de perto”*.

O Ponto da Ponte foi o segundo mais citado, com 30% das respostas. O aluno Eduardo Félix, 16 anos, afirmou: *“lá aprendi as diferenças entre cágados, tracajás, jabutis e tartarugas. Além disso, pude ver vários animais como os cágados, tracajás, patos, peixes e gansos”*. O aluno Albertino B., 16 anos também gostou muito deste Ponto, pois de lá *“vimos a mata maravilhosamente linda”*.

O Ponto da Mata correspondeu a 11% das respostas. Conforme resposta do aluno Gustavo B., ele gostou muito deste ponto, pois lá ele pode *“entender um pouco mais sobre as matas, e os nomes científicos de algumas árvores”*. A aluna Dulciane D., 16 anos afirmou que *“foi onde pude entender melhor sobre as árvores, animais, e acabar com algumas dúvidas”*.

Já a aluna Andressa R., 16 anos, afirmou que o Ponto da Mata chamou mais atenção *“porque podemos ver o que estava ao nosso redor com uma mata preservada e um ar muito puro”*. A aluna Terezinha L., 17 anos salientou que foi muito bom andar nas trilhas, pois o ar era mais fresco.

O Ponto da Mata Ciliar correspondeu a 9% das respostas. O aluno Tiago M., de 17 disse: *“[...] aprendi que a mata ciliar ajuda a não só preservar o rio, mas que sua presença influencia na temperatura da água que por sua presença interfere na sexagem dos peixes, e também no aumento de algas e fitoplâncton que podem competir por oxigênio com os próprios peixes”*.

O Ponto da Seringueira recebeu 8% das respostas, o aluno Vinícius A., 16, afirmou: *“Porque o Brasil cultivava essa espécie na Amazônia para fazer borracha”*. Além disto, outros alunos ficaram muito surpresos ao saber que a borracha é proveniente de um produto (látex) produzido pela Seringueira (*Hevea brasiliensis*).

O Ponto da Figueira correspondeu a 1% das respostas, e a aluna Luana G., 17 anos, citou que foi muito interessante ver a árvore *“mata-pau”* e sobre o modo que acaba sufocando e matando a árvore sobre a qual se desenvolve.

A trilha interpretativa pode ter papel fundamental no conhecimento, valorização e preservação das espécies da floresta amazônica. Um exemplo é a Seringueira, citada por grande parte

dos alunos. Eles, provavelmente conheciam a borracha, mas desconheciam, no entanto, que é esta espécie da Floresta Amazônica que a produz.

Quando indagados se algum animal chamou sua atenção ou não, 92% dos alunos disseram que sim. Das respostas afirmativas, 33% correspondem às araras, 38% aos macacos, 11% aos cágados, 9% aos tracajás, 6% aos jabutis, e 1% tanto para papagaios, capivaras e pacas.

Todos os alunos responderam que houve alguma planta que mais chamou sua atenção. 43%, diz respeito a Figueira que ficaram surpresos e acharam interessante o fato da Figueira mata-pau (*Ficus maxima*) matar e sufocar outra planta.

A Seringueira também mereceu destaque, sendo citada por 40% dos alunos, que acharam interessante o fato de a Seringueira ter uma importância histórica e dela produzir o látex que é utilizado para a fabricação da borracha.

A Embaúba recebeu 13% das respostas, por ser uma árvore pioneira, importante para a recuperação de áreas degradadas e também por ser oca por dentro. Além disso, foram citados as palmeiras (3%), e o guarantã (1%).

Quando indagados a respeito do que aprenderam sobre as raízes das plantas, a maioria dos alunos mostrou que prestaram atenção às explicações realizadas pelos monitores e alunos acerca do assunto, dizendo sobre a importância em absorver água e nutrientes, fixar a árvores ao solo, agregar as partículas do solo, dentre outros.

A respeito dos cuidados que devem ser tomados dentro da mata, os alunos mencionaram andar sapato fechado, calças e blusas de manga longa, prestar atenção aonde se pisa, andar com alguém que conheça previamente o local, não mexer com animais e plantas desconhecidas, dentre outros.

Conhecimento Adquirido e Avaliação da Trilha Interpretativa

Quanto ao conhecimento adquirido, 83% dos alunos, disseram que aprenderam algo de novo durante a visita ao Parque Florestal.

Para avaliar a atividade realizada e saber a impressão que os alunos tiveram, eles puderam classificar as atividades em muito boa (80%), boa (18%), regular (2%) e ruim (0%). Para avaliar se os alunos gostaram da atividade, eles tiveram a liberdade de atribuir uma nota de 1 a 10, sendo que 70% atribuíram nota 10; 20%, nota 9; 6,67%, nota 8, e 3,33%, nota 7, resultado considerado satisfatório.

Considerações Finais

O Projeto “Identificação de Espécies Arbóreas e Educação Ambiental em Trilha Interpretativa no Parque Florestal de Sinop – MT” constituiu-se em possibilidade de ensino prático de identificação de espécies arbóreas na disciplina de Dendrologia para os estudantes do curso de Engenharia Florestal, visto que não havia a possibilidade de realização de aulas práticas no *campus*, em virtude de que sua arborização estava em fase de implantação.

O Projeto possibilitou a integração do Parque Florestal à sociedade da região norte mato-grossense e também criou e ou melhorou a relação homem/ambiente a partir da educação e percepção ambiental de alunos do Ensino Fundamental do município de Sinop e do Ensino Médio do município de Vera, além de ter proporcionado o treinamento de estudantes da Engenharia Florestal na execução de trabalhos em educação ambiental.

Referências

- FEARNSIDE, P. M. A vulnerabilidade da floresta amazônica perante as mudanças climáticas. *Oecologia Brasiliensis*, v. 13, n. 4, p. 609-618, 2009.
- KUNZ, S. H.; IVANAUSKAS, N. M.; MARTINS, S. V.; SILVA, E.; STEFANELLO, D. Aspectos florísticos e fitossociológicos de um trecho de Floresta Estacional Perenifólia na Fazenda Trairão, Bacia do rio das Pacas, Querência-MT. *Acta Amazônica*, v. 38, p. 245-254, 2008.
- LORENZI, H. Árvores brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. v.1, 3ª ed. Nova Odessa. Editora Plantarum, 352 p., 2000.
- CAVALCANTI NETO, A. L. G.; AMARAL, E. M. R. Ensino de ciências e educação ambiental no nível fundamental: análise de algumas estratégias didáticas. *Ciência & Educação*, v. 17, n. 1, p. 129-144, 2011.
- NOBRES, E. S.; SOUZA, L. A.; RODRIGUES, D. J. Incidência de leishmaniose tegumentar americana no norte de Mato Grosso entre 2001 e 2008. *Acta Amazônica*, v. 43, n. 3, p. 297-303, 2013.
- SOUZA, A. P.; CASAVECCHIA, B. H.; STANGERLIN, D. M. Avaliação dos riscos de ocorrência de incêndios florestais nas regiões Norte e Noroeste da Amazônia Matogrossense. *Scientia Plena*, v. 8, n. 5, p. 1-14, 2012.



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA LICENCIATURA: RELAÇÕES DE (TRANS)FORMAÇÃO

**Wanderleya Nara
Gonçalves Costa**

Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário do Araguaia, Instituto de Ciências Exatas e da Terra. Doutora em Educação, na área de Educação Matemática – USP/SP, Campus Universitário do Araguaia, Avenida Universitária, 3500, Pontal do Araguaia - MT, 78698-000. Telefone: (66) 3402-1100, E-mail: wannara@ufmt.br

Edvania Portilho Lopes

Universidade Federal de Mato Grosso, Campus do Araguaia, Licenciatura em Matemática. Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Matemática Araguaia, Edvania-portilho@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho, discorreremos sobre a Extensão Universitária, recorrendo, inicialmente, a uma contextualização histórica e argumentando que a configuração ora assumida por ela — a Extensão — pode ser importante na formação de educadores. Ao fazê-lo, discutimos a constituição de espaços alternativos para o Estágio Supervisionado obrigatório e evidenciamos experiências concretas de ação, descrevendo o percurso que nos levou a replicar, nos últimos sete anos, um Programa de Extensão vinculado à formação inicial e continuada de professores de matemática. Em seguida, expomos os resultados de uma investigação que buscou elucidar como (ou se) a participação em atividades de Extensão tem sido proficiente na constituição profissional docente dos estudantes do curso de Licenciatura em Matemática do Campus do Araguaia, da UFMT. Nesta pesquisa qualitativa de caráter exploratório, fizemos uso do estudo de caso e de um questionário como técnica de coleta de dados para conhecer as opiniões de doze licenciandos. À vista disto, foram enunciados e analisados trechos das falas dos estudantes nos quais eles evidenciaram a importância da Extensão para a consolidação de saberes matemáticos e experienciais da docência, a construção da prática pedagógica e o desenvolvimento da capacidade de trabalho em equipe, dentre outros. As principais reflexões então instituídas nos levaram a concluir que a Extensão pode ser um aporte fundamental para a licenciatura, pois permite estabelecer um elo entre os conceitos estudados e a prática profissional na busca por transformações sociais. Contudo, nesta condição, as atividades de Extensão ainda favorecem a modificação de práticas pedagógicas que se desenvolvem na Universidade e também nas escolas de Educação Básica, o que a torna capaz de (trans)formar a prática profissional docente.

Palavras-chave: Licenciatura em Matemática; saberes docentes; práticas pedagógicas.

RESUMEN

En este trabajo, hablamos sobre la Extensión Universitaria utilizando inicialmente un contexto histórico y el argumento de que la configuración asumida por ahora por la Extensión puede ser importante en la formación de los educadores. Al hacerlo, a Extensión se presenta como una posibilidad de crear espacios alternativos para iniciar las prácticas profesionales. Se ilustran las experiencias concretas de acción describiendo la ruta que nos llevó a replicar los últimos siete años un Programa de Extensión vinculada a la formación inicial y continua de los profesores de matemáticas. A continuación se exponen los resultados de una investigación que buscaba dilucidar cómo (o si) la participación en actividades de Extensión ha sido competente en la enseñanza de la formación profesional de los estudiantes de Grado en las Matemáticas, de la UFMT. En esta investigación cualitativa de carácter exploratorio, se utilizó el estudio de caso y un cuestionario como técnica de recolección de datos para la vista de doce estudiantes de licenciatura. En vista de esto, el discurso de los estudiantes fueron expuestos y analizados en el que se hizo hincapié en la importancia de la Extensión a: la consolidación del conocimiento matemático y experimental de la enseñanza, la construcción de la práctica pedagógica y el desarrollo de la capacidad de trabajar en equipo, entre otros. Las principales reflexiones instituidas nos llevaron a concluir que la Extensión puede ser una contribución fundamental a licenciatura, que permite establecer un vínculo entre los conceptos estudiados y la práctica profesional en la búsqueda de la transformación social. Sin embargo, en esta condición, las actividades de Extensión también están a favor de la modificación de las prácticas pedagógicas que se desarrollan en la Universidad y también en las escuelas de educación básica, lo que hace que sea capaz de formar la práctica profesional de la enseñanza.

Palabras clave: Licenciatura en Matemáticas; la enseñanza de los conocimientos; prácticas pedagógicas.

Introdução

A Extensão Universitária, ao longo de sua história, assoma em diversas situações teóricas e ideológicas com diferentes tipos de praxis. Atualmente, em sua dimensão pedagógica, a Extensão revela-se como um espaço e um processo de aprendizagem capaz de colaborar na formação de profissionais para que conheçam e compreendam melhor a realidade e os fenômenos sociais, de modo a instituir maior capacidade para responder aos desafios a eles impostos.

Em especial, na formação de professores, a participação sistemática em ações extensionistas pode ser determinante para a constituição de identidades profissionais plurais, visto que permite o estabelecimento e a exploração de espaços educativos diferentes, nos quais a união entre teoria e prática promove um sentido para o processo de aprendizagem de cada estudante, de acordo com o percurso formativo escolhido. É por esta razão que no curso de Licenciatura em Matemática do Campus Universitário do Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso (CUA/UFMT), temos promovido a inserção dos licenciandos em diferentes programas e projetos de Extensão, além das atividades deste tipo previstas nas disciplinas de Estágio Obrigatório do Curso, desde 2009.

Neste artigo, elucidamos que, no contexto do trabalho que realizamos, Ensino, Pesquisa e Extensão se articulam para permitir a realização de trabalhos interdisciplinares, contextualizados

e integradores, que permitam o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais de educadores matemáticos. Explicamos como tais ações estão previstas no Projeto Pedagógico do Curso e como se dá a organização das atividades extensionistas dos licenciandos. Também expomos os resultados de uma investigação que buscou elucidar se, na opinião dos estudantes do Curso, a participação em atividades de Extensão tem sido, de fato, proficiente na sua constituição profissional docente.

Para a apresentação das reflexões e da pesquisa focos deste artigo, elaboramos uma narrativa que, inspirada em Lopes e Costa (2016), será conduzida pela seguinte estrutura: na primeira seção, percorreremos o contexto histórico que levou à constituição do atual conceito de Extensão e à sua vinculação com o Ensino. Em seguida, explicamos como a Extensão Universitária se faz presente na Licenciatura em Matemática no CUA/UFMT e, por último, apresentamos e analisamos os dados obtidos na pesquisa empírica, assim como as considerações finais.

Contexto Histórico

A Extensão Universitária surgiu na segunda metade do século XIX, na Inglaterra. Paula (2013, p. 6) assegura que, em 1871, a Universidade de Cambridge foi a primeira a criar um programa formal de cursos de Extensão, que foram levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham, em pouco tempo tais cursos atingiam todos os recantos do país. Da Inglaterra, a Extensão se difundiu na Bélgica, posteriormente na Alemanha e logo por todo o continente europeu. Ao chegar aos Estados Unidos, criou-se a American Society for the Extension of University Teaching, que impulsionou as atividades de Extensão, pioneiramente, na Universidade de Chicago, em 1892.

Já no Brasil, a Extensão Universitária teve início de 1914 a 1917 na Universidade Livre de São Paulo, com o propósito de aproximar os intelectuais da população. As primeiras tentativas extensionistas não tiveram êxito, pois as conferências realizadas para o público se referiam a temas políticos, sociais e econômicos, com raríssimos debates. Os assuntos eram muito específicos em suas respectivas áreas e a maioria da população era constituída predominantemente de trabalhadores rurais e analfabetos; nesse sentido, é possível compreender o distanciamento entre a população e as primeiras ações extensionistas em nosso país (NOZAKI *et al*, 2015, p. 229).

Ainda segundo Nozaki *et al.* (2015, p. 229), foi a partir de 1918, após o Manifesto de Córdoba — no qual os estudantes reivindicavam reforma acadêmica que acabou por romper a estrutura dominante — que a Extensão Universitária passou a assumir seu papel de atividade extracurricular com a finalidade de articular atividades em contato direto entre estudantes e sociedade. Nesta condição, pôde oferecer aos alunos a oportunidade de conhecer e de solucionar problemas sociais de seu povo antes de assumir, de fato, sua atividade profissional.

Entretanto, o primeiro registro oficial sobre Extensão Universitária nestes moldes em território brasileiro somente apareceu no Estatuto da Universidade Brasileira no Decreto-Lei nº 19.851, de 1931. Desde esta época até 1961, com a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional de nº 4.024/1961, a Extensão foi entendida como uma modalidade de curso, conferência ou assistência técnica rural. Surgiu então, nessa mesma época, uma Extensão diferenciada, especialmente desenvolvida pelo Movimento Estudantil, para discutir os problemas político-ideológicos e a Educação no contexto nacional; também eram realizadas ações voltadas para o atendimento à população carente (FORPROEX, 2006, p. 17).

Em 1964, com o Golpe Militar, essas ações foram interrompidas e somente dois anos mais tarde, em 1966, surgiu o Projeto Rondon que, capitaneado pelo Ministério do Interior, colocava os estudantes a serviço do Estado. Com o Projeto Rondon, a Universidade atuou como instituição participava das atividades propostas pelo governo, mas sem exercer seu papel criativo e problematizador de questões político-sociais brasileiras. Entretanto, no interior das Universidades, surgiam movimentos contra hegemônicos que, naquele mesmo ano, levaram à criação dos chamados Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. A princípio, tais Centros tinham como objetivo proporcionar aos estudantes uma atuação junto às comunidades rurais, engajando-os aos propósitos militares. Posteriormente, os CRUTAC se transformaram em campos de treinamento e de estágio para os estudantes universitários (FORPROEX, 2006, p. 19).

Neste contexto, a sociedade reivindicava reforma de base e, em 1968, foi implantada a Reforma Universitária por meio da lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968). Os desenvolvimentos para a Universidade logo se fizeram surgir, porém, no que diz respeito à Extensão Universitária, ela continuou apenas a adotar a forma de cursos e de serviços especiais de atendimento à comunidade. Somente na década de 80, quando a sociedade civil se fortaleceu, surgiu uma nova configuração de Universidade, Sociedade e Cidadania. No que se refere à Extensão, o povo brasileiro deixou, então, de ser visto como apenas como receptor de conhecimentos e de práticas desenvolvidas na Universidade.

Criou-se o “Fórum de Extensão dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Públicas” – FORPROEX, em 1987 –, e então a concepção de Extensão foi revista, reconsideraram-se também o papel social da Universidade e sua institucionalização e se fortaleceu o diálogo político com o MEC. A partir de então nasceu uma Política de Extensão Universitária brasileira (FORPROEX, 2006, p.20/21).

Em janeiro de 2001, a Extensão Universitária foi integrada às três vertentes de ação universitária e referida entre as metas do Plano Nacional de Educação pela lei nº 10.172. As Universidades reconsideraram, então, o conceito de Extensão como prestação de serviços e passaram a associá-la ao Ensino e à Pesquisa.

Assim, a Extensão, a despeito dos vários pontos de vistas adotados ao longo da história, atualmente, no que diz respeito ao processo pedagógico, é o procedimento educacional que desenvolve saberes culturais e científicos articulados com o Ensino e a Pesquisa de forma inerente, estabelecendo uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade. No que concerne ao Ensino, o propósito é o de que os conhecimentos solidificados sejam expandidos e, ao atuar juntamente com a Pesquisa, estes conhecimentos possam ser reforçados e aprofundados. Neste processo, cabe à Extensão estreitar a relação dos estudantes com as comunidades, levando à constituição de novos conhecimentos, e entre eles saberes culturais que surgem por meio de uma relação dialógica pautada na interação, na problematização, no levantamento de dados e na reflexão acerca das demandas sociais.

O Fórum de Extensão dos Pró-Reitores de Graduação das Universidades Públicas – FORPROEX –, em novembro de 1987, definiu o conceito de Extensão Universitária como:

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração de práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido aquele conhecimento. Esse

fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção de conhecimentos resultantes do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 2006, p. 21).

Assim compreendida, a Extensão está relacionada com os diversos saberes e culturas da sociedade e com a produção do conhecimento e a formação profissional que ocorre em ambiente acadêmico. Nesse sentido, buscamos esclarecer como ocorre o processo formativo vinculado às atividades extensionistas no curso de Licenciatura em Matemática do Campus Universitário do Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso (CUA/UFMT).

A Extensão Universitária no curso de Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT

A participação dos licenciandos em matemática do CUA/UFMT em atividades de Extensão tem ocorrido tanto por meio de ações esporádicas propostas por seus professores, quanto por meio de atividades vinculadas aos estágios supervisionados, ao Programa de Educação Tutorial (PET), ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e a programas vinculados ao Laboratório de Educação Matemática (LEMA). Neste contexto, todas as propostas de participação dos estudantes da Licenciatura em Matemática em ações de Extensão se pautam no pressuposto de que a Educação é uma prática social e que, em vista disto, existe a necessidade de formação de educadores para atuarem em diversos espaços, porém com uma formação específica e profissionalizada. De modo especial, o Plano Nacional de Extensão inspirou-nos a prever, nas disciplinas que compõem o Estágio Supervisionado obrigatório, a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão, visto que, segundo o documento propõe:

Quanto ao ensino, discute-se e aprofunda-se um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi, inter e transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. O estágio curricular é alçado como um dos instrumentos que viabilizam a Extensão enquanto momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrado a projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo computado para a integralização do currículo de docentes e discentes (BRASIL, 1998, p. 06).

Nessa perspectiva, certas práticas educativas desenvolvidas em espaços não formais têm-se colocado como novas possibilidades para o Estágio. Então, a partir da reestruturação curricular do curso realizada em 2009, os estudantes da Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT têm cumprido um quarto das horas de estágio em ações de Extensão. Tais ações podem ser propostas, inclusive, pelos próprios licenciandos que, por esta via, podem escolher diferentes percursos formativos; algo que ocorreu durante o Estágio Supervisionado III, no primeiro semestre 2015/1, quando os estudantes decidiram orientar suas ações extensionistas para a educação matemática de crianças e adolescentes com necessidades educativas especiais.

Mas, de modo geral, nos estágios, as ações de Extensão se referem ao oferecimento de minicursos e oficinas a estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, à assistência pedagógica a instituições e órgãos comunitários e educacionais e filantrópicos, à organização e/ou apoio a Olimpíadas de Matemática, feiras, seminários, fóruns e eventos culturais do gênero oferecidos pelas instituições de educação básica, dentre outros. Entretanto, neste contexto, a Extensão é, sobretudo, interpretada como uma possibilidade para a criação e recriação de conhecimentos promotores de transformações sociais e articuladas com a Pesquisa e o Ensino.

Foi a partir deste entendimento que, numa ação de Extensão realizada por estudantes estagiários do Curso de Licenciatura em Matemática em 2009, ouvimos alunos de sete escolas da Educação Básica localizadas nas cidades de Barra do Garças-MT, Pontal do Araguaia-MT e Aragarças-GO. Na ocasião, foi recorrente a manifestação de que os professores deveriam modificar suas aulas, tornando frequente o uso de computadores, seja por meio de softwares educativos, de jogos digitais, de pesquisas na web ou mesmo de jogos não digitais e materiais estruturados para o ensino de matemática de um laboratório de ensino de matemática, dentre outros. Os resultados dessa consulta nas escolas públicas nos levaram a questionar o papel do laboratório de ensino e das mídias no contexto do ensino da matemática e da formação de professores. Levaram-nos ainda a refletir sobre a ressignificação dos métodos e das técnicas para o ensino da matemática, dando origem a um “projeto de Extensão com interface à Pesquisa” que foi desenvolvido ao longo de 2010, com o auxílio financeiro da FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso).

Em vista disto, ainda no primeiro semestre de 2010, por meio de sua participação em ações previstas no projeto de Extensão “O Laboratório de Ensino e as Mídias na Formação de Professores de Matemática”, os estagiários do Curso de Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT, realizaram uma exposição de jogos lógico-matemáticos e algumas oficinas para os estudantes da Escola Estadual Irmã Diva Pimentel (Barra do Garças/MT). Promoveram também nesta escola seções de discussão de provas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e, no segundo semestre, colaboraram com um projeto de autoria de professores de matemática da própria escola:

...trabalhamos em conjunto com a professora Irene em um projeto chamado *Metamorfose*, que é desenvolvido com o intuito de ajudar os estudantes com maiores dificuldades de aprendizagem em Matemática. Esse projeto é desenvolvido nas quartas-feiras no período vespertino, fora do horário das aulas, ele atua como uma aula de reforço para os estudantes que apresentam insuficiência na matéria. Neste projeto, também trabalhamos com a construção e utilização de jogos, para que assim os alunos se divirtam ao aprender a matemática, que é considerado um bicho de sete cabeças por eles. No desenvolvimento das atividades, notamos que os alunos se interessavam bastante e todos participavam de forma significativa. Com isso, identificamos onde estava a dificuldade de cada aluno para que pudéssemos ajudá-lo na construção de sua aprendizagem. (estagiária C., 2010)

Nos outros três anos que se seguiram, com o auxílio financeiro do MEC/SESu, por meio do Programa de Extensão Universitária (ProExt), desenvolvemos tanto um projeto quanto um programa de Extensão que nos levaram a estar presentes não apenas em diferentes escolas das cidades de Aragarças (GO), Barra do Garças e Pontal do Araguaia (MT), mas também em Araguaiana e General Carneiro – ambas cidades de Mato Grosso. Então, em parceria com o CEFAPRO-BG (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica, polo de

Barra do Garças) ofertamos cursos, ciclos de palestras e oficinas a professores em formação inicial e continuada; além de publicarmos um livro.

Ainda na ocasião, oferecemos apoio a estudantes de Educação Básica com problemas de aprendizagem da Matemática, por meio de monitoria e/ou aulas de reforço; apoio ao professor da Educação Básica na instalação de laboratórios de ensino na sua escola e em outros projetos de sua autoria; apoio a estudantes da Educação Básica interessados em estudar para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e/ou para Olimpíadas de Matemática. Ainda produzimos materiais didáticos voltados especialmente para as atividades de Extensão ofertadas, realizamos exposições de divulgação científica, editamos um jornal e cuidamos da manutenção de um site.

As atividades realizadas se pautaram, inclusive, no reconhecimento: a) de que o processo de ensino-aprendizagem da matemática precisa ser mais investigativo, experimental e problematizador, b) do protagonismo docente neste processo, d) de que não é necessário dicotomizar formação inicial e continuada de professores e) de que o professor da educação básica, muitas vezes, sente-se incomodado/incapacitado no uso das novas mídias, f) de que o estagiário deve colaborar com escola, o professor supervisor e a comunidade na qual a escola-campo está inserida. A partir desses princípios, por meio da Extensão, buscamos articular teoria e prática, contemplando conhecimentos específicos de matemática e os relacionados à formação didático-pedagógica.

O financiamento que obtivemos para os projetos e programas de Extensão neste período permitiu-nos equipar nosso laboratório de ensino e criar as bases para tornar permanente um programa de Extensão voltado para a formação inicial e continuada de professores que continua até hoje, ainda que, ao longo do período, tenha recebido diferentes denominações, sendo a última delas “PAFEM - Programa de Apoio à Formação em Educação Matemática”. O PAFEM é um programa ligado ao LEMA-Laboratório de Educação Matemática/ICET/CUA e, como tal, apoia atividades vinculadas às disciplinas do Curso, às ações do PET Matemática Araguaia, do PIBID e de projetos de Extensão propostos por docentes e discentes da Licenciatura em Matemática.

Voltado para a Educação Matemática, este programa pretende atingir alunos de Licenciatura em Matemática, docentes de matemática e discentes do ensino fundamental e médio e a comunidade em geral, na busca por diminuir problemas relacionados ao ensino e aprendizagem em matemática. Neste sentido, são afeitas a este programa atividades de Extensão tais como: oficinas, cursos, minicursos, exposições de divulgação científica, outros eventos acadêmico-científico-culturais, elaboração e produção de materiais didáticos, desenvolvimentos de tutoriais, produção de relatos de experiência e artigos de divulgação científica e de manuais de instrução para uso de jogos e de outros materiais estruturados, dentre vários. Ao ocupar-se da (trans)formação dos licenciandos, o programa busca:

- 1) Promover reflexões sobre a formação profissional docente e sobre o ensino e a aprendizagem matemática;
- 2) Contribuir para a constituição de um fazer docente que seja pautado pela valorização do trabalho em equipe, pelo rigor do saber científico e pela integração entre Ensino-Pesquisa-Extensão;
- 3) Difundir conhecimentos relacionados ao uso de metodologias de ensino-aprendizagem inovadoras, caracterizadas, sobretudo, pela experimentação e investigação;
- 4) Oportunizar, apoiar, subsidiar e estimular o uso de diferentes mídias no ensino da Matemática, notadamente, de computadores, de jogos e de outros materiais estruturados;
- 5) Incentivar a cultura da troca de conhecimento e experiência pedagógica entre os

professores em exercício e entre estes e os professores em formação inicial promovendo uma maior interação entre Universidade e escolas, por meio de ações que levem à construção conjunta de uma sistemática de atividades de atualização e reflexão sobre a prática pedagógica para o ensino de Matemática;

- 6) Apoiar as disciplinas de 'Laboratório de Ensino de Matemática e Estatística', 'Pesquisa em Educação Matemática e Matemática,' assim como demais disciplinas que contribuem para o cumprimento das Práticas como Componentes Curriculares do Curso de Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT;
- 7) Agregar ações do PET Matemática e incentivar atividades conjuntas com o PIBID Matemática e destes com as demais instâncias do Curso.

Quanto a este último objetivo, é importante destacar que a proposta de atuação do Curso no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) teve a relação Estágio-Extensão como inspiradora, tanto que a professora Irene (mencionada no trecho do depoimento da estagiária supracitado) tornou-se uma parceira neste programa. Assim, no desenvolvimento dos trabalhos vinculados ao PIBID, procuramos estimular e manter a parceria, em ações de Extensão, com os estudantes estagiários e com os que congregam o grupo do PET Matemática Araguaia; pois consideramos que a troca de experiências e o apoio nas ações fortaleceriam a tendência ao diálogo e à capacidade de desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, em condições de obter um efeito multiplicador e um impacto social mais efetivo.

O PET – o Programa de Educação Tutorial – é, em sua origem, orientado pelo princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Atuando em equipe composta por estudantes e professores, cada grupo PET compromete-se, fundamentalmente, com o aprimoramento do curso de graduação a qual está vinculado. O PET Matemática Araguaia, no qual atuamos, foi criado em 2010 e, desde então, tem mantido alguns projetos de Extensão e novos são propostos a cada ano – sempre com a preocupação de explorar relações com o Ensino e a Pesquisa que constituam elementos capazes de levar o licenciando a refletir, conceituar, colocar em prática resultados de estudos e pesquisas, inspirar outras investigações e, ainda, que contribuam para a melhoria do ensino e da aprendizagem matemática. Foi neste contexto que a segunda autora deste trabalho desenvolveu, em 2015, uma pesquisa que nos permitiu conhecer as opiniões dos licenciandos acerca do potencial formativo das atividades de Extensão que ocorrem no âmbito dos estágios supervisionados e dos programas PET e PIBID.

O olhar dos estudantes

Na investigação, fizemos uso de uma abordagem qualitativa que se pautou pelo estudo de caso, aqui concebido como um método que busca conhecer as experiências e as opiniões de cada indivíduo, contribuindo assim para que pudéssemos compreender os resultados da associação de cada pessoa entrevistada às atividades extensionistas. O procedimento de coleta de dados consistiu-se de um questionário, composto por perguntas abertas e fechadas.

Para manter a privacidade dos sujeitos da pesquisa, nos trechos de suas falas sobre a qual serão discorridas as análises, eles serão identificados como: licenciandos 1, 2, 3, ... ,12. Todos estes licenciandos em Matemática participaram como executores e/ou propositores de atividades extensionistas tais como minicursos, oficinas e exposições, sendo que a grande maioria participou e/ou organizou outras atividades como gincanas, feiras e eventos culturais. Dentre os estudantes pesquisados, quarenta por cento consideram que a Extensão Universitária

permite, principalmente, consolidar saberes acadêmicos, conhecer e agir sobre a realidade a partir do desenvolvimento de uma visão ampla e integrada da realidade social. Já outros sessenta por cento os estudantes sujeitos da pesquisa informaram que a maior importância da Extensão Universitária reside na possibilidade de vivenciar e refletir sobre a prática profissional; além de promover uma interação mais intensa e constante entre Universidade e público externo.

Ao desenvolver de projetos extensionistas, os acadêmicos inclinam-se a buscar e a elaborar melhor seus planejamentos pedagógicos, desde o momento da preparação até a aplicação de tais atividades. Segundo um dos sujeitos:

As minhas aulas ficaram mais interessantes, levaram curiosidades, que de alguma forma prendiam a atenção dos meus alunos e buscavam saber o porquê que aquilo era válido, além de a relação entre professor e aluno se tornar mais intensa. O imprevisto também ficou mais criativo, justo pelas atividades de Extensão. (licenciando 7)

Verifica-se, portanto, a emergência dos saberes que Tardif (2002) chamou de experienciais, saberes que resultam do próprio exercício da atividade profissional dos professores por meio da vivência de situações específicas relacionadas ao espaço da escola e às relações estabelecidas com alunos e colegas de profissão e que “incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidades, de saber-fazer e de saber ser” (p. 38). Isto também se observa no depoimento a seguir:

Nós também aprendemos muito ao trabalhar em equipe, pois a partir do momento em que vivenciamos experiências novas, aprendemos com o próximo; nossos atos e atitudes neste tipo de prática contribuirão para que possamos, no futuro, em nossas ações docentes, tomar decisões mais bem pensadas e elaboradas. Um exemplo disso foi quando minha parceira de trabalho e eu ficamos a operar os jogos online com a turma de segundo ano do Ensino Médio; essa atividade ficou monótona para eles, então tivemos que mudar as regras do jogo, estabelecendo desafios a eles. (licenciando 1)

Mas a pesquisa evidenciou também que o acadêmico que desenvolve atividades extensionistas cada vez mais integradas às questões sociais tende a ampliar seu campo de conhecimento, assim como também a ter maior autonomia intelectual. De acordo com um dos estudantes:

As atividades que desenvolvi me ajudaram na formação como professor, pois me deram base para o desenvolvimento de capacidades intelectuais, além de manter a interação entre o material abordado, estou presente em várias atividades, tanto no planejamento quanto na execução. Considero-as de extrema importância, pois nos ajudam a perceber o ensino de forma diferenciada. Isto faz com que adquiramos novos saberes e modos diversos de serem abordados em determinados problemas. (licenciando 7)

Deste modo, as atividades extensionistas que ocorrem vinculadas ao Programa de Apoio à Formação em Educação Matemática (PAFEM) contribuem para aumentar e exercitar os “saberes da formação profissional”, que são constituídos pelo conjunto de conhecimentos pedagógicos relacionados às técnicas e aos métodos de ensino (saber-fazer), legitimados cientificamente e igualmente transmitidos aos professores ao longo do seu processo de formação inicial e/ou continuada (TARDIF, 2002).

Por outro lado, ao desenvolver atividades de Extensão, os estudantes adquirem saberes com a Sociedade, com a adaptação a novos ambientes e a adequação com o outro que compõe a equipe, conforme lembram os licenciandos 1 e 6, respectivamente:

Todas essas oportunidades de aprendizado em diferentes ambientes e situações fizeram com que nós nos tornássemos profissionais mais flexíveis com as opiniões do próximo; aprendemos a lidar com as crianças e jovens, a trabalhar em equipe e a superar nossos próprios medos, aprendemos a conhecer melhor as dificuldades de cada aluno, assim como a saber atender a todos, cada um dentro de seu tempo e limitação. (licenciando 1)

As atividades de Extensão contribuíram para consolidar saberes, conhecer a realidade escolar, conhecer metodologias novas, aprender a trabalhar em equipe, possibilitar a reflexão sobre a prática docente compreender a elaboração e a execução de projetos e a construção de materiais para utilização em salas de aula. Enfim, compreender a importância que o professor tem na formação do cidadão. (licenciando 6)

De fato, como sinaliza o trecho do questionário acima exposto, o trabalho, a análise e a reflexão antes e após a ação que ocorrem em equipes de trabalho também são pontos fortes das ações extensionistas vinculadas à Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT. Por meio destas, os licenciandos atribuem novos sentidos às experiências advindas do exercício de sua profissão e à convivência com os outros.

Considerações Finais

Buscamos, neste trabalho, investigar a eficácia, na formação de professores de matemática, dos trabalhos e das práticas desenvolvidas no decorrer da Extensão Universitária. Procuramos evidências de que estas têm contribuído para que o futuro professor constitua saberes que o auxiliem a construir uma prática autônoma e competente de intervenção em problemas relacionados à docência na Educação Básica. Admitimos a premissa de que as atividades extensionistas vinculadas à Licenciatura podem oportunizar e favorecer o contato direto e frequente com questões que pontuam a profissão do educador, tais como exclusão social, dificuldades de ensino e de aprendizagem, interações: escola/comunidade, professor/aluno, metodologias/conteúdos, conteúdo/material didático/aluno, dentre outros.

Dedicamo-nos, em especial, a estudar os diferentes aspectos historicamente assumidos pela Extensão Universitária. Em seguida, explicamos como as ações de Extensão ocorrem junto aos estudantes da Licenciatura em Matemática do CUA/UFMT e, logo após, expusemos e analisamos os dados obtidos quando, ao utilizar como método de pesquisa o estudo de caso, tomamos como sujeitos alguns destes estudantes. Então, observamos que, de modo geral, a participação dos licenciandos em ações extensionistas amplia o contexto em que eles constroem e aplicam os saberes docentes, permitindo-lhes atingir uma percepção mais ampla acerca das diferentes condições nas quais se exerce a profissão e que serve de base para sua prática. Tal participação também eleva o número de oportunidades para o desenvolvimento de “saberes experienciais” e “saberes da formação profissional” (TARDIF, 2002).

Em particular, as atividades de Extensão, pelo fato de ocorrerem em equipe e em diferentes contextos educativos, alargam o tempo de contato direto dos licenciandos com os vários problemas e soluções que permeiam o trabalho do educador matemático e incentivam a construção conjunta de saberes. Concluimos, portanto, que a Extensão Universitária que

ocorre no contexto de análise desta pesquisa fortalece e ressignifica os pensamentos e também modifica práticas pedagógicas que se desenvolvem não apenas na Universidade, mas também nas escolas de Educação Básica. Assim, a Extensão vem contribuindo fortemente para a formação e (trans)formação docente, não apenas dos licenciandos, mas também de seus formadores e de professores da Educação Básica.

Referências

- BRASIL. Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 10 de abril de 2016.
- BRASIL. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Disponível em: <<http://www.uniube.br/ceac/arquivos/PNEX.pdf>> Acessado em 7 jan. 2009.
- COSTA, W.N.G.; PAMPLONA, A. S.A mobilização de saberes e de práticas de professores de matemática por meio da pesquisa e da Extensão. In: *X ENEM - Encontro Nacional de Educação Matemática*, 2010, Salvador. Educação Matemática, Cultura e Diversidade, 2010.
- LOPES, E. P e COSTA, W. N. G. Contribuições da Extensão Universitária à formação docente. *Anais do XII Encontro Nacional de Educação Matemática*. Julho de 2016, UNICSUL – São Paulo. 2016.
- FORPROEX: *Indissociabilidade ensino – pesquisa – Extensão e a flexibilidade curricular: uma visão da Extensão*: Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006, 100p. (Coleção Extensão Universitária). Disponível em <<http://www.renex.org.br/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/04-Indissociabilidade-Ensino-Pesquisa-Extensao/Indissociabilidade-e-Flexibilizacao.pdf>>. Acessado em 17 de janeiro de 2016.
- NOZAKI, Joice Mayumi; FERREIRA, Lílian Aparecida; HUNGER, Dagmar Aparecida Cynthia França. *Evidências formativas da Extensão universitária na docência em Educação Física*. Revista Eletrônica de Educação, v. 9, n. 1, p. 228-241, 2015. Disponível em < <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/viewFile/1175/390>> Acessado em 19 de janeiro de 2016.
- PAULA, João Antônio de; *A Extensão universitária: história, conceito e propostas*. Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em: <http://www.dche.ufscar.br/extensao/Aextensouniversitriahistriaconceitoepropostas1.pdf> acessado em 19 de janeiro de 2016.
- TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.



INSERÇÃO TECNOLÓGICA EM COMUNIDADE DE BAIXA RENDA E ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

Fabrizio Parra Santilio

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Departamento de Engenharia Elétrica-DENE, Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT.
Fone: +55(65)3615-8781, E-mail: parra@ufmt.br

Roberto Perillo Barbosa Silva

Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, Departamento de Engenharia Elétrica-DENE, Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT.
Fone: +55(65)3615-8781, E-mail: perillo@ufmt.br

Paulo Marcos Ferreira Andrade

Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Av. Principal s/nº Nova Fernandópolis, Bairro Centro. Barra do Bugres - MT. E-mail: prof.paulomarcos@hotmail.com

Laurita Genésio de Almeida Mendes

Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Av. Principal s/nº Nova Fernandópolis, Bairro Centro. Barra do Bugres - MT. E-mail: lau-20111@hotmail.com

RESUMO

Sabe-se que é igualmente importante e indissociável a tríade ensino, pesquisa e extensão. Porém, na prática, muitas vezes um destes pilares acaba sendo menos explorado. No modelo atual, muitos cursos têm focado, além do ensino, mais fortemente a pesquisa. Os motivos para este descompasso são os mais diversos possíveis. Porém, há vários exemplos de cursos de graduação do ensino superior que atuam fortemente na extensão. Esta ação é interessante pois é através da extensão que a Universidade atinge o público externo e que, em muitas vezes, tem pouco ou nenhum contato com o mundo universitário. Este artigo apresenta o projeto de extensão intitulado “Oficina de Arduino”, realizado na comunidade de Nova Fernandópolis, no município de Barra do Bugres-MT, voltado para os alunos da comunidade e do assentamento Gleba Jatobá. O objetivo do projeto é apresentar aos alunos do Ensino Fundamental da escola municipal “Raimunda Arnaldo de Almeida Leão” o Microcontrolador Arduino, o qual permite realizar uma infinidade de projetos voltados à automação de processos, como por exemplo, em sistemas de bombeamento de água, iluminação, dentre outros. Os resultados foram muito positivos, tendo os professores da escola firmado parceria para novas turmas em 2016. Depoimentos colhidos com os alunos mostraram que ficaram muito satisfeitos por terem contato com novas tecnologias, pois até então não haviam tido oportunidade como esta. Também houve relatos de alunos que pretendem seguir

na área de Engenharia Elétrica, pois ficaram altamente motivados com as oportunidades que vivenciaram durante a oficina.

Palavras-chave: Engenharia Elétrica. Arduíno. Extensão Universitária.

RESUMEN

Sabemos que es igualmente importante e inseparable tríada enseñanza, investigación y extensión. Sin embargo, en la práctica, a menudo sólo uno de estos pilares están menos exploradas. En el modelo actual, muchos cursos se han centrado, además de la enseñanza, la investigación con más fuerza. Las razones de este desequilibrio son los más diversos posible. Sin embargo, hay muchos ejemplos de cursos de grado de educación superior que operan en gran medida en la extensión. Esta acción es interesante, ya que es, por extensión, que la Universidad llega al público en general y que, a menudo, tiene poco o ningún contacto con el mundo universitario. Por lo tanto, este artículo se presenta el proyecto de extensión titulado taller Arduíno, que se realizó en la comunidad de Nueva Fernandópolis en el municipio de Barra do Bugres-MT, frente a la comunidad de estudiantes y liquidación Gleba Jatoba. El objetivo del proyecto es introducir a los estudiantes de la escuela primaria de la escuela municipal de Almeida Raimunda Arnaldo Leão microcontrolador Arduíno, lo que permite una multitud de proyectos destinados a la automatización de procesos, tales como el bombeo de agua, iluminación, entre otros. Los resultados fueron muy positivos, con los profesores de la escuela firmaron alianza para nuevos grupos en 2016. Testimonios recogidos con los estudiantes mostraron que estaban muy contentos de tener contacto con las nuevas tecnologías, ya que hasta entonces no había tenido una oportunidad como esta. También hubo informes de los estudiantes que se vaya a realizar en el campo de la ingeniería eléctrica, porque estaban muy motivados por las oportunidades que experimentaron durante el taller.

Palabras clave: Ingeniería Eléctrica. Arduíno. Extensión Universitaria.

Introdução

Como diversas áreas, a educação também tem se mostrado dinâmica e se transforma a cada momento. Educar significa ter êxito na relação bilateral de ensinar e aprender. Quando esta relação se concretiza, ocorre, então, o processo de aprendizagem. Principalmente no ensino superior, especificamente nos cursos de engenharia (bacharelados), a formação discente é voltada ao atendimento do mercado de trabalho, seja este local, nacional ou até mesmo internacional. Logo, acompanhar o que se passa no universo externo à Universidade é fundamental para o crescimento dos egressos, enquanto profissionais e cidadãos.

Mais do que aulas tradicionais, dentro de salas e laboratórios, é preciso abrir o leque para o conhecimento. Isso se dá, além do ensino, através da pesquisa e também da extensão. Por isso, a tríade ensino, pesquisa e extensão está enraizada na prática pedagógica no ensino superior (VILHENA *et al.*, 2012).

Conforme expõem CASTRO *et al.* (2012), os projetos políticos pedagógicos dos cursos de engenharia devem demonstrar, de maneira clara, o conjunto de atividades que garantam o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas, assim como o perfil dos egressos. Isso significa que os currículos dos cursos de engenharia devem possibilitar aos egressos, dentre

outras coisas: boa comunicação (oral, gráfica e escrita); atuação em equipes (principalmente multidisciplinares); atividades de cooperação, comunicação e liderança.

Ainda segundo CASTRO *et al.* (2012), com a proposta das diretrizes curriculares, cria-se um novo conceito de currículo, o qual é bem mais complexo que o modelo anterior (clássico), onde valoriza-se as experiências vividas pelos discentes ao longo de todo o processo de formação, inclui-se aqui a participação em programas de extensão universitária, o que proporciona uma formação sociocultural mais abrangente por parte destes.

As ações de extensão se iniciaram na Universidade de Cambridge, Inglaterra, no ano de 1871, onde iniciaram-se algumas ações extensionistas, como cursos de atualização e aperfeiçoamento, voltados para temáticas como História, Literatura, Filosofia e Ciência. Tais cursos eram voltados para trabalhadores. Já no caso brasileiro, apenas em 1931 foi publicada a primeira lei específica, inserindo as ações de extensão como um dos objetivos das Universidades. Contudo, somente em 2002 foi realizado o primeiro congresso nacional sobre extensão, realizado em João Pessoa-PB (PEREIRA *et al.*, 2014). Atualmente, a extensão está estabelecida nas universidades do país e, como visto, compõe a tríade do sistema de educação do ensino superior.

Neste contexto, este artigo apresenta um projeto de extensão denominado “Oficina de Arduíno”, realizado por professores do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso, o qual contou com a participação de discentes do referido curso e foi voltado para uma comunidade do campo, pertencente ao município de Barra do Bugres-MT. O projeto foi realizado em parceria com a Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão.

Oficina de Arduíno

A Oficina de Arduíno foi concebida para atender a alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental de escolas municipais, com a finalidade de despertar o interesse por cursos de graduação em Engenharia Elétrica e áreas afins, com destaque para as de conhecimento como eletrônica, automação, robótica e programação.

No caso da Oficina realizada, o público alvo foi os alunos da Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, moradores da comunidade Nova Fernandópolis e do Assentamento Antônio Conselheiro - Gleba Jatobá, pertencentes ao município de Barra do Bugres-MT, conforme Figura 1. Acredita-se que o efeito multiplicador dessa ação de extensão contribuirá para o incremento do público alvo, pois o aluno participante poderá repassar tal conhecimento para colegas que não tiveram a oportunidade de participar. A comunidade externa à escola (familiares, amigos, empresas, etc.) também será beneficiada, uma vez que o curso poderá despertar nos alunos o interesse em investir em uma carreira, cursar uma graduação e, assim, dar andamento à melhoria do nível de escolaridade na comunidade onde vivem.

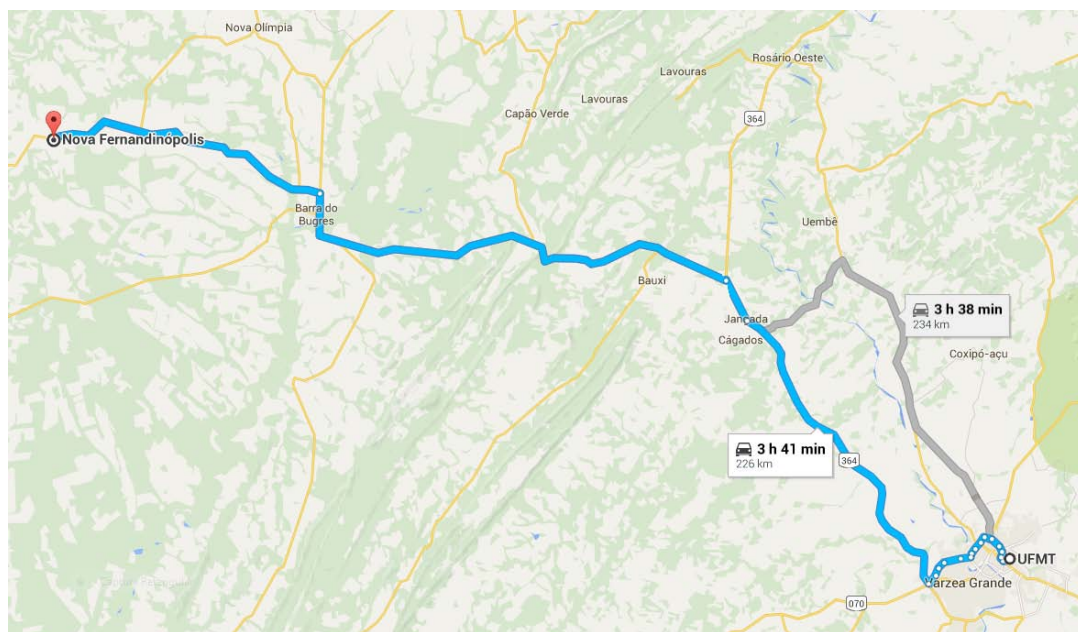


Figura 1:
Localização da
Escola Municipal
Raimunda
Arnaldo de
Almeida Leão,
Barra do Bugres-
MT, Comunidade
Nova
Fernandópolis.

Fonte: Google
Maps (2016)

Metodologia da Oficina

A Oficina de Arduino foi realizada no período de 20 de julho a 01 de agosto de 2015, com 18 alunos do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão. Dentre as atividades exequíveis, foram ministradas aulas presenciais e exposições experimentais nas dependências da escola, com participação de público externo. A construção cognitiva contou com ferramenta da tecnologia digital como *Datashow* e microcomputadores para aulas expositivas e com materiais paradidáticos elaborados pelos professores (02) e alunos de graduação do curso de engenharia elétrica da Universidade Federal de Mato Grosso (05). As aulas foram sistematizadas a partir do uso do microcontrolador Arduino, com os seguintes temas: bombeamento de água, sinalização de trânsito, robótica, automação residencial e sistemas com sensores.

Os objetivos do projeto de extensão foram:

- Possibilitar aos alunos um (primeiro) contato com o microcontrolador Arduino, suscitando, no participante, a vontade de conhecer mais sobre o assunto;
- Fazer com que o participante, mesmo não tendo conhecimento em programação ou eletrônica, pudesse acompanhar as aulas com facilidade e compreendesse os conceitos dados, à medida que se avançasse no conteúdo programático;
- Despertar nos alunos o interesse pela área de Engenharia e Tecnologia, visando o futuro ingresso em uma Universidade.

A Oficina foi dividida em duas turmas, cada uma contendo 09 (nove) alunos, dos anos citados anteriormente. Esta limitação se deu por questões de espaço físico e também para se ter uma maior participação nas montagens dos projetos, uma vez que foram adquiridos, pela escola, kits didáticos para montagens práticas, em um total de 03 (três) kits. A Figura 2 ilustra

exemplos desses kits. Cada turma teve 06 (seis) aulas, com duração de 05 (horas) cada, lecionadas de segunda à sexta-feira, no período vespertino e no sábado, no período matutino. A Tabela 1 apresenta, de maneira detalhada, o conteúdo ministrado, por aula.

Figura 2:
Exemplos dos materiais dos kits didáticos utilizados na Oficina de Arduíno realizada na Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Barra do Bugres-MT, 2015.
Fonte: Elaboração Própria (2015)



Tabela 1: Conteúdo das aulas ministradas na Oficina de Arduíno realizada na Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Barra do Bugres-MT, 2015.

Aula	Conteúdo
1	- Introdução à Eletricidade Básica - Introdução ao Arduíno; - Projeto LED Piscante/LED RGB;
2	- Projeto de um semáforo simples; - Projeto de um semáforo de pedestre; - Projeto com sensor ultrassônico HC-SR04;
3	- Sensor de temperatura LM35/DHT11 com display LCD 16x2; - Controle de nível d'água com dois reservatórios e 4 sensores de níveis;
4	- Lâmpadas acionadas com celular Android; - Robô controlado com celular Android;
5	- Controle de servo motores; - Sensor de luz LDR; - Robô seguidor de linha;
6	- Apresentação dos trabalhos; - Encerramento do curso.

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Para a análise do aproveitamento das aulas, foi aplicada, ao final do curso, uma prova de nivelamento, contendo questões relativas ao conteúdo ministrado. Foi também aplicado um questionário de satisfação, para que os alunos pudessem avaliar a oficina, dar sugestões, realizar críticas, dentre outras informações.

Resultados e Discussão

Uma vez realizada a Oficina e, em posse das avaliações e questionários respondidos, foram realizadas algumas análises estatísticas, em relação ao cumprimento dos objetivos propostos e aceitação do curso pelos alunos participantes.

Em relação aos resultados da avaliação de conhecimento aplicada aos alunos, o resultado foi bastante positivo. A nota máxima a ser obtida é 10,0 pontos. Conforme mostra a Figura 3, percebe-se que 28% obtiveram notas acima de 7,0 pontos, valor bastante expressivo. Apenas 11% tiveram notas baixas (abaixo de 3,0 pontos). Porém, a maior parte dos alunos (61%) ficaram na região da média esperada, que é de 5,0 pontos.

Esta avaliação conteve perguntas relacionadas ao Arduíno, mas também ao conteúdo da primeira aula (noções sobre eletricidade básica).

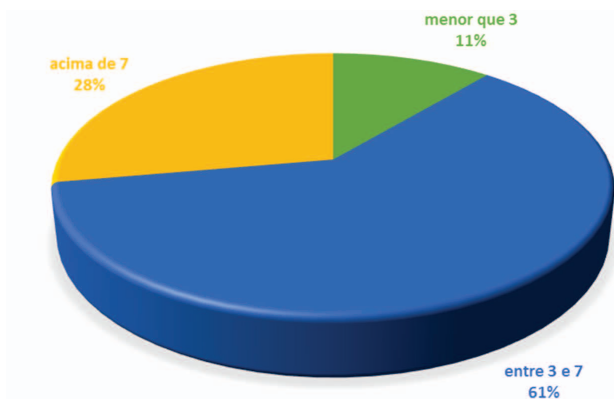


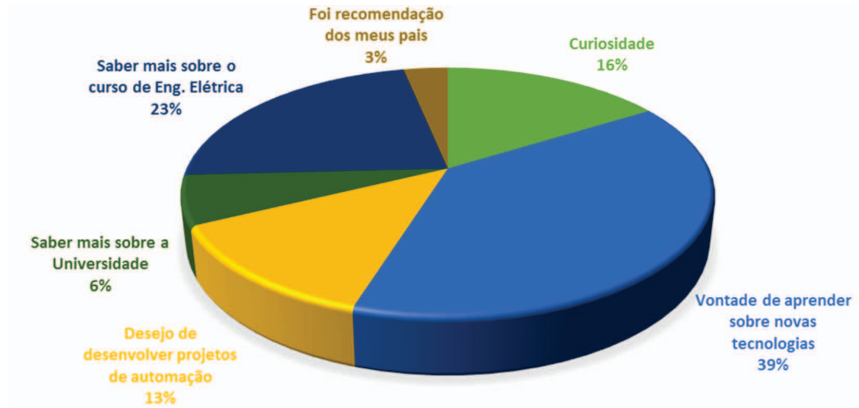
Figura 3:

Notas da avaliação de conhecimentos aplicada aos alunos da Oficina de Arduíno realizada na Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Barra do Bugres-MT, 2015.

Fonte: Elaboração Própria (2015)

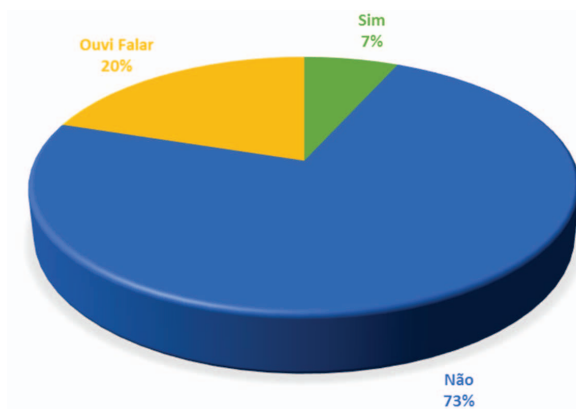
O intuito do questionário elaborado foi obter dados qualitativos e quantitativos a respeito da visão dos alunos sobre a Oficina realizada. Ou seja, os resultados serviram para constatar se os objetivos do projeto foram atingidos, assim como o que é possível melhorar para as próximas edições. Iniciando pela Figura 4, percebe-se que três aspectos se destacaram quando os alunos foram questionados para indicar o que os levou a participar da oficina: 39% afirmou que foi por vontade de aprender sobre novas tecnologias; 23% queria saber mais sobre o curso de Engenharia Elétrica e 16% foi por curiosidade.

Figura 4:
Estimativa das respostas da pergunta 1 do questionário de satisfação: O que te levou a participar desta oficina?
Fonte: Elaboração Própria (2015)



Foi perguntado também aos alunos se já conheciam o microcontrolador Arduino. Conforme esperado, a maioria nunca tinha ouvido falar sobre esta tecnologia. Os 20% que afirmaram que já tinham ouvido falar são alunos que participaram da segunda turma, mas que, até então, também não conheciam a tecnologia. Ou seja, evidencia-se a carência de comunidades rurais como a visitada, no que tange o acesso a informações tecnológicas. Os percentuais relativos às respostas são apresentados na Figura 5.

Figura 5:
Estimativa das respostas da pergunta 2 do questionário de satisfação: Você já conhecia o microprocessador Arduino?
Fonte: Elaboração Própria (2015)



Em relação às aulas ministradas, conforme conteúdo exposto na Tabela 1, 44% dos alunos afirmou que a aula que mais gostaram foi a de número 4. Foi nesta aula que foi montado o projeto dos carrinhos controlados remotamente, via celular. Devido ao perfil dos alunos (Ensino Fundamental, portanto, em fase da adolescência), este resultado também corroborou com as expectativas.

Porém, outro dado interessante foi que 37% dos participantes não indicaram apenas uma aula, mas sim todas as aulas. De fato, pelo envolvimento dos estudantes durante as aulas, percebeu-se a empolgação e motivação em aprender a desenvolver os projetos variados, e não apenas um tipo, uma vez que, cada projeto, utilizou componentes com funcionalidades distintas. A Figura 6 apresenta os dados completos sobre esta pergunta.

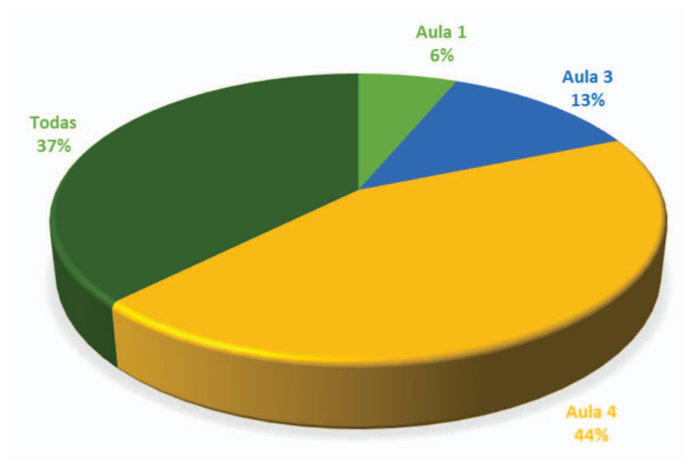


Figura 6:

Estimativa das respostas da pergunta 3 do questionário de satisfação: Qual a aula você mais gostou?

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Questão semelhante foi feita no intuito de saber qual a aula os alunos menos gostaram. Curiosamente, 33% afirmaram que acharam a primeira aula menos atrativa. Acredita-se que este resultado se deve ao fato de ser uma aula introdutória, muito conceitual, mas fundamental para o entendimento da Oficina. Porém, sabe-se que os alunos queriam fazer as montagens e constatar o funcionamento, na prática, dos experimentos.

Mas, uma informação importante, é que 54% dos alunos não assinalaram uma dada aula, o que significa que gostaram de todas as aulas, estando este resultado com aquilo que foi indicado na pergunta anterior (Figura 6). A Figura 7 demonstra os resultados a esta pergunta.

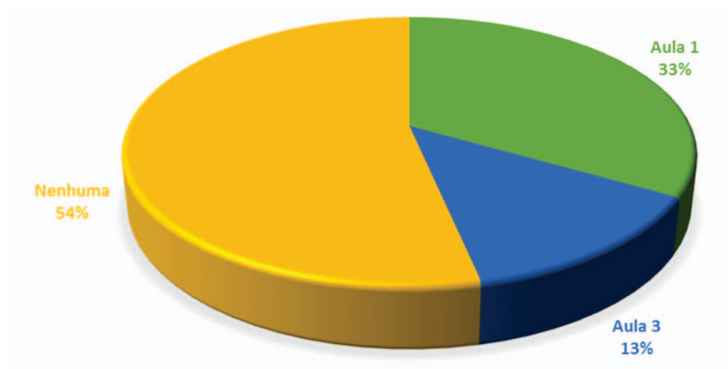


Figura 7:

Estimativa das respostas da pergunta 4 do questionário de satisfação: Qual a aula você menos gostou?

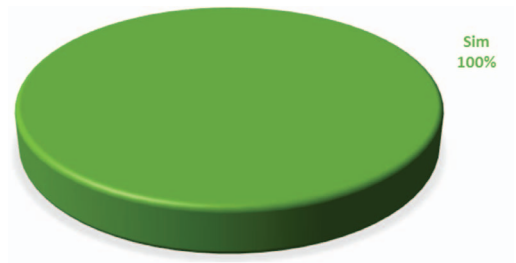
Fonte: Elaboração Própria (2015)

Outros indicadores chamaram muito a atenção e foram recebidos com entusiasmo pela equipe do projeto, uma vez que indicam, claramente, a satisfação dos participantes em relação ao projeto, atendendo e até mesmo superando as expectativas. Estes indicadores estão relacionados às perguntas 5, 7 e 8 (respectivamente: recomendaria a oficina?; acredita que, com o Arduino, é possível realizar mudanças em sua comunidade?; a oficina te motivou a conhecer as áreas de engenharia e automação?). Nestes casos, 100% responderam que sim, conforme mostra a Figura 8.

Figura 8:

Estimativa das respostas das perguntas 5, 7 e 8 do questionário de satisfação: Recomendaria a oficina?; Acredita que, com o Arduíno, é possível realizar mudanças em sua comunidade?; A oficina te motivou a conhecer as áreas de engenharia e automação?

Fonte: Elaboração Própria (2015)

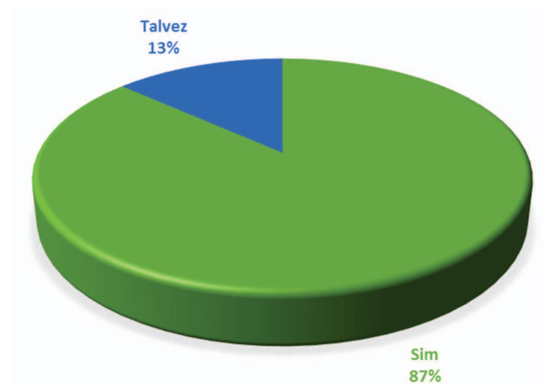


Além disso, quando questionados se pretendiam dar continuidade aos estudos com o Arduíno, 87% afirmaram que sim. Ou seja, esse número mostra que de fato os alunos se motivaram a conhecer novas tecnologias, a estudar mais em relação a outros projetos, inclusive desenvolvendo soluções para a comunidade em que vivem. Nenhum participante respondeu não a esta pergunta. Apenas 13% responderam que talvez, ou seja, estavam incertos ou o motivo seria a questão financeira para a aquisição dos materiais. A Figura 9 mostra os resultados citados.

Figura 9:

Estimativa das respostas da pergunta 6 do questionário de satisfação: Pensa em dar continuidade nos estudos com o Arduíno?

Fonte: Elaboração Própria (2015)



Por fim, mas não menos importante, obtiveram-se também alguns depoimentos dos alunos, como forma de verificar a sua opinião sobre o curso, coletar ideias para novas turmas, dentre outros aspectos. Novamente, as avaliações foram muito positivas, o que serve para motivação de toda a equipe do projeto. São exemplos de comentários deixados pelos participantes:

A oficina me deu muitos conhecimentos que eu nem imaginava que poderia ter.

Foi muito bom aprender essas coisas novas e eu espero que tenha outras vezes.

Professor, você me ensinou muitas coisas e eu quero participar no outro ano.

Gostei muito e quem sabe poderei dar aula em uma outra oficina de Arduíno.

A oficina de Arduíno foi muito boa e eu aprendi várias coisas que podem deixar a vida mais prática.

Muito obrigado professor pelas aulas. Se puder, apareça outras vezes, com mais coisas novas. Eu nunca tinha visto algo desse tipo onde eu moro. Nunca participei de nada ligado à tecnologia. Penso que o Arduíno permitirá fazermos muitas coisas em nossa comunidade.

Eu gostei muito e isso me motivou a fazer outras coisas utilizando o Arduíno.

A Figura 10 traz fotos tiradas durante a realização do curso, mostrando alguns dos experimentos realizados, alunos envolvidos e alunos da escola.



Figura 10: Alguns experimentos e participantes da Oficina de Arduíno, Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, Barra do Bugres-MT, 2015.

Fonte: Elaboração Própria (2015)

Conclusões

Por meio do projeto de extensão “Oficina de Arduíno”, os professores idealizadores acreditam ter alcançado os objetivos pretendidos, ou seja, conseguiram motivar os alunos a conhecer novas tecnologias, de forma didática, e pelos depoimentos, é possível perceber que foi despertado nos alunos maior interesse pela continuação dos estudos, e possivelmente por cursos na área de engenharia.

A comunidade escolar e as famílias dos alunos apoiaram a proposta do curso, uma vez que se trata de um local onde se tem pouquíssimo acesso às novas tecnologias e, em sua maioria, onde a população é carente (baixa renda). Inclusive, foram recebidos vários elogios, pela iniciativa em levar uma tecnologia de ponta, como o Arduíno, para uma comunidade pequena e não para o centro de uma grande cidade.

Devido ao grande sucesso obtido na realização desta primeira oficina, já foi firmado o

compromisso entre as partes para a realização do curso com mais duas novas turmas, previstas para ocorrer em 2016. Além disso, ficou acertado também que os melhores alunos da oficina farão, ainda em 2015, uma visita à Universidade Federal de Mato Grosso, campus Cuiabá, para um primeiro contato com a Universidade e, principalmente, com o curso de Engenharia Elétrica.

Portanto, o presente projeto comprovou a importância das ações de extensão universitária, uma vez que, pelos próprios depoimentos obtidos, constatou-se que houve 100% de aceitação da comunidade e que esta se sentiu valorizada, tendo a oportunidade de saber mais a respeito de uma universidade pública, como também conhecer novas tecnologias.

Agradecimentos

A equipe do projeto de extensão denominado Oficina de Arduíno agradece o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), especialmente à Pró-Reitora de Cultura, Extensão e Vivência (PROCEV), a Coordenação de Extensão (CODEX), como também ao Departamento de Engenharia Elétrica (DENE) e a Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia (FAET). Agradece-se também à Direção e Professores da Escola Municipal Raimunda Arnaldo de Almeida Leão, pelo apoio e parceria na execução do projeto.

Referências

- CASTRO, R. N. A.; RIBEIRO, C. J.; OLIVEIRA, A. G.; BORGES, A. M. C.; SILVA, A. G.; LU, Y. L. Atividades de Extensão na Formação do Engenheiro: A Experiência da UFG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 40., 2012, Belém-PA. *Anais...* Belém, 2012.
- PEREIRA, C. A.; CARVALHO, N. L. N.; NOGUEIRA, F. C. A Evolução dos Projetos de Extensão na Universidade Federal de Ouro Preto. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 42., 2014, Juiz de Fora-MG. *Anais...* Juiz de Fora, 2014.
- VILHENA, K. S. S.; LOPES, M. D. O.; ARAÚJO, E. A. Aplicação de Metodologias no Ensino de Química Geral para Alunos dos Cursos de Engenharia do Campus Universitário de Tucuruí (UFPA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 40., 2012, Belém-PA. *Anais...* Belém, 2012.



CAPACITAÇÃO EM PRIMEIROS SOCORROS PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO MATERNO-INFANTIL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO/MT

Cláudia Moreira de Lima

Sibely dos Santos

Jefferson Tenesse da

Silva Vicente

Hilton Giovanni Neves

Universidade do Estado de Mato Grosso- UNEMAT, Campus Universitário Francisco Ferreira Mendes - Diamantino/MT. Área da Saúde - Enfermagem . Creches do Município de Diamantino/MT: (EMI CRIANÇA FELIZ; EMEI TIA ALAIR; EMEI CARINHA DE ANJO; EMEI DONA NHANHÁ; EMEI VOVÓ CELINA).Rua Avenida Municipal, n, 1032 Bairro São Benedito, CEP:78400.000 Diamantino, MT. Tel: (65) 999651742. Email: cml_claudiamoreira@hotmail.com

RESUMO

Este relato de experiência é resultado de um projeto de extensão, do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *campus* de Diamantino/MT realizado com profissionais das cinco redes da educação materno-infantil, localizadas no município de Diamantino/MT, durante o ano de 2015. As creches têm uma grande infantil nos dias de hoje, sendo que os profissionais que nestas instituições trabalham pertencem a uma categoria que envolve ações de educar e cuidar, visto que este grupo infantil torna-se vulnerável a vários acidentes dentro do ambiente escolar, o que pode ocorrer a qualquer momento, e isso poderia deixar sequelas irreversíveis caso não tenham o atendimento adequado. Desse modo, este projeto teve por objetivo promover capacitação de primeiros socorros para todos os profissionais atuantes na educação materno-infantil, com o intuito de estimular a sua autonomia nos primeiros cuidados em situações de urgência e/ou emergência para que pudessem prestar um socorro correto e eficiente, quando se fizer necessário. As atividades foram desenvolvidas por meio de oficinas de capacitação em encontros semanais, sendo cada creche atendida num período de duas semanas, quando foram executadas ações de orientação aos profissionais acerca das urgências e emergências que mais ocorrem na educação infantil. As condutas diante de cada situação foram apresentadas por meio de recursos tecnológicos audiovisuais, palestras, demonstrações práticas, debates, folders, cartaz informativo e discussões. As atividades

promoveram uma interação entre acadêmicos, universidade e comunidade externa. As práticas desenvolvidas proporcionaram um trabalho em equipe e direcionamento estratégico de ações condizentes com a realidade local, com resultado positivo e significativo para todos.

Palavras-chave: Prevenção; Acidentes; Creche.

RESUMEN

Esta experiencia en el informe es el resultado de un proyecto de extensión, el Curso de Enfermería de la Universidad de Mato Grosso - UNEMAT, campus Diamantino / MT llevado a cabo con profesionales de las cinco redes de educación de la madre y el niño se encuentra en la ciudad de Diamantino / MT, durante 2015 los centros tienen una gran demanda en estos días los niños y los profesionales que trabajan en estas instituciones son de una categoría que incluye acciones para educar y cuidado, ya que este grupo de niños se vuelve vulnerable a varios accidentes en el medio escolar, lo que puede ocurrir en cualquier momento, y esto podría dejar consecuencias irreversibles si tienen el cuidado apropiado. Por lo tanto, este proyecto tiene por objeto promover la formación de primeros auxilios para todos los profesionales que trabajan en la educación materna e infantil, con el fin de estimular la autonomía de la misma sobre los primeros auxilios en situaciones de emergencia y / o de emergencia para que puedan ofrecer ayuda correcta y eficiente, cuando sea necesario. Las actividades se desarrollan a través de talleres de capacitación en las reuniones semanales, cada una guardería asistió a un período de dos semanas cuando se ejecutaron acciones de orientación a los profesionales sobre la atención de emergencia que más afectan en la educación infantil y lleva a cabo antes de cada situación ellos se presentaron a través de recursos audiovisuales de tecnología, conferencias, demostraciones prácticas, debates, folletos, cartel informativo y discusiones. Las actividades promueven la interacción entre académicos, la universidad y la comunidad externa. Prácticas desarrolladas proporcionaron un trabajo en equipo y la dirección estratégica de las actuaciones coherentes con la realidad local con resultado positivo significativo para todos.

Palabras clave: Prevención; accidentes; Guardería.

Introdução

As creches são ambientes que visam proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento integral da criança, influenciando positivamente seu desenvolvimento nas esferas biológica, cognitiva, psicossocial e espiritual.. Entretanto, tal realidade pode constituir-se em risco para as crianças, pois, apesar de serem ambientes promotores do desenvolvimento e da saúde infantil, “constituem-se em ambientes permeados de riscos para a gênese de acidentes” (DIAS *et al.*, 2013, p. 21).

Neste ambiente, diferentes tipos de acidentes costumam acontecer e ocorrem de acordo com a idade e estágio de desenvolvimento físico e psíquico das crianças. Durante essa fase, elas apresentam grande interesse em explorar situações novas para as quais não estão preparadas (SIEBENEICHLER; HAHN, 2014, p. 140).

Os autores fundamentam que nessa idade tudo é novo e há um mundo a descobrir. A curiosidade, a impulsividade e as atividades, que são normais para a idade, podem propiciar o

acontecimento do acidente, pois elas ainda não estão preparadas para identificar riscos e cuidar de si próprias, ou seja, compreendem de forma limitada o perigo.

É válido ressaltar que a instituição escolar tem compromisso e responsabilidade pelo que acontece às crianças enquanto estão sob seus cuidados, o que torna essencial que os seus profissionais estejam capacitados a agir frente às situações que exijam cuidados imediatos, a fim de evitar maiores complicações à saúde das suas crianças e honrar o compromisso da escola com os pais/comunidade diante de sua missão e valores (LEITE, 2013, p.63). O que vai ao encontro das políticas públicas atuais na área da saúde que têm o ambiente escolar como um local privilegiado para a realização de atividades que envolvam a saúde. Dentre as principais ações coletivas a serem desenvolvidas diante do exposto destacam-se ações de como proceder em primeiros socorros, sendo este um essencial saber diante de episódios acidentais (NASCIMENTO et al., 2013, p. 02).

Nesse sentido, este projeto teve como missão promover ações educativas de primeiros socorros para os profissionais atuantes na Educação Infantil do município de Diamantino – MT com o intuito de discutir os potenciais de risco mais frequentes no cotidiano escolar e estimular a autonomia dos profissionais acerca dos primeiros cuidados em situações de urgência/emergência.

A partir do momento em que os profissionais e educadores são capacitados e orientados a identificar sinais que remontam à gravidade de saúde da criança, conseguem tomar decisões oportunas e rápidas, evitando, deste modo, o surgimento de potenciais complicações, de modo a manter o equilíbrio emocional, sabendo julgar a necessidade de acionar ou não o serviço de emergência ou aguardar a chegada dos responsáveis (MARANHÃO, 2011, p. 267).

Metodologia

Este trabalho refere-se a um relato de experiência de quatro docentes expondo as experiências vividas na realização de um Projeto de Extensão do curso de Enfermagem da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Diamantino/MT. O projeto intitulado “Capacitação em primeiros socorros nas creches para os profissionais da educação materno-infantil”, realizado no município de Diamantino – MT, que conta com uma população estimada de 20.945 mil habitantes, conforme censo demográfico de 2014 (IBGE, 2014).

Esse município conta com cinco creches públicas que atendem a cerca de quinhentas crianças, as quais foram indiretamente beneficiadas com a realização do projeto, que teve o apoio da Secretária de Educação do município. Participaram do projeto cento e setenta e sete profissionais atuantes na rede infantil, sendo eles professores, auxiliares de sala, atendentes/secretarias, diretores, merendeiras, vigias e responsáveis pela limpeza.

As atividades dividiram-se em dois momentos, sendo o primeiro de preparação e o segundo de atuação direta. Desta forma, no primeiro momento, foram construídos materiais didáticos, tais com slides, cartazes, simulados, apostila de primeiros socorros. A elaboração desses recursos didáticos exigiu dos acadêmicos envolvidos extensos estudos e leituras. Para tal, realizaram-se diversas reuniões em grupo, para estudo e planejamento das ações.

Em um segundo momento, houve o desenvolvimento da ação, buscando-se disseminar conhecimentos sobre primeiros socorros por meio de oficinas, fazendo uso dos recursos obtidos na primeira etapa, além de utilizar-se Datashow, caixa de som, computador portátil, onde foram ministradas aulas teóricas e práticas. Nas aulas teóricas, foram realizadas orientações sobre os acidentes que mais acometem as crianças, que envolvem sinais vitais (temperatura, frequência respiratória, frequência cardíaca), febre, parada cardiorrespiratória, queimaduras, insolação,

fraturas, entorses, luxação, intoxicação, envenenamento, sangramentos, desmaio, convulsão, epilepsia, afogamento, quedas, corpos estranhos e engasgo.

Em seguida, foram realizadas as aulas práticas com conhecimentos sobre como proceder diante de cada situação abordada nas aulas teóricas, realizando um primeiro atendimento de maneira adequada, sendo este direcionamento/treinamento realizado em manequins e nos próprios participantes, de forma voluntária, favorecendo, assim, o melhor aprendizado.

O projeto se desenvolveu através de encontros semanais, os quais foram agendados previamente com a direção das respectivas creches, sendo que cada encontro teve duração de cinco horas e aconteceu nas dependências de cada instituição envolvida, em sala de aula ampla, no período vespertino, sempre ao final do expediente, visando não interferir na rotina da instituição.

O desenvolvimento das atividades teve como base o pensamento de Fernandes (2010, p. 21) em que o estudioso determina que as ações devem ocorrer sob uma ótica dialógica, direcionada à participação de todos os envolvidos, identificando proposições e problemas de suas vivências, para que, desta forma, possam se construir coletivamente conhecimentos.

Ao final de cada encontro, foram anotadas todas as impressões em um diário de campo que posteriormente, seria fundamental para a construção do relatório final.

Resultados

O caráter desse projeto é pioneiro e inovador dentro da área da Enfermagem e Educação do município. Contou com uma boa adesão e grande participação do público alvo, sendo que todo o conteúdo proposto foi abordado com sucesso.

Os projetos de extensão incentivam a participação efetiva da sociedade, transferindo aos participantes aptidão técnica e a capacidade prévia de comunicação e conhecimentos específicos dos temas abordados, além de aproximar gradativamente universidade e sociedade. Ao mesmo tempo, possibilitam aos acadêmicos de enfermagem o despertar para as funções que irão exercer enquanto enfermeiros, como função administrativa, assistencial, educativa e de pesquisa. Desse modo, estarão atuando na promoção, proteção, recuperação da saúde e reabilitação das pessoas, respeitando os preceitos éticos e legais, como rege o Código de Ética de Enfermagem.

Durante o transcorrer da proposta, houve uma participação ativa dos envolvidos, todos eram convidados a interagir com o assunto abordado, auxiliando assim na expansão e absorção dos conteúdos. As ações diante de acidentes foram inicialmente encenadas em bonecos disponibilizados pela universidade, uma vez que o modelo lúdico ultrapassa a atividade de encenação para incluir a atitude e o interesse, envolvendo ainda mais os participantes.

Reflexões e questionamentos foram prontamente esclarecidos conforme surgiam. As explanações partiam de vivências, experiências, curiosidades, dúvidas, conhecimentos prévios e estratégias que os participantes costumavam usar para atender a situações vividas no dia a dia que pudessem envolver a necessidade de atendimentos de primeiros socorros.

As ações diante de parada cardiorrespiratória e corpos estranhos/asfixia foram as que mais levaram os participantes a questionamentos, pois diziam que “são acidentes complicados que deixam sequelas e levam à morte rapidamente” e em outras falas “e se a pessoa está lá morrendo e você tenta ajudar e quebra a sua costela, ou faz o procedimento errado?”

Outro tema abordado que levou ao ápice da capacitação foi a conduta correta frente a um episódio de afogamento, pois muitos mostraram surpresa diante da ação a ser realizada, conforme relatou uma participante quando questionou: “não se deve usar boca a boca pra

retirada da água engolida durante o afogamento?”, o que foi compreendido pelos instrutores, uma vez que os participantes detinham, até então, conhecimentos oriundos do senso comum, sem nenhuma fundamentação teórica e científica.

Percebeu-se que, conforme as creches eram atendidas, os envolvidos disseminavam o efeito positivo do treinamento, o que acarretou na aceitação e participação gradativa nas oficinas seguintes.

É válido frisar que a grande demanda de participantes, em nada interferiu no conhecimento adquirido de cada um em particular, uma vez que todas as técnicas abordadas foram colocadas a prática por todos os presentes que se propuseram a realizá-las.

Um exemplo foi a explanação de dois temas (RCP e Engasgo) em que os participantes pediram para realizar. Quando essa aproximação do conteúdo com a prática demandou tempo, a ponto de exceder o horário estipulado para o término da capacitação, diante do grande envolvimento de todos, isso não foi um problema, conforme fala de uma participante “o marido que esquente a janta hoje, que eu vou me capacitar pros meus pequenos” e complementando “o importante é aprender por completo do que pelas metades”.

Notou-se que os participantes não só aderiram à capacitação por promoção e prevenção de saúde, mas que também se sentiam fragilizados e despreparados diante de ocorrências que envolviam as crianças no seu recinto de trabalho, como traz a afirmação de um dos integrantes: “temos grande satisfação com a realização deste projeto” e em alguns momentos questionavam: “nossa! tão útil esse tema e nunca havia sido feito, mais ainda bem que agora pensaram na gente” relatando ainda “a enorme necessidade que este grupo tinha em ter conhecimento acerca dos temas abordados”.

O projeto possibilitou a capacitação de cento e sessenta e sete profissionais da educação infantil, sendo que um terço dos participantes relatou já ter presenciado acidentes antes da capacitação. Mais da metade dos participantes referiu ter conhecimento prévio advindo de meios de comunicação e 100% dos participantes consideravam-se incapazes de realizar condutas de primeiros socorros adequadas em crianças.

Durante o transcorrer do projeto, os beneficiados com a ação relataram constantemente “a necessidade de elaborar este projeto também com os profissionais das escolas”, tendo como referência que uma boa conduta de primeiros socorros possa vir a salvar vidas, sendo indispensável que o acesso a esses conhecimentos sejam democratizados e disseminados.

Conclusão e Perspectiva de Continuidade

Embora seja uma proposta nova dentro da rede de ensino infantil e da Universidade, o projeto “Capacitação em primeiros socorros nas creches para os profissionais da educação materno-infantil” atendeu às expectativas. Nosso principal objetivo teve como enfoque capacitar os profissionais atuantes da educação materno-infantil em primeiros socorros que mais acometem as crianças, com o intuito de estimular a autonomia dos profissionais sobre os primeiros cuidados em situações de urgência/emergência.

Objetivou-se empoderar todos os envolvidos sobre os temas e procedimentos, tornando-os aptos a realizar os iniciais atendimentos diante de episódios acidentais, favorecendo segurança da criança até o seu encaminhamento ao atendimento médico especializado, caso necessário.

Mesmo a capacitação ultrapassando o horário de expediente das creches, houve a participação em massa do público alvo, permitindo a demonstração e efetivação da proposta,

resultando em profissionais capacitados e orientados a identificar sinais demonstram a gravidade de acidentes, favorecendo a tomada de decisões oportunas e rápidas.

A temática em questão acende muitas dúvidas devido ao despreparo e a falta de conhecimento efetivo, pois se defrontar com questões peculiares que exigem tomada de decisão rápida e efetiva no âmbito da saúde do indivíduo, exige raciocínio e equilíbrio emocional, dessa forma necessitam ser discutidas e trabalhadas dentro da sociedade, tecendo um olhar informativo e esclarecedor, mediante questões que permeiam atitudes frente a injúrias não intencionais em crianças.

A efetivação do projeto trouxe consigo um olhar para a importância do papel do profissional enfermeiro frente aos cuidados com a saúde da comunidade, de forma a colocar esse profissional e a comunidade acadêmica em situações de divulgação do conhecimento, difundindo-o no meio social.

Isso demonstra que o ensino dentro da universidade vem sendo bem aplicado e, como resultado da efetivação desse conhecimento, tanto teórico como prático, o envolvimento ímpar dos alunos e docentes do curso de enfermagem demonstrou que o ensino, pesquisa e extensão, e as parcerias junto a sociedade devem ser fortalecidas e incentivadas.

Pensamos que é de suma importância que o educador da rede escolar receba capacitação contínua e orientações por profissionais de saúde que estejam treinados para isso, principalmente sobre primeiros socorros nas creches, além de ter acesso ao conhecimento sobre o que rege os princípios e diretrizes da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2005, p.17).

Conclui-se que o treinamento sobre os princípios de primeiros socorros nas pré-escolas é uma ferramenta válida para minimizar danos advindos da incorreta manipulação com a vítima e falta de socorro imediato.

Partindo desta premissa fica evidente a necessidade de estender o projeto para capacitar também profissionais da rede de ensino fundamental e médio para que estes também possam se beneficiar com esses ensinamentos, essenciais ao núcleo educacional, possibilitando um atendimento pré-hospitalar menos traumático.

Referências

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violência**. Brasília: 2005.
- DIAS, M.P.; CARVALHO, M.D.; JOVENTINO, E.S.; UCHOA, J.L.; TAVARES, M.C.; MORAIS, L.A.; XIMENES, L.B. Identificação dos fatores de risco para acidentes na primeira infância no contexto creche. **Rev. APS**. Ceará, v. 16, n.1, p. 20-26, 2013. Disponível em: <http://aps.ufff.emnuvens.com.br/aps/article/view/1514/692>. Acesso em: 09/09/2015.
- FERNANDES, Suzana Carneiro de Azevedo. **As práticas educativas na saúde da família: uma cartografia simbólica**. 254 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13759>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Diamantino, 2014. [Online]. Disponível em:< <http://cod.ibge.gov.br/9WB>>. Acesso em: 11 Jun. 2015.

LEITE, A.C.Q.B. Primeiros Socorros nas Escolas. **Rev. Extendere**, Rio Grande do Norte, vol.2, n.1, p. 61-70, 2013. Disponível em:<<http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/viewFile/778/429>>: Acesso em 11 jul. 2015

MARANHÃO, D.G. O conhecimento para preservar a vida: um tema delicado. **Revista acadêmica de Educação do ISE Vera Cruz**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 255-271, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14212%2Fveras.vol1.n2.ano2011.art56>. Acesso em 09 set. 2015.

NASCIMENTO, E. N.; PASCHOAL, S. R. G.; SEBASTIÃO, L. T.; FERREIRA, N.P. Ações intersetoriais de prevenção de acidentes na educação infantil: opiniões do professor e conhecimentos dos alunos. **Journal of Human Growth and Development**, v. 23, n. 1, p. 99-106, 2013. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/50398/54519>>. Acesso em 03 jul. 2015.

SIEBENEICHLER, A.E.M.; HAHN, G. V. Professores de pré-escola e o agir em situações de emergência. **Revista Destaques Acadêmicos Univates**, vol.6, n.3, p. 139-147, 2014. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/viewFile/1098/622>. Acesso em 11 jul. 2015.



PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO: UMA PROPOSTA DE EXTENSÃO PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE COLOMBO

Eduard Henry Lui

Professor de História do IFPR
- Campus Colombo. Mestre
em Educação pela UFPR. R. D.
João VI, 168, sobrado 2. Cajuru.
Curitiba – PR. Telefone: (041)
30573771. eduard.lui@ifpr.
edu.br

Priscila Célia Giacomassi

Professora de Português
e Inglês do IFPR - Campus
Colombo. Mestre em Letras
pela UFPR. Rua dos Cedros,
82. Barreirinha. Curitiba - PR.
CEP 82700390. Telefone: (041)
30398851. priscila.giacomassi@
ifpr.edu.br

RESUMO

A dinâmica da sala de aula exige muito mais que o domínio da linguagem verbal falada. Os diversos estímulos a que os alunos estão sendo submetidos exigem aulas cada vez mais dinâmicas e adequadas ao seu momento de aprendizagem. Diante disso, entre 2015 e 2016 nos propusemos a oferecer, através de projeto de extensão desenvolvido no Instituto Federal do Paraná – *Campus Colombo* – módulos e oficinas de produção e edição de material didático para professores com interesse nessa área. O objetivo, além do aperfeiçoamento do arsenal didático dos docentes - prioritariamente das redes estadual e municipal da cidade de Colombo - foi também capacitá-los a atuar e oferecer serviços de qualidade para o meio editorial, tão profícuo na região de Curitiba e Região Metropolitana. O projeto contou com a participação de dois alunos bolsistas que acompanharam os professores responsáveis em cada etapa da implementação do projeto. Primeiramente foram realizadas visitas orientadas a gráficas e editoras, visando coletar informações pertinentes e cooptar profissionais interessados em participar como colaboradores no projeto. Também foram estabelecidos contatos com o Núcleo Regional de Ensino, com a Secretaria Municipal de Educação bem como com várias escolas públicas do município de Colombo para averiguar as principais necessidades dos profissionais de educação com relação à produção e utilização de materiais didáticos e também divulgar o curso ofertado em forma de módulos e oficinas o qual contou com a ministração de vários profissionais extremamente qualificados da área acadêmica e editorial. Além da certificação oferecida aos participantes, o projeto almejou cumprir a função

de transformação social dos Institutos Federais, uma vez que professores mais qualificados e empoderados certamente atuarão como agentes multiplicadores do conhecimento produzido proporcionando os seus consequentes benefícios às comunidades discentes com as quais trabalham.

Palavras-chave: Educação, material didático, capacitação, professores, edição.

RESUMEN

La dinámica de la clase requiere mucho más que el dominio del lenguaje hablado. Los diversos estímulos a que los estudiantes son sometidos requieren cada vez más clases dinámicas y adecuadas a su tiempo de aprendizaje. De este modo, entre 2015 y 2016 nos propusimos ofrecer, por medio del proyecto de extensión desarrollado en el Instituto Federal de Paraná - Campus Colombo, módulos y talleres de producción y edición de materiales de enseñanza para los profesores con interés en la área. El objetivo, además de mejorar las estrategias educativas de los profesores - principalmente de las redes estatal y municipal de la ciudad de Colombo - también fue darles la posibilidad de actuar y proporcionar servicios de calidad para el medio editorial, tan rentable en Curitiba y región metropolitana. El proyecto contó con la participación de dos estudiantes que acompañaron a los profesores responsables de cada etapa de ejecución del proyecto. En primer lugar se realizaron visitas a gráficas y editoras con el objetivo de recopilar información relevante y cooptar profesionales con interés en participar como colaboradores en el proyecto. También se establecieron contactos con el Centro Regional de Educación, con el Departamento de Educación de la Ciudad, así como varias escuelas públicas de la ciudad de Colombo para conocer las principales necesidades de los profesionales de la educación con respecto a la producción y el uso de materiales de enseñanza y también divulgar el curso ofrecido en forma de módulos y talleres que incluían el ministerio de varios profesionales altamente cualificados en el mundo académico y editorial. Además de la certificación ofrecida a los participantes, el proyecto anhelaba cumplir la función de transformación social de los Institutos Federales, ya que los maestros más calificados y capacitados ciertamente actúan como multiplicadores de los conocimientos producidos proporcionando sus beneficios a los estudiantes de las comunidades con que trabajan.

Palabras-llave: Educación, materiales de enseñanza, entrenamiento, profesores, edición.

O Governo Federal estimula a geração de renda e emprego, bem como a transformação social. Quando investe em instituições de ensino, como os Institutos Federais, mostra que a educação é o caminho para atingir este objetivo. Desta forma, os funcionários do IFPR, em especial enquanto coordenadores e colaboradores de projetos de extensão atuam como agentes transformadores da realidade. A educação, a formação do educador e o ensino têm sido alvo de diversos programas, levando inclusive o lema do governo: *uma pátria educadora*. Com esta perspectiva em mente, entre 2015 e 2016 foi concebido, no *Campus Colombo* do Instituto Federal do Paraná, o projeto de extensão *Produção e Edição de Material Didático*, iniciativa esta que visou atender à demanda local de capacitação de professores e profissionais da educação das redes estadual e municipal da cidade em que o *campus* está inserido.

Sabemos que a dinâmica da sala de aula exige muito mais que o domínio da linguagem verbal falada. Os diversos estímulos a que os alunos estão sendo submetidos exigem aulas cada vez mais dinâmicas e adequadas ao seu momento de aprendizagem. Diante disso, propusemos a oferecer módulos e oficinas de produção de material didático para professores com interesse nessa área. O objetivo foi basicamente o aperfeiçoamento de seu arsenal didático de maneira eficiente, adaptando-o ao público a que se destinou e respeitando os requisitos de cada segmento de atuação. Almejamos, também, capacitar os profissionais do ensino para que pudessem eventualmente oferecer serviços de qualidade para o meio editorial, tão profícuo na região de Curitiba e Região Metropolitana. O objetivo principal do curso, portanto, consistiu em instrumentalizar o profissional da educação para a elaboração de materiais didáticos, tornando-o apto a editar conteúdos e organizá-los de maneira adequada nos diferentes suportes – livros, apostilas, *web*, revistas, listas de exercícios, animações, apresentações, PPTs, entre tantos outros – tanto para sua própria atividade profissional docente como também para prestação de serviços editoriais.

O curso foi planejado de forma a auxiliar os participantes tanto a elaborarem materiais didáticos diversos como também a analisar e avaliar aqueles que já são disponíveis no mercado. Dessa forma, desejou-se criar condições para que os profissionais da educação pudessem potencializar suas habilidades de reconhecer os conceitos teóricos presentes na elaboração criativa e contextualizada de materiais didáticos, nos meios impresso e digital. De forma prática, após sua experiência no curso, foi esperado que esses profissionais estivessem capacitados a: avaliar as estratégias e recursos para edição que compõem materiais didáticos em meio impresso, estabelecendo a relação e adequação para o meio digital; explorar os recursos do editor de textos e de imagens, aplicando os conceitos de estilos e diagramação para o meio impresso na criação de materiais didáticos; aplicar os conceitos de imagens e movimento no desenvolvimento de materiais didáticos, de modo a construir roteiros de vídeos; desenvolver projetos editoriais; analisar criticamente obras de caráter didático; gerenciar projetos editoriais e sistematizar a produção de materiais didáticos em meio impresso e digital.

Embasamento teórico

Ao longo do último século as constantes reformas do ensino sempre foram seguidas da preocupação em produzir materiais para orientar os docentes. A expectativa expressa nas normas legais e nos materiais era de que as orientações produzissem práticas escolares mais adequadas às concepções teóricas e às metodologias predominantes em cada momento. De acordo com Fila (2012), até meados dos anos 60 as múltiplas propostas enfrentavam tais questões partindo das orientações dominantes que privilegiavam elementos como a eficiência e a racionalidade técnica e científica em nome da diminuição de custos e maximização de resultados. Predominava a ideia de um planejamento rigoroso, baseado em teorias científicas sobre o processo de ensino-aprendizagem (SANTOS; MOREIRA, 1995, p.49).

As mudanças exigidas pelas reformas educacionais recaem na formação dos profissionais da educação. As orientações gerais da política educacional no campo da formação de professores respondem às necessidades postas pelas reformas educativas, em decorrência das transformações no campo produtivo e das novas configurações sociais. Seguem a cada uma das reformas educacionais publicações de diversos livros, manuais didáticos, cadernos pedagógicos, instruções, ou seja, a produção e difusão de diversos materiais que se constituem como

elementos da cultura escolar, os quais, portanto, compõem um conjunto importante de fontes para pesquisadores na área de educação, que podem elaborar análises sob diferentes prismas. O interesse do projeto de extensão voltou-se aos materiais didáticos com intuito de orientar os professores que são, muitas vezes, autores de seus próprios materiais.

Schmidt e Garcia (2008) chamam a atenção para o fato de que, especialmente a partir de 1940, com vistas à melhoria e a modernização da Escola Secundária, pode-se “apontar a ação do Estado brasileiro na produção e publicação de materiais didáticos destinados à formação de professores”. E, ainda segundo as autoras, até a década de 1970 “o Estado irá ter a supremacia nesse campo editorial, considerando que, neste período, ao contrário dos períodos anteriores e posteriores, não há destaque por parte das editoras privadas, na publicação de coleções, como manuais destinados aos educadores” (SCHMIDT; GARCIA, 2008, p.173). Deve-se dizer que os estudos sobre esses materiais, nos últimos anos, têm despertado um maior interesse em pesquisadores.

Ao lado dos manuais de Didática Geral e das Didáticas Específicas, outros materiais destinados à formação de professores têm sido estudados, como as orientações metodológicas que fazem parte dos livros didáticos por exigência dos programas nacionais que os distribuem às escolas públicas; também são tomados como objeto de estudo os materiais institucionais – como diretrizes curriculares e cadernos pedagógicos, produzidos pelos sistemas públicos de ensino para orientar as práticas escolares. Além destes materiais, existem diversos outros tipos destinados à formação de professores - todos entendidos como suportes de textos

que disponibilizam a seus leitores conhecimentos profissionais, valores morais, religiosos e políticos, com vistas a orientar as práticas de ensino, indicando e difundindo conteúdos a ensinar, métodos e técnicas de ensino e tendo como finalidade principal servir como fontes de informação estruturada para auxiliar no processo de formação inicial e continuada dos professores (CAMPOS, 2009, p.20).

Grande parte desses materiais institucionais, de forma semelhante ao que se observa nos manuais, tem a finalidade de apresentar aos professores métodos e atividades para o ensino de determinadas disciplinas. Eles veiculam, portanto, um conjunto de conhecimentos que podem ser entendidos como próprios do campo da Didática das disciplinas, “exercendo uma mediação entre o conhecimento científico específico e os modos de ensiná-lo na sala de aula”. Tais características permitem a afirmação de que “a natureza desses conteúdos é guiada pelas necessidades práticas da formação de professores” (BUFREM; SCHMIDT; GARCIA, 2006, p.6).

É preciso salientar que esses materiais didáticos em geral são produzidos a partir de currículos e programas oficialmente determinados e foram concebidos como um complemento aos manuais e livros didáticos. Tais materiais estão presentes em todas as áreas do conhecimento que compõem o currículo escolar e constituem-se como uma fonte de informação não apenas para consulta, mas também de popularização do conhecimento. Afinal é um objeto da cultura, onde esse conhecimento está reunido e organizado, o que segundo Caimi, Machado e Diehl (2002, p.34) «cria a ideia de segurança em relação a um saber sistematizado e pronto para ser ensinado». É com esses materiais, e em especial no manual didático, que professores em formação se apoiam na sua busca por conhecimento, saberes, competências e habilidades que servem para seu ofício. Quando os professores são questionados sobre como adquiriram seu saber, eles reconhecem que são influenciados pelos programas oficiais, saberes curriculares e livros didáticos (TARDIF, 2002, p.63).

Nesse sentido, os materiais didáticos têm se constituído como uma fonte à qual os professores recorrem para apoiar suas atividades de ensino e, no caso específico de manuais e materiais destinados aos professores, para aprender a ensinar. Reconhecendo-se as dificuldades de categorização e classificação dos diferentes tipos de manuais didáticos, como apontado por Choppin (2004), e também aos outros tipos de materiais produzidos especialmente para os professores, optou-se por empregar a expressão «materiais didáticos» para nomear materiais impressos ou em outros suportes que têm como objetivo orientar os professores na produção do ensino. Apesar das dificuldades conceituais, é consenso a importância dos manuais voltados para formação de professores como elementos centrais na história do currículo e como fontes fundamentais para entender o funcionamento das disciplinas e as práticas escolares, permitindo conhecer o cotidiano da sala de aula (BATISTA, 2000).

Para aqueles que pretendem focar o mercado editorial é importante ressaltar que este tem crescido e se diversificado nos últimos anos. No que tange à produção de material didático, ele se destaca em relação aos demais segmentos. Os livros didáticos constituem o maior segmento do mercado editorial, responsável por mais de 50% das unidades comercializadas e do faturamento do setor. A demanda privada é responsável por cerca de 30% do faturamento total do mercado e as compras do governo, por algo em torno de 20%. Já em número de exemplares comercializados, a situação se inverte: o mercado governamental responde por um terço da demanda, enquanto o mercado privado absorve cerca de 20% do total. É um segmento editorial bastante concentrado, dominado, em grande parte, apenas por quatro empresas.

Para além do sentido mercadológico, a necessidade de profissionais que transitem com eficácia no meio editorial didático constitui-se uma raridade. Com vistas a esse mercado em expansão, a formação de profissionais para esse nicho é de grande valia, tanto para o empregador, quanto ao editor e também ao público-alvo, pois contará com um produto elaborado por profissionais gabaritados, preparados e eticamente responsáveis.

Pensando sobre as plataformas de leitura, a preferência por obras digitais também cria novos segmentos profissionais no mercado editorial. O foco do curso, portanto, não se restringe apenas a mídias impressas, mas também pensando a produção didática em plataformas digitais.

O mercado editorial não cresce apenas nas grandes companhias. Também é vertiginoso o crescimento de autopublicações. De certa forma, o público interessado em se autopublicar pode contar com um suporte teórico, prático e metodológico adequado e consistente.

Ainda, professores que atuam em sala de aula podem elaborar e desenvolver seus próprios materiais atentando para sua qualidade, adequação e devida sistematização, superando, eventualmente, o obstáculo que encontram em obter materiais específicos que, em suas disciplinas, enfoquem assuntos locais e atuais.

Desta maneira, delineou-se o público-alvo deste projeto o qual foi destinando a professores e profissionais da educação de ensino Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio (PR). Entretanto, profissionais de áreas públicas com interesse em atividades editoriais voltados para a produção didática também foram contemplados, assim como: professores licenciados de todas as disciplinas do núcleo comum, técnico e tecnológico; profissionais graduados que atuassem ou desejassem atuar em editoras no desenvolvimento de materiais didáticos e demais interessados em produção de materiais didáticos para atividade docente.

Uma vez que o projeto teve o intuito de orientar os professores que são, muitas vezes, autores de seus próprios materiais, entendeu-se que o profissional egresso deste curso estaria capacitado a elaborar materiais didáticos com qualidade e cuidados legais tanto em meios

impressos, quanto digitais. De maneira amplificada, o projeto obviamente desejou atingir os alunos de escolas estaduais e municipais de Colombo, uma vez que foram, inevitavelmente, beneficiados com a capacitação proporcionada aos seus professores. Com a melhora na qualidade e diversificação de material didático, este conhecimento certamente foi levado às salas de aula em que esses professores atuam, multiplicando, dessa forma, o conhecimento produzido durante o curso a eles oferecido.

Planejamento e implementação

No período que antecedeu a ministração do curso pelos colaboradores, os professores responsáveis pelo projeto entraram em contato com editoras, o Núcleo Regional de Ensino e a Secretaria de Educação de Colombo consolidando parcerias para que as oficinas e módulos fossem ministrados por profissionais altamente experientes e gabaritados. Professores e técnicos de diversas áreas do próprio *campus* também estavam entre os profissionais encarregados de liderar cada um dos encontros.

Em seguida, teve início a etapa de visitação a escolas municipais e estaduais da cidade de Colombo para coleta de dados e para a divulgação do curso. Esses contatos preliminares permitiram conhecer a realidade da região e desta forma levantar as reais necessidades dos professores para ministrar suas aulas. O método utilizado consistiu em pesquisas quantitativas e qualitativas. A partir das informações disponíveis, as necessidades e as maiores dificuldades foram verificadas e elencadas. Com estes dados, foi possível adequar os encaminhamentos e conteúdos propostos no treinamento.

A fase seguinte consistiu na realização do curso através de módulos e oficinas, os quais foram distribuídos em encontros semanais de 4h. O curso totalizou 60 horas, considerando 40 horas presenciais e 20 horas de atividades para elaboração do artigo de conclusão do curso. Os colaboradores do projeto, além de atuarem como palestrantes e ministrantes dos módulos de treinamento, também tiveram a responsabilidade de orientar os professores participantes no desenvolvimento de seus artigos e projetos pessoais de análise, crítica e elaboração de material didático, de acordo com suas formações, especializações e pesquisas em andamento. As reuniões ocorreram no *campus* do IFPR – Colombo, editoras parceiras ou outros locais sugeridos pelos participantes envolvidos.

A procura pelo curso foi tão grande que surpreendeu os coordenadores e colaboradores do projeto. Quase 200 professores de todas as áreas do conhecimento inscreveram-se para a pré-seleção. Com esta constatação, pensamos inclusive em abrir duas turmas para atender à grande demanda, já que nossos impedimentos com relação ao local de realização do curso poderiam ser sanados uma vez que a UAB - Universidade Aberta do Brasil - sediada em Colombo acabou nos cedendo o seu auditório com capacidade para mais de 100 pessoas para a realização do curso. Entretanto, com limitações com relação a horários e orçamento, tivemos que nos fixar no limite inicial proposto de 50 professores. Porém, a reação positiva e a procura pelo curso levaram-nos a pensar na possibilidade de abrir uma especialização com o mesmo tema para o ano subsequente.

Vale ressaltar que submetemos o projeto ao Programa Institucional de Apoio às Ações de Extensão - PIAE através do Edital 06/2016 PROEPI/IFPR - e fomos contemplados com uma ajuda de custo, a qual possibilitou a aquisição de livros, um *kit* de material para acompanhamento dos encontros para cada participante, impressão dos certificados de conclusão bem como *banners*

para divulgação e localização do curso. Desta forma, apesar da grande procura, tivemos que nos manter dentro dos limites orçamentários que propusemos, ou seja, de 50 participantes.

O público acabou ficando bem heterogêneo, já que tivemos como participantes professores da Educação Fundamental I e II. Decidimos, portanto, por uma dinâmica que atendesse às necessidades gerais e também específicas de cada um. Trabalhamos com os professores todos reunidos quando os assuntos eram mais generalizantes e os dividimos em grupos menores quando os preletores falariam de disciplinas específicas. Neste caso, dois ou mais preletores fizeram suas apresentações de forma concomitante, cabendo aos participantes decidir de qual delas participariam. Dessa forma procuramos, além de otimizar espaços e horários, respeitar as reais necessidades de cada professor inscrito no curso.

Além de buscarmos novos processos e técnicas de edição e produção de material didático através dos ministrantes dos cursos e oficinas, houve um grande ganho com a troca de experiências entre os próprios professores. Como já têm seu arsenal diário de ferramentas didáticas, os encontros foram uma oportunidade para que ele pudesse ser apreciado e compartilhado. Ao expor, aperfeiçoar, transformar e criar os próprios materiais, os docentes puderam reafirmar seu valor como profissionais da educação.

As pesquisas quantitativas e qualitativas foram aplicadas não só no período que antecedeu o curso, mas também durante seu desenvolvimento. Assim como queríamos saber o perfil desses profissionais, suas maiores necessidades e impedimentos com relação à realização do curso, também foi importante termos um parâmetro de como esses encontros os tinham impactado. Os resultados foram muito animadores, uma vez que tivemos um retorno positivo por parte dos professores participantes que reconheceram o esforço e capacidade técnica dos profissionais que promoveram os encontros e os que atuaram como preletores.

Os colaboradores do projeto compartilharam conteúdos específicos de suas áreas em módulos relacionados às suas áreas de especialidade: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens, Normas Técnicas, Sociologia, Cenários e tendências educacionais para o século XXI; Perfis do livro didático brasileiro; Gestão editorial e desenvolvimento de projetos para produção de materiais didáticos e Noções de Implantação de sistemas de ensino. Os participantes tiveram direito a certificados do Instituto Federal do Paraná em que constavam conteúdos ministrados e carga horária total do curso.

O projeto contou com colaboradores discentes, alunos bolsistas do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, os quais acompanharam os professores responsáveis pelo projeto nas pesquisas de levantamento de dados. Atuaram como agentes de multiplicação de saberes, uma vez que, inteirados das necessidades dos docentes, puderam auxiliá-los, contribuindo com seus conhecimentos sobre informática. Ofereceram suporte técnico na preparação de equipamentos e na elaboração de materiais para os módulos e oficinas e também colaboraram com a comunicação aos professores sobre cronogramas, atividades exigidas, bem como a disponibilização de material *on-line*. Tanto na pesquisa prévia feita com os professores como na que foi aplicada durante o curso, a colaboração desses alunos foi essencial ao compilar, tabular e nos ajudar na análise dos dados coletados.

Esta proposta considerou a interdisciplinaridade como elemento integrador, inclusive a partir da colaboração dos estudantes bolsistas que desenvolveram atividades de múltiplas áreas do conhecimento. A profícua troca de ideias e experiências entre os próprios professores participantes do curso, os quais puderam compartilhar seu conhecimento prático de diferentes

matérias, somou-se ao conhecimento dos estudantes e colaboradores, resultando em reflexões e intervenções interdisciplinares diversas e muito pertinentes.

Trabalhar com a capacitação e, conseqüentemente, com o empoderamento dos profissionais da educação, levando-os a ter contato com o que há de mais moderno e eficiente no meio editorial e educacional em termos de produção, edição e análise de material didático, é uma experiência extremamente gratificante. Contar com a colaboração de profissionais que dispuseram de seu tempo para dividir seu conhecimento com aqueles que estão à frente de turmas cada vez mais *atenadas* e ávidas por aulas instrumentalizadas por recursos dinâmicos, significativos, contextualizados e interativos é realmente o que nos motiva à idealização e realização de projetos de transformação social como este.

Referências

- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração**. 2. ed. rev. e ampl. Revisão e atualização: Briquet de Lemos. Prefácio: Antônio Houaiss. [São Paulo]: Unesp; [Rio de Janeiro]: Lexikon, [2008].
- CAIMI, Flávia Eloisa; MACHADO, Ironita P.; DIEHL, Astor Antônio. **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CAMPOS, Mikie Alexandra Okumura Magnere de. **Manuais de didática e de metodologia de ensino: construção da “base ensino”**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2009.
- CHARTIER, R. **A Aventura do Livro do Leitor ao Navegador**. São Paulo: Unesp, 1998
- CARRIERE, J.C.; ECO, H. **Não contem com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros: passado, presente e futuro** / Robert Darnton ; tradução Daniel Pellizzari — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.
- FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. [São Paulo]: Edusp, [2008]
- FILA, Adriane. **Elaboração das propostas curriculares de matemática do ensino de 1º grau (5ª a 8ª série) do estado do Paraná na década de 1970**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; MOREIRA, Antônio Flávio. Currículo: questões de seleção e de organização do conhecimento. In: TOZZI, Devanil (Coord.) **Currículo, conhecimento e sociedade**. São Paulo: FDE, 1995. (Série Idéias, n.26).
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S.; GARCIA, Tânia M. F. B. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História**. Caderno Cedes, Campinas, v.25, n.67, p.297-308, set./dez. 2005.
- _____. Contribuições ao estudo da construção da didática da história como disciplina escolar no Brasil: 1935-1952. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: PERCURSOS E DESAFIOS DA PESQUISA E DO ENSINO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006. p.4100-4109, Disponível em: <www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/eixo6.htm>. Acesso em: 12 nov. 2015.

_____. Divulgando um projeto político-pedagógico: o significado do Jornal Escola Aberta (Curitiba, 1984-1988). Revista HISTEDBR (On-line), Campinas, n.31, p.167- 182, set. 2008.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à edótica: crítica textual**. 2. ed. rev. e atual. [São Paulo]: Ars Poetica/ Edusp, [1994].

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.



O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA: ESTUDOS DE CASOS REALIZADOS PELA UFMT JUNTO A COMUNIDADES RIBEIRINHAS E ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO MATO GROSSO, APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS GERAIS ALCANÇADOS

**Márcio de Andrade
Batista**

Universidade Federal de Mato Grosso, ICET – Instituto de Ciências Exatas e da Terra, Campus II - Avenida Valdon Varjão, 6390, Barra do Garças – MT / 78600-000, Tel. (66) 3405-5317. Email: engandrade10@gmail.com

RESUMO

A sociedade contemporânea presencia um momento de profundas transformações técnicas, sociais e ambientais. No entanto, as comunidades Ribeirinhas e outras comunidades vulneráveis nem sempre são contempladas com as benesses dessas transformações (acesso a alimentos de melhor qualidade, energias alternativas e água tratada). Obviamente, as ações de extensão universitária têm um papel importante nesse processo e geram impactos significativos no *modus operandi* tradicional dessas comunidades. As ações de extensão servem ao mesmo tempo como agentes de aproximação das comunidades *versus* universidade e também como agente de empoderamento das comunidades. Fortalece, ainda, a relação entre comunidade e alunos do ensino médio / superior, estabelecendo o conceito de sustentabilidade local e do empreendedorismo social, além de especificar claramente o papel do ensino de Ciências e sua utilidade prática. Nesse mesmo contexto enquadra-se perfeitamente o uso e ensino de tecnologias sociais, como a lâmpada de Moser que já beneficiou cerca de 1.000.000 famílias em toda América Latina. Outras questões como Energia, Água tratada, Aproveitamento de resíduos e Alimentos são questões importantes e que contemplam o escopo de ações de extensão da UFMT em comunidades e escolas Ensino Médio. A aproximação do programa de extensão da UFMT e a proposta de

ensino de Ciência “prática” junto a alunos do ensino médio têm-se mostrado muito promissoras com a técnica de ensino de sustentabilidade aplicada ao uso de biorrecursos. Em escolas de Ensino Médio na cidade de Juína – MT, a prática de extensão trouxe como resultado a conquista do Prêmio Jovem Cientista em 2012. Nesse programa de extensão universitária, cujo propósito é ensinar conceitos científicos e sua aplicabilidade, dois pontos importante mereceram destaque: A ausência de cadeiras específicas sobre sustentabilidade e a dissociação entre o que o aluno aprende sobre ciência em sala de aula e sua aplicação prática em seu cotidiano.

RESUMEN

La sociedad contemporánea testigos de un momento de profundos cambios técnicos, sociales y ambientales. Sin embargo, las comunidades ribereñas y otras comunidades vulnerables no siempre se incluyen con las bendiciones de estos cambios (como el acceso a una mejor alimentación, energía alternativa y agua potable). Obviamente, las acciones de extensión universitaria juega un papel importante en este proceso y generan un impacto significativo en el tradicional *modus operandi* de estas comunidades. Las acciones de extensión sirven al mismo tiempo como agentes de aproximación de las comunidades frente a la universidad y también como agente de potenciación de los mismos. refuerza aún más la relación entre la comunidad y los estudiantes de la escuela secundaria / de ajuste superior, por ejemplo, el concepto de sostenibilidad local y el emprendimiento social, y especificar claramente el papel de la enseñanza de la ciencia y su uso práctico. En el mismo contexto que encaja perfectamente con el uso y la enseñanza de las tecnologías sociales como Moser lámpara que ha beneficiado a alrededor de 1.000.000 hogares en toda América Latina. Otros temas como la energía, el agua tratada, Utilización de residuos y alimentos son cuestiones importantes y que incluyen el alcance de las acciones de extensión UFMT en las comunidades y las escuelas de secundaria. La extensión enfoque UFMT y la enseñanza propuesta de la ciencia “práctica” con los estudiantes de la escuela secundaria del programa han demostrado ser muy prometedores, como la sostenibilidad de la enseñanza técnica aplicada a la utilización de los recursos biológicos. En las escuelas secundarias de la ciudad de Juína - MT la práctica de la extensión trajo como resultado de ganar el Premio Joven Científico en 2012. En este programa de extensión universitaria que tiene como objetivo enseñar conceptos científicos y su aplicabilidad, dos puntos importantes cabe destacar: La ausencia de sillas específicas sobre la sostenibilidad y la disociación entre lo que el estudiante aprende acerca de la ciencia en el aula y su aplicación práctica en su vida diaria.

Introdução

OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA EM ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO.

A extensão universitária é um poderoso agente de transformação social que cria um *link* importante entre universidade, ensino, pesquisa e sociedade. Essa associação poderosa cria um mecanismo de troca interessante entre o conhecimento e o saber popular com a aplicação das técnicas científicas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012) desenvolvidas nas universidades.

Para fundir em uma única abordagem esses dois saberes (o técnico universitário *versus* o empírico social) é importante resgatar importantes conceitos estabelecidos pelo destacado especialista em educação, Dr. Perrenoud.

De acordo com Perrenoud (1997, p.7) a denominada “competência” é a capacidade de resolver problemas por meio de conhecimentos acumulados ou ainda de outras habilidades desenvolvidas e consolidadas pelas experiências. Para que durante a abordagem não se perca essa valiosa contribuição do saber empírico, foi desenvolvido o diagrama Espiral abaixo (Figura 1), composto por 6 importantes etapas:

- CREATE
- PLAN
- DO
- CHECK
- ACTION
- INNOVATION

É possível observar que o CREATE é o início da espiral (começa pelo centro em direção à cauda e à sequência de etapas). É a etapa mais importante da metodologia, e consiste em estimular, absorver e desenvolver o saber empírico social com uma série de proposições e desafios.

A aplicação da metodologia no ensino médio consiste no que pode ser chamado de Ensino por Projeto. Por exemplo, em uma aula de Química sobre elementos químicos e minerais, como o Selênio, incentiva-se o aluno descobrir onde existe esse elemento e como se pode utilizá-lo, por exemplo, na alimentação humana, (FERREIRA, 2002).

Nessa proposta, o modelo de ensino prático de ciências começa com o “Create” quando o aluno é estimulado a fazer perguntas e a interagir com sua realidade social e ambiental (FONSECA, 1992).

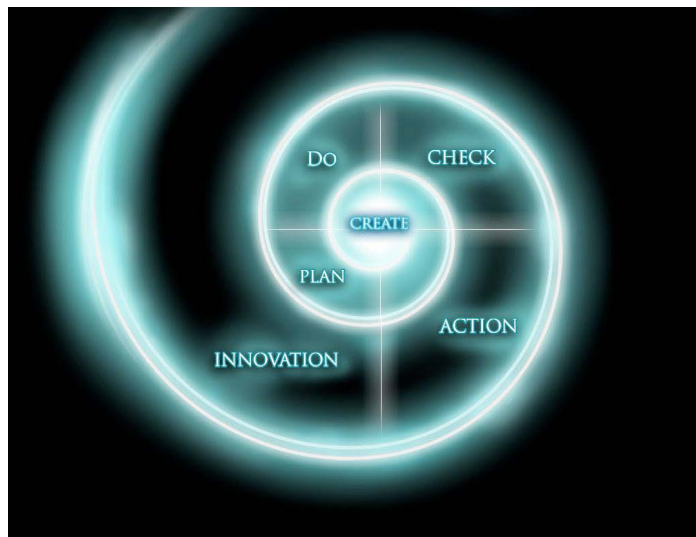


Figura 1:
Diagrama de Inovação do projeto de extensão usado para a criação do pão funcional nas escolas de ensino médio.

Por exemplo, no Projeto de Extensão “Desenvolvimento de Pão Funcional utilizando resíduo da indústria de laticínio, soro de queijo, para suplementação de proteínas / aminoácidos e uso da Castanha do Pará para Complementação de Selênio: Como as propriedades organolépticas

Sabor, Cheiro, Maciez e Aspecto Visual influem na escolha dos adolescentes nos itens da merenda escolar frente a alimentos gordurosos”, realizado na “Escola Estadual Professora Maria Lourdes Hora Moraes”, localizada em Barra do Garças – MT, foi proposto aos alunos que identificassem possíveis usos e aplicações para o soro de queijo e a castanha do Pará e do Barú.

O objetivo desse Projeto foi capacitar os alunos para a criação de um pão funcional, o desafio era ensinar como enriquecer o próprio pão da merenda (REDE BRASIL ESCOLA, 2014).

Nesse caso específico, a proposta do uso do soro e da castanha (VALDUGA, 2006) teve triplo objetivo:

- a- *Eliminar um passivo ambiental importante quando o soro é descartado pelos pequenos produtores e assim alunos puderam interagir com a sociedade (empresários do setor de Laticínios) local;*
- b- *Ensinar ao aluno conceitos como sustentabilidade e nutrição funcional e assim enriquecer sua própria merenda escolar (AMAZON, 2014);*
- c- *Estabelecer os conceitos de inovação, introduzindo o pensamento técnico científico e sua aplicabilidade em sua realidade diária via a interação com os membros do projeto de extensão da UFMT.*

A sequência de fotos apresentada na Figura 2 mostra de forma sintetizada as etapas de realização do Projeto de Extensão em pauta.

Figura 2:
Aplicação da metodologia “Espiral” em escola de Ensino Médio-MT.

a
Preparação das amostras da pesquisa.
Etapa Plan / Do



b
Apresentação dos resultados do pão funcional.
Etapa Check / Action




c
Aluna compartilha produto da pesquisa em sala (onde surgiram outras ideias).
Etapa Innovation



A partir dos dados obtidos pelos questionários aplicados (Figura 3) aos alunos, foi possível mensurar a aceitação do Projeto de Extensão pelos alunos, bem como a aceitação do pão funcional desenvolvido por eles mesmos, conforme dados obtidos e paretados.



Figura 3:
Questionário aplicado aos alunos do ensino médio, contendo nota para cor, cheiro, maciez e sabor.


 UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
 CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO ARAGUAIA

ANÁLISE SENSORIAL PÃO DE SORO E CASTANHA

Nome / Apellido: Kelington Serie Escolar: _____ Idade: 16
 Nome escola: Col. Prof. Manoel Soares Neto - Itapicoba
 Numero amostra: 5

Notas: 1- Não gostei 5- Gostei Pouco 10- Gostei muito

A- Em relação à Cor (10)
 B- Em relação ao cheiro (5)
 C- Em Relação à maciez (5)
 D- Em relação ao Sabor (10)

Qual dos itens abaixo você gostaria que estivesse em sua merenda escolar:
 Coxinha Pão Frances Pão de Soro e Castanha Biscoito

OS PROGRAMAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E TECNOLÓGICA EM COMUNIDADES.

Nessa proposta, o projeto de extensão se baseia na aproximação e no entendimento das necessidades reais da comunidade e de seus membros. A proposta de educação científica deve ter como máxima diretriz a conscientização de alunos, professores e membros das comunidades quanto às suas capacidades, absorvendo, assim, o saber empírico e criando o respeito pela diversidade social e cultural e claro, promovendo a aliança tecnologia versus saber/conhecimento social prático. Nesse sentido, a tecnologia social tem se tornado uma ferramenta *sine qua non* de transformação e de geração de impactos. De acordo com a Fundação Banco do Brasil:

A tecnologia social compreende produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social. É um conceito que remete para uma proposta inovadora de desenvolvimento, considerando a participação coletiva no processo de organização, desenvolvimento e implementação. Está baseado na disseminação de soluções para problemas voltados a demandas de alimentação, educação, energia, habitação, renda, recursos hídricos, saúde, meio ambiente, dentre outras. As Tecnologias

Sociais podem aliar saber popular, organização social e conhecimento técnico-científico. Importa essencialmente que sejam efetivas e reaplicáveis, propiciando desenvolvimento social em escala. (Fundação Banco do Brasil, 2016).

Figura 3a

Oficina do projeto de extensão para confecção da Lâmpada de Moser.



Figura 3b

Instalação da Lâmpada de Moser em comunidade afastada grande centro.



Figura 3c

Verificação dos resultados e das técnicas ensinadas.



Figura 3d

Resultados alcançados (Barra do Garças, MT).



Cabe destacar também que a ideia do Projeto da Lâmpada de Moser não foi simplesmente fornecer a lâmpada pronta, mas sim ensinar os conceitos científicos que amparam a tecnologia social proposta, como também:

- a- *Ensinar a sua confecção e princípios físicos, químicos etc envolvidos;*
- b- *Testar a metodologia in loco;*
- c- *Ensinar a replicar a técnica para outras comunidades.*
- d- *Aplicar uma tecnologia social (TS) que foi ao encontro de uma necessidade específica da comunidade atendida pelo projeto de extensão.*

Nessa competência de aliar saberes destaca-se o Projeto de Extensão realizado, cuja proposta foi ensinar a construir a Lâmpada de Moser modificada. Uma tecnologia social simples e de fácil replicabilidade, conforme a sequência de fotos nas Figuras 3a, 3b, 3c e 3d.

A CONSTRUÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE APRENDIZAGEM POR MEIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

A principal condição para a construção da competência é estimular o aluno a encontrar o conhecimento necessário para responder à questão proposta de forma eficiente. Nesse aspecto, é importante colocar o aluno em situações que contemplem o espaço socioambiental no qual ele está inserido, não importando em que região ele se encontre. Assim, o projeto de extensão pode começar na comunidade ou escola (CREATE) com uma aproximação da realidade em que se deseja trabalhar, pois as atividades de extensão e pesquisa universitárias são imprescindíveis tanto no processo de ensino, como no de aprendizagem aluno/docente.

A CONSTRUÇÃO DAS COMPETÊNCIAS CIENTÍFICAS E TÉCNICAS POR MEIO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Uma vez estabelecido o projeto de extensão, é importante que os aspectos científicos sejam apresentados cuidadosamente aos alunos. É preciso que se crie uma sinergia entre o que eles aprendem e realizam. Assim, os tópicos científicos importantes do projeto são apresentados, como por exemplo, nutrientes presentes no soro, o Selênio (FERREIRA, 2002) na castanha e na sua interação com a dieta humana. Desse modo, o aluno entende claramente por que está enriquecendo o pão e quais os benefícios adquiridos com esse enriquecimento. E o mais importante, aprende a interagir com o espaço socioambiental a que pertence, ao utilizar um resíduo (soro) gerado perto de sua comunidade ou casa.

A exposição em sala (Figura 4) de aula pelos próprios alunos dos itens:

- Resíduo industrial Soro de Queijo e suas propriedades alimentícias
- Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*) e seus benefícios para a saúde
- Efeito e benefícios do mineral Selênio na saúde humana

O estudo por projetos consolida ainda mais o aprendizado e a aplicabilidade da ciência no cotidiano dos alunos de Ensino Médio e fornece uma excelente oportunidade de criação de novas ideias e metodologias baseadas em projetos (SOAVE, 2014).



Figura 4:
Orientada no Ensino Médio apresentando os conceitos técnicos do pão funcional em sala de aula. Efeito do Selênio na dieta.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICABILIDADE DOS PROJETOS DE EXTENSÃO

A interação proposta pelos presentes projetos de extensão permitiu avaliar aspectos gerais do ensino de Ciências no ensino médio e a interação entre comunidades e universidade. É condição necessária que as ações de extensão sejam estimuladas logo nos anos iniciais dos cursos de graduação e que os alunos sejam expostos o mais cedo possível aos mais diversos problemas sociais, tecnológicos e ambientais que existem em seu meio e que façam parte de sua realidade. Quando mais cedo isso acontece, mais rápido se percebem os efeitos e resultados da metodologia, como no caso, a conquista do prêmio jovem cientista 2012 (Anexo 01) conseguido a partir de um projeto de extensão realizado pela UFMT em Juína - MT.

Referências

- AMAZON – BRAZIL NUTS. Informação Nutricional da Castanha do Pará. Disponível em: <<http://www.amazonbrazilnuts.com.br/tabela-nutricional-da-castanha-do-para/>> Acesso em: 05 jun. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 27, de 13 de janeiro de 1998. Aprova o regulamento técnico referente à informação nutricional complementar. Diário Oficial da União Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 de Janeiro de 1998. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/content/Anvisa+Portal/Anvisa/Inicio/Alimentos>>. Acesso em: maio 2012.
- FONSECA, C. E. L.; MUNIZ, I A. F. Informações sobre a cultura de espécies frutíferas nativas da região dos cerrados. **Informe Agropecuário**, v. 16, n. 173, p. 2-16, mar./abr. 1992.
- FERREIRA, SILVA KARLA. Concentrações de selênio em alimentos consumidos no Brasil. Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias, Laboratório de Tecnologia de Alimentos. *Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health* 11(3). 2002.
- PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

REDE BRASIL ESCOLA. História do Pão. São Paulo-SP. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/curiosidades/pao-na-historia.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SOAVE, Paula Bianchini. Avaliação da Composição Centesimal de Preparações Fortificadas com Ferro Destinadas a Alimentação Escolar. Anais da mostra acadêmica. UNIMEP 2006. Piracicaba – SP. 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/4mostra/pdfs/162.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. de 2014.

VALDUGA., E, PAVIANI., LC, MAZUR., SP, FINZER., JRD. Aplicação do soro de leite em pó na panificação. Alim Nutr. 2006; 17(4): 393- 400.

ANEXO 01



Figura 5:
Aluna Bianca do ensino médio atendida pelo projeto de extensão da UFMT e sendo agraciada pela Presidente da República.



AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER POR MEIO DA CAPACITAÇÃO EM GÊNERO DE ESTUDANTES, EDUCADORES E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS E DO EMPODERAMENTO E ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES DE SÃO SEBASTIÃO/DF

**Letícia Érica Gonçalves
Ribeiro**

Instituto Federal de Brasília (IFB), Mestre em Educação pela Universidade de Brasília. IFB - Campus de São Sebastião. Área Especial 2 - São Bartolomeu, São Sebastião - DF, 71697-071 - Qd. 404, Conjunto A, Casa 4, Condomínio Chapéu de Pedra, Setor Habitacional Tororó - Santa Maria/DF - CEP. 72.596-350, Email: leticia.ribeiro@ifb.edu.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar as experiências relacionadas ao desenvolvimento do projeto de extensão intitulado: “Ações de enfrentamento à violência contra a mulher por meio da capacitação em Gênero de estudantes, educadores e lideranças comunitárias e do empoderamento e organização das mulheres de São Sebastião/DF”, desenvolvido pelo Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus de São Sebastião, por meio do Edital de 2015 do PROEXT/MEC SeSu. O projeto consistiu em promover a formação de estudantes de Letras, de professores e estudantes da Educação Básica e de lideranças comunitárias na temática de Relações de gênero, a fim de desconstruir preconceitos e estereótipos, conscientizar e orientar sobre os direitos das mulheres; promover, ainda, ações de enfrentamento à violência contra a mulher, por meio da organização e empoderamento das mulheres da comunidade, para que atuassem como agentes multiplicadoras no combate à violência de Gênero. Para isto, foram realizados cursos, oficinas, palestras, cine debates, encontros temáticos, visitas aos órgãos de proteção à mulher no Distrito Federal e a adesão à “Campanha 16 dias de Ativismo pelo fim da violência contra a mulher”. Por meio desse projeto, centenas de pessoas foram alcançadas e as ações resultaram em maior conscientização à respeito da importância de denunciar a violência, esclarecimentos sobre direitos da mulher, Lei Maria da Penha e equipamentos disponíveis para atendimento à mulher no Distrito Federal. Além disso, percebeu-se o envolvimento dos

estudantes nas atividades desenvolvidas e uma mudança com relação a alguns preconceitos de gênero, que eram vistos e reproduzidos de forma naturalizada. Porém, o principal resultado foi o empoderamento e a organização das mulheres em duas comunidades carentes de São Sebastião/DF.

Palavras-chave: Educação, Relações de Gênero, Violência contra a mulher, Empoderamento.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo narrar las experiencias referidas al desarrollo del proyecto de extensión titulado “Acciones para enfrentar la violencia contra la mujer mediante la capacitación en género de estudiantes, educadores y líderes comunitarios y del empoderamiento y organización de las mujeres de São Sebastião, Distrito Federal”, desarrollado por el Instituto Federal de Brasília (IFB), Campus de São Sebastião, através PROEXT/MEC SeSu/2015. El proyecto consistió en promover la formación de estudiantes de Letras, de profesores y estudiantes de Educación Básica, así como de líderes comunitarios en la temática de relaciones de género, con la finalidad de desmontar preconceptos y estereotipos, concientizar y orientar acerca de los derechos de las mujeres; promover, también, acciones para enfrentar la violencia contra la mujer, por medio de la organización y empoderamiento de las mujeres para que actuaran como agentes multiplicadores en la lucha contra la violencia de género. Para ese fin se realizaron cursos, talleres, conferencias, cine debates, encuentros temáticos, visitas a instituciones de protección de la mujer en el Distrito Federal y adhesión a la “Campaña 16 días de actividades y movilización por el fin de la violencia contra la mujer”. Por medio del proyecto, se consiguió abarcar a centenares de personas y las acciones tuvieron como resultado una mayor concientización con respecto a la importancia referida a la denuncia de la violencia, esclarecimientos sobre los derechos de la mujer, la Ley María da Penha y los mecanismos disponibles para la atención de la mujer en el Distrito Federal. Asimismo, se percibió la participación de los estudiantes en las actividades desarrolladas y un cambio en relación a algunos preconceptos de género, que antes eran vistos y reproducidos de manera corriente y natural. Sin embargo, el principal resultado fue la organización y el empoderamiento de las mujeres en dos comunidades carentes de São Sebastião/DF.

Palabras claves: Educación, Relaciones de Género, Violencia contra la Mujer, Empoderamiento.

Introdução

A violência contra a mulher é um grave problema social que afeta um grande número de mulheres em todo o mundo, deixando marcas indeléveis no corpo e na alma. No Brasil, os números são alarmantes; em média milhões de mulheres são espancadas por ano, uma a cada 24 segundos, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010). A pesquisa aponta. Ainda, para o fato de que cerca de 24% das mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de violência.

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal (CPMI), de 2013, sobre a violência contra a mulher mais de 80% dos casos de agressões são cometidos pelo parceiro (marido ou namorado), quanto à raça/etnia, 46% das mulheres agredidas são negras e pardas. O texto mostra ainda que somente um terço dessas agressões é denunciado e, dentre os motivos para essa subnotificação, estão o medo de represálias e o fato de não se querer envolver a polícia (SENADO FEDERAL, 2013).

Segundo dados da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou, entre janeiro e outubro de 2011, 58.512 relatos de violência. “Desse total, 35.891 foram de violência física; 14.015 de violência psicológica; 6.369 de violência moral; 959 de violência patrimonial; 1.014 de violência sexual; 264 de cárcere privado; e 31 de tráfico de mulheres” (BRASIL, 2011a, p. 17).

O mapa da violência 2015 (WASELFISZ, 2015) revelou que, nas últimas três décadas, no Brasil, mais de 106 mil mulheres foram assassinadas, quase a metade (43 mil) nos últimos 10 anos e 4.762 somente no ano de 2013. Com esses dados, o Brasil ocupa o 5º lugar entre os 84 países com maior índice de feminicídios, com uma taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres. Esse número é 2,4 vezes maior que a taxa média internacional, superado apenas por El Salvador, Colômbia, Guatemala e a Federação Russa.

Segundo a mesma pesquisa, dentre os 80 municípios com maior índice de assassinatos de mulheres, seis pertencem à região do entorno do Distrito Federal: Cristalina, Planaltina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Formosa e Alexânia, sendo que este último, ocupa o 2º lugar no ranking nacional, com mais de 20 assassinatos por cada 100 mil habitantes. Em pesquisa do IPEA (BRASIL, 2013), o Centro-Oeste passa a ocupar o segundo lugar, com 6,86 óbitos por 100.000 mulheres. Esses dados indicam que a violência contra a mulher tem crescido e atingido sua forma mais extrema, o feminicídio.

O número crescente de atos de violência praticados contra a mulher é fruto das relações sociais assimétricas produzidas historicamente pelo patriarcalismo, nas quais predominam o domínio do homem e a submissão da mulher.

A violência praticada contra as mulheres é conhecida como violência de gênero porque se relaciona à condição de subordinação da mulher na sociedade, que se constitui na razão implícita do número estarrecedor de casos de violência perpetrados contra elas, revelando a incontestável desigualdade de poder entre homens e mulheres, sobretudo nas relações domésticas e familiares (CORRÊA, 2010 p. 52).

Durante muitos anos, a violência contra as mulheres se manteve invisível aos olhos do Estado e da sociedade, que a consideravam pertencente ao espaço privado, onde o homem, como provedor, tudo pode.

A luta do movimento de mulheres em todo mundo para quebrar a invisibilidade ganhou forças na década de 1970, com a realização da I Conferência Mundial sobre a Mulher e a instituição, em 1975, da década da mulher e em 1979 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW).

Em 1993, na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, reconheceu-se que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis, e que a violência de gênero é incompatível com a dignidade humana.

Segundo Barsted (2006, p. 248), “os esforços dos movimentos feministas em todo o mundo e os diversos tratados internacionais das Nações Unidas deram visibilidade ao problema da violência de gênero”. No Brasil, em especial, a luta das mulheres por uma vida sem violência começou na década de 1970, como aponta Bandeira (2009, p. 402):

[...] na década de 1970, quando, no cenário das demandas pela anistia política de centenas de homens e mulheres, vítimas da violência militar, segmentos do movimento feminista brasileiro se empenharam em denunciar a violência cometida contra as mulheres no

próprio lar. Este processo de resistência se fortaleceu com várias estratégias de luta, dentre elas, a nomeação da expressão “violência contra a mulher”, seguida pela demanda por políticas públicas a fim de coibi-la.

Foi ainda na década de 1970 que surgiram as primeiras organizações de proteção às mulheres: em 1978, criou-se o SOS corpo em Recife e, dois anos depois, o SOS Mulher em São Paulo. Foram estas as primeiras responsáveis pela elaboração de políticas públicas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica.

Na década de 1980, ainda segundo Bandeira (2009 p. 412) o movimento feminista fez conhecida

a trágica situação de milhares de mulheres mortas em nome da ‘honra’, da ‘submissão’ e do ‘amor’ por seus maridos, companheiros e amantes. Desde aquela época, ficaram conhecidos os *slogans* ‘Quem ama não mata’ e ‘Denuncie a violência contra a mulher’, palavras de ordem das primeiras campanhas contra a violência.

Mas é somente com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2003, que o enfrentamento à violência contra a mulher ganhou força. Em 2006, promulgou-se a Lei nº 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que considera a violência contra a mulher como crime intolerável, diferentemente da Lei nº 9.099/95, que vigorara até então, a qual tratava a violência contra a mulher como um crime de menor potencial ofensivo.

Em 2007, foi lançado o Pacto de Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que propunha políticas públicas amplas, articuladas e direcionadas ao combate à violência contra as mulheres, considerando-se também as dimensões da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos das mulheres em situação de violência e também o combate à impunidade dos agressores. Essas ações seriam executadas num período de quatro anos (2008 a 2011).

O pacto fundamenta-se nos princípios e diretrizes que norteiam o I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), e apresentou, naquele momento, “uma estratégia de gestão que orientava a execução de políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres, no sentido de assegurar a prevenção e o combate à violência, a assistência e a garantia de direitos às mulheres” (BRASIL, 2011a, p. 11).

Segundo a SPM, o pacto contribuiu de forma significativa na implementação de políticas públicas relativas ao enfrentamento da violência contra a mulher. Dentre estas, estão: o aumento do orçamento para enfrentamento à violência; a criação e o fortalecimento de organismos de políticas para as mulheres nos Estados e Municípios; a consolidação do conceito ampliado de violência contra as mulheres; consolidação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, como um canal de acesso direto às mulheres em situação de violência; ampliação do número de serviços especializados; incorporação da violência contra a mulher na agenda política dos governos (BRASIL, 2011a).

A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres foi criada em 2011, com a finalidade de estabelecer

conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (*Idem*, 2011b, p. 23).

Com o Plano Nacional, a SPM atende ao I PNPM, que define como um dos objetivos para se enfrentar a violência a criação de uma política nacional. O enfrentamento à violência contra as mulheres foi mantido, no PNPM de 2008 e no de 2011, como uma das áreas estratégicas de atuação.

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres passou por uma releitura e foram acrescentados novos eixos e ações, porém, manteve-se a concepção de que, sendo a violência de caráter multidimensional, requer políticas públicas articuladas nas mais diferentes esferas. Por isso, as ações propostas por ele apoiam-se em três premissas: a transversalidade de gênero; a intersetorialidade e a capilaridade.

A transversalidade de gênero visa garantir que a questão de violência contra a mulher e de gênero perpassasse as mais diversas políticas públicas setoriais. A intersetorialidade, por sua vez, compreende ações em duas dimensões: uma envolvendo parcerias entre organismos setoriais e atores em cada esfera de governo (ministérios, secretarias, coordenadorias, etc.); e outra, implica uma maior articulação entre políticas nacionais e locais em diferentes áreas (saúde, justiça, educação, trabalho, segurança pública, etc.). Desta articulação decorre a terceira premissa que diz respeito à capilaridade destas ações, programas e políticas; levando a proposta de execução de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres até os níveis locais de governo (BRASIL, 2011a p. 24).

Por meio do pacto, os convênios entre SPM, estados, municípios e ONGs foram firmados, permitindo-se a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Os números dos serviços que compõem essa rede são divergentes por falta de um sistema nacional de informações sobre a violência contra as mulheres. Mas, de acordo com dados da SPM, existem hoje no país 963 serviços especializados de atendimento às mulheres, sendo 374 DEAMs; 116 núcleos especializados em delegacias comuns; 204 Centros de Referência de Atendimento à Mulher; 72 casas abrigo; 52 juizados especializados de violência doméstica e familiar; 46 varas adaptadas; 38 promotorias especializadas e 61 núcleos ou defensorias especializadas (SENADO FEDERAL, 2013).

Além dos órgãos citados, foram criadas em 2015 duas Casas da Mulher Brasileira, uma em Campo Grande/MS e outra em Brasília/DF, as quais reúnem todos os Serviços especializados de atendimento às mulheres vítimas de violência, com o objetivo de oferecer a elas um atendimento humanizado e acolhedor. Ainda no ano de 2015, foi aprovada a Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 (Lei do Femicídio), que qualifica o homicídio de mulheres e torna o feminicídio um crime hediondo.

De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão, no ano de 2013, em 100 municípios das cinco regiões do Brasil, a violência contra a mulher ocupa o 3º lugar entre os crimes mais recorrentes no Brasil, na percepção dos(as) entrevistados(as). 54% destes(as) afirmaram conhecer uma mulher vítima de violência doméstica e 56% conheceram um homem que já agrediu sua parceira.

Diante do grave problema da violência contra a mulher no Brasil e do papel que a Educação pode assumir para combatê-lo, esse projeto surgiu com a pretensão de contribuir para a formação dos alunos do curso de Licenciatura em Letras e para a qualificação dos professores da educação básica de São Sebastião, a fim de que se tornassem profissionais capazes de refletir sobre as relações sociais de gênero e suas implicações no enfrentamento à violência contra as mulheres.

O objetivo geral, portanto, desse projeto foi capacitar os alunos do curso de Letras do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião, professores da Educação Básica sobre as relações sociais de gênero e o combate à violência contra a mulher; organizar as mulheres por meio de ações que visaram ao empoderamento e a conscientização sobre os direitos das mulheres e na realização ações de combate à violência contra a mulher em parceria com as lideranças comunitárias e movimentos organizados de mulheres de São Sebastião/DF. Trata-se de um projeto de extensão do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião, contemplado pelo Edital PROEXT/MEC SeSu 2015.

Material e Métodos

Campo

O projeto de extensão foi realizado na cidade de São Sebastião no Distrito Federal. Principalmente no bairro Vila do Boa, região periférica da cidade e com uma grande área de ocupação. Além deste bairro, o projeto também se estendeu ao Assentamento 1º de Julho, localizado na zona rural da cidade.

Participantes

A população-alvo desse projeto de extensão consistiu nos(as) estudantes do Curso de Licenciatura em Letras, educadores e alunos/as da Educação Básica de escolas públicas, lideranças comunitárias e mulheres da comunidade de São Sebastião/DF.

Metodologias de trabalho

Inicialmente, foi realizada a seleção dos(as) dez bolsitas e quatro voluntários/as estudantes do curso de Licenciatura em Letras Português do IFB Campus de São Sebastião. Em seguida, o grupo recebeu formação em Gênero por meio de um ciclo de palestras com as seguintes temáticas: “Gênero, direitos da mulher e Lei Maria da Penha”, “Sexualidade, saúde e violência contra a mulher” e “Trabalhando Gênero em todos os níveis da educação”.

Também foram realizadas visitas aos organismos de proteção da mulher, objetivando que os/as estudantes conhecessem os equipamentos disponíveis às mulheres vítimas de violência no Distrito Federal, sendo eles: Casa da Mulher Brasileira, Centro de Atendimento à Mulher (CEAM), Delegacia da Mulher/São Sebastião, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e Secretaria da Mulher do Distrito Federal.

Em paralelo às visitas aos órgãos e à formação dos/as estudantes, foram mapeadas as regiões escolhidas para o desenvolvimento do projeto, a saber: Vila do Boa, bairro da periferia de São Sebastião e Assentamento 1º de Julho, localizado na zona rural. Foram realizadas visitas às casas e reuniões com lideranças comunitárias das respectivas regiões; firmou-se parceria com a Escola Classe Vila do Boa, que cedeu o local para a realização dos trabalhos com a comunidade; realizou-se a primeira formação para os educadores; uma oficina sobre “Gênero e violência no namoro” com alunos de uma escola de Ensino Médio e o primeiro Encontro com mulheres e lideranças da Vila do Boa e do Assentamento 1º de Julho. Na comunidade rural, o local definido para os encontros foi um espaço coberto em um dos sítios da comunidade.

A partir de então, o projeto continuou sendo executado, seguindo um cronograma de atividades que consistia no desenvolvimento de oficinas e cine debates com educadores e estudantes das escolas públicas de São Sebastião; na realização de duas visitas preparatórias e de dois encontros mensais, um em cada comunidade atendida.

Nas atividades realizadas nas escolas, foram discutidos temas relacionados à temática de gênero, tais como direitos da mulher, violência de gênero, violência no namoro, relacionamentos abusivos, Lei Maria da Penha, homofobia, racismo, preconceitos e respeito à diversidade.

Já os encontros temáticos com as mulheres da comunidade consistiram em atividades culturais, tais como apresentações de dança, música, recitação de poesias e contação de histórias; na realização de oficinas de autocuidado, criatividade literária, customização de bolsas, confecção de artesanatos, dentre outras; rodas de conversas e cine debates. As temáticas abordadas nos encontros eram sobre relações de gênero, direitos e saúde da mulher, violência doméstica, Lei Maria da Penha e etc. Muitos dos temas trabalhados foram sugeridos pelas próprias mulheres.

Para a realização dos encontros, contamos com a participação de Entidades do Movimento de Mulheres; com representantes do CEAM e da Casa da Mulher Brasileira; com voluntários, na maioria das vezes, estudantes do Instituto Federal de Brasília e com artistas da Comunidade de São Sebastião.

Os encontros visaram a levar cultura, lazer e conhecimento para as moradoras e moradores das comunidades, a fim de contribuir para a elevação da autoestima, o empoderamento e a autonomia das mulheres e, dessa forma, conscientizá-las de seus direitos, valorizá-las e incentivá-las a enfrentar, denunciar e sair de situações de violência e abusos.

Vale ressaltar que, durante esses encontros, as filhas e filhos das mulheres participantes, permaneciam em uma brinquedoteca, com monitores que realizavam pinturas de rosto, oficinas de pintura, produção de desenhos e cartazes, contação de histórias e outras atividades. Além do espaço lúdico, as temáticas de gênero também eram abordadas com as crianças. No final de cada encontro, era servido um lanche e havia sorteio de brindes para as mulheres e de brinquedos e livros para as crianças.

Resultados e discussão

O projeto teve duração de onze meses, entre junho de 2015 e abril de 2016 e, durante esse período, contou com a participação direta e regular de quatorze estudantes do curso de Licenciatura em Letras Português do Instituto Federal de Brasília, Campus de São Sebastião. Estes professores em formação, na conclusão desse projeto, declararam-se conscientes da importância de se abordar as questões de Gênero e diversidade na sala de aula e capacitados para trabalhar essa temática dentro e fora da escola; afirmaram reconhecer a importância do combate à violência doméstica e estar aptos para acolher e orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre os equipamentos disponíveis para atendimento, proteção e acolhimento às vítimas de violência de gênero. Este resultado é bastante satisfatório, pois era um dos principais objetivos do projeto.

As atividades desenvolvidas nas escolas públicas com os estudantes foram bastante produtivas e positivas, principalmente com relação ao reconhecimento, por parte dos adolescentes, da prática de atitudes abusivas e preconceituosas contra as mulheres. Além disso, os debates contribuíram para desconstrução de estereótipos e preconceitos e para ajudá-los na percepção de estarem ou não em relacionamentos abusivos. Por outro lado, houve uma grande

resistência, por parte das escolas, em abrir espaço para a discussão da temática de gênero com os educadores.

No que diz respeito aos encontros temáticos nas comunidades, os resultados foram bastante satisfatórios. A receptividade foi muito boa, tanto que a cada encontro tínhamos uma adesão cada vez maior de participantes, muitas mulheres, muitas crianças e alguns homens. O prazer e interesse das mulheres em participar das atividades eram crescentes; o aumento da autoestima, da conscientização e do empoderamento era perceptível; a alegria das crianças era contagiante. Por fim, esses encontros mensais passaram a ser, muitas vezes, o único momento que essas pessoas tinham para dedicar-se a elas mesmas, para abrir seus corações, compartilhar suas angústias, aprender sobre seus direitos, reconhecer-se como mulher, desfrutar de músicas, poesias e histórias.

O projeto firmou parceria com várias Entidades do Movimento de Mulheres, a saber: Casa Frida, De salto alto, Casa Viva, Cine clube feminista de São Sebastião, União Brasileira de Mulheres, Marcha Mundial de Mulheres do DF. Além destas, houve uma importante contribuição do Instituto Congo Nya, da Creche da Vila do Boa e do Instituto Nivaldo Nunes. Todas as entidades contribuíram no sentido de ofertar oficinas, atividades culturais e realizar rodas de conversa sobre a temática de gênero e violência contra a mulher.

Conclusão

Pesquisa realizada com alunas do “Programa Mulheres Mil” que receberam formação referente aos direitos das mulheres e Lei Maria da Penha (RIBEIRO, 2013.) mostra que a maioria das participantes que tiveram tais conhecimentos ampliados (85%), sente-se muito mais capaz de denunciar a violência. Essa mesma pesquisa mostra que tais mulheres, à medida que tinham acesso ao conhecimento, à cultura e ao lazer, viam crescer em si a autoestima e o desejo de lutar por seus direitos.

Neste sentido, o projeto de extensão “Ações de enfrentamento à violência contra a mulher por meio da capacitação em Gênero de estudantes, educadores e lideranças comunitárias e do empoderamento e organização das mulheres de São Sebastião/DF”, contribuiu para a elevação da autoestima, o empoderamento, a organização social das mulheres de São Sebastião e para a promoção do debate e do trabalho sobre gênero nas escolas de forma interdisciplinar. Além disso, proporcionou aos estudantes de Letras, envolvidos diretamente no projeto, uma experiência importante para sua formação enquanto Educadores/as.

Embora esse projeto de extensão tenha cumprido o prazo de desenvolvimento pelo PROEXT/MEC em abril deste ano, o grupo envolvido decidiu que ele deve continuar, devido aos benefícios que tem proporcionado às comunidades alcançadas. Dessa forma, no mês de maio, iniciou-se uma nova etapa do projeto, que agregou outros estudantes de Letras, todos voluntários.

Por fim, espera-se que esse projeto continue sendo uma ferramenta importante no combate à violência contra a mulher e sua conseqüente diminuição, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade livre de qualquer tipo de violência e para que o direito das mulheres a uma vida sem violência seja respeitado.

Referências

- BANDEIRA, L. **Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v24n2/04.pdf>> Acesso em: 15 mar. 2013.
- BARSTED, L. L. A violência contra as mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: UNIFEM. **O progresso das mulheres no Brasil**. Fundação Ford, CEPIA. Brasília: 2006.
- BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011.
- BRASIL. Femicídios: a violência fatal contra a mulher. IPEA, 2013. Disponível em: <http://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia_1.pdf> Acesso em: 26 sep. 2013.
- _____. Presidência da República, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2008.
- _____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011.
- _____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM, 2011a.
- _____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: SPM. 2011b.
- _____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2012.
- CAMPOS, C. H. Lei Maria da Penha: um Novo Desafio Jurídico. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. P. 21-35.
- CORRÊA, L. R. A necessidade de Intervenção Estatal nos Casos de Violência Doméstica e familiar contra a mulher. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2010. p. 51-62.
- FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Violência doméstica e violência de gênero**. Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica>> Acesso em: 04/03/2013.
- GROSSI, M. **Feministas históricas e novas feministas no Brasil**: Sociedade e Estado. UnB, vol. XII, n.2, jul-dez. 1997.
- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. *Percepção da sociedade sobre a violência e assassinato de mulheres*. 2013. Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2013/08/livro_pesquisa_violencia.pdf> Acesso em: 26/02/2013.
- LIBARDONI, A. (Org.). **Direitos Humanos das Mulheres**: em outras palavras. Brasília, AGENDE, 2002.
- PITANGUY, J. **Movimento de Mulheres e Políticas de Gênero no Brasil**. Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, 2002. Disponível em: <<http://www.cepal.org/mujer/proyectos/gobernabilidad/>>

documentos/jpitanguy.pdf> Acesso em: out. 2012.

RAMOS, M. E. C. Violência Intrafamiliar: Desvelando a Face (oculta) das vítimas. In: LIMA, F. R. (Org.). **Violência Doméstica: vulnerabilidades e desafios na intervenção criminal e multidisciplinar**. Ed. Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2010. p. 147-156.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. In: BONETTI, A. L.; ABREU, M. A. (org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011. p.17-42.

RIBEIRO, L. E. G. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, Campus de Luziânia**. UnB, 2013 (Dissertação de mestrado)

SAFFIOTI, H. I. B.; AMEIDA, S. S. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SENADO FEDERAL. **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência contra a Mulher no Brasil: Relatório Final**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/relatorio-final>> Acesso em : 16 ago. 2013.

SUÁREZ, M.; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC/ Editora 34, 2002. p. 295-320.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídios de Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBELA & FLACSO, 2015.



MEDICINA NA COMUNIDADE

Álvaro Ranieri Moreira Costa

Estudante do curso de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop, Instituto de Ciências da Saúde. Av. Alexandre Ferronato, no. 1200, Reserva 35, Setor Industrial, CEP 78550-728; Sinop, MT, Brasil, e-mail: alvaro_thock@hotmail.com.

Andreza Layane Ribeiro Batista

Estudante do curso de Medicina da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop, Instituto de Ciências da Saúde. Av. Alexandre Ferronato, no. 1200, Reserva 35, Setor Industrial, CEP 78550-728; Sinop, MT, Brasil, e-mail: andreza.layane.56@gmail.com.

Pâmela Alegranci

Biomédica, Doutora em Biociências e Biotecnologia aplicadas à Farmácia. Docente da Universidade Federal do Mato Grosso, Campus Universitário de Sinop, Instituto de Ciências da Saúde. Av. Alexandre Ferronato, no. 1200, Reserva 35, Setor Industrial, CEP 78550-728; Sinop, MT, Brasil, e-mail: palegranci@yahoo.com.br.

RESUMO

O projeto Medicina na Comunidade tem como meta principal combater as Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) na população de Sinop, MT, especialmente às cardiovasculares e metabólicas, por meio de ações de promoção à saúde. Portanto, os objetivos do projeto foram avaliar e orientar a população em relação aos fatores de risco cardiovasculares; e realizar a avaliação e orientação nutricional. Em sua segunda edição, o projeto atendeu os servidores municipais das Unidades Básicas de Saúde de Sinop, Mato Grosso, onde observou-se que a maioria dos participantes estavam com a relação cintura-quadril alterada, assim como o IMC, evidenciando o risco de desenvolverem DCNT, além da grande maioria apresentar uma alimentação não balanceada de acordo com o Ministério da Saúde. Assim, a partir dos resultados observados o grupo de extensão realizou um trabalho de promoção da saúde através de palestras. No geral, após a palestra de hábitos alimentares, os servidores que apresentaram IMC alterado demonstraram interesse em mudar a alimentação e realizar algum tipo de atividade física.

Palavras-chave: educação em saúde, doenças crônicas, alimentação

RESUMEN

El proyecto Medicina en la Comunidad tiene como propósito la lucha contra las enfermedades crónicas no transmisibles (ECNT) en la población de Sinop, MT, especialmente las enfermedades cardiovasculares y metabólicas a través de acciones de promoción de la salud. Por lo tanto, los objetivos del proyecto fueron evaluar y orientar a la población en relación a los factores

de riesgo cardiovascular; y llevar a cabo la evaluación y asesoramiento nutricional. En su segunda edición, el proyecto cumplió con los empleados municipales de las Unidades Básicas de Salud de Sinop, Mato Grosso, donde se observó que la mayoría de los participantes presentaron el índice de masa corporal y el índice cintura/cadera cambiados, destacando el riesgo de desarrollar ECNT, además la mayoría tiene una alimentación no balanceada de acuerdo con el Ministerio de Salud. Así, a partir de los resultados observados, el grupo de extensiones, held la promoción de la salud a través de conferencias. En general, después de la conferencia de los hábitos alimentarios, los servidores que habían cambiado el IMC, mostraron interés en cambiar la alimentación y hacer algún tipo de actividad física.

Palabras clave: educación en salud, enfermedades crónicas, alimentación

Introdução

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) possuem as mais variadas etiologias, entre elas, o infarto agudo do miocárdio, o acidente vascular encefálico, o câncer, o diabetes melitus, as doenças respiratórias crônicas e a obesidade. Estas doenças são consideradas as principais causas de morte no mundo, correspondendo a cerca de 63% dos óbitos em 2008 (PAHO, 2015). No Brasil, dados de 2007 mostraram que a taxa de mortalidade por DCNT foi de 540 óbitos por 100 mil habitantes, o que representa 72% de todos os casos de morte (BRASIL, 2014).

As DCNT são resultado da associação de diversos fatores, determinantes sociais e condicionantes, bem como riscos individuais. Nesse contexto, e destacam-se os fatores de risco não modificáveis: sexo, genética e idade; e os fatores de risco modificáveis: tabagismo, alimentação, atividade física e uso de bebidas alcoólicas (DUNCAN, 2012). Ainda no que diz respeito aos fatores de risco, observa-se a hipertensão, a dislipidemia, o sobrepeso, a obesidade e a intolerância à glicose como desfecho intermediário das DCNT (MATOS, 2004).

No Brasil, dados publicados pelo Ministério da Saúde revelam que os níveis de atividade física correspondem apenas à 15% na população adulta. Em relação ao consumo alimentar, apenas 18,2% consomem cinco porções de frutas e hortaliças durante cinco ou mais dias por semana, 34% consomem alimentos com elevado teor de gordura e 28% consomem refrigerantes durante 5 ou mais dias por semana (BRASIL, 2012).

Levando-se em consideração os fatores de risco modificáveis, estratégias podem ser tomadas afim de prevenir a incidência e diminuir a morbimortalidade dos desfechos associados às DCNT. A prática regular de exercícios físicos aliada a uma alimentação saudável e o abandono de hábitos relacionados ao uso de tabaco e bebidas alcoólicas são preconizados para diminuir o risco de futuras complicações (TAVARES, 2014).

O seguimento dos casos e, sobretudo, a prevenção das DCNT estão largamente difundidos na atenção quaternária, e sua prática é mais empregada, no contexto da saúde pública, nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) (BERNARDES, 2015). A equipe multiprofissional de tais UBS deve estar atenta para identificar possíveis fatores de risco na população usuária da rede.

Paradoxalmente, os servidores públicos da saúde, muitas vezes, se encontram em situações inadequadas de alimentação e de hábitos de vida saudáveis, estando, portanto, imersos em fatores de risco para as DCNT (BRANDÃO, 2011). Estudos revelam que nem mesmo o alto nível de instrução parece ter função protetora na adoção de estilos de vida saudável e tampouco a relação profissional com áreas da saúde mudam tais hábitos pessoais (MARTINS, 2010).

Diante dessa situação, o presente projeto acompanhou parâmetros antropométricos e de hábitos alimentares em servidores municipais das Unidades Básicas de Saúde do município de Sinop-MT. Para tanto, os objetivos do projeto foram avaliar e orientar quanto aos fatores de risco cardiovascular e estado nutricional, a fim de interagir o acadêmico do curso de Medicina com ações de prevenção e cuidado à saúde.

Metodologia

O projeto de extensão “Medicina na Comunidade” foi realizado na cidade de Sinop, localizada ao norte do estado de Mato Grosso, a uma distância de 505 km da capital, Cuiabá. Segundo dados de 2015 do IBGE, o município possui uma população estimada de 130.000 habitantes e dispõe de 21 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

As ações extensionistas foram realizadas semanalmente, durante oito meses, em que membros da equipe (docente e discentes) realizaram avaliações e orientações sobre os fatores de risco cardiovascular e avaliação do estado nutricional dos servidores municipais das UBS do município de Sinop (MT), priorizando os agentes comunitários e a equipe técnica. As avaliações foram realizadas com grupos de oito pessoas em cada encontro, totalizando 126 servidores municipais. Os fatores de risco cardiovasculares e os hábitos alimentares foram avaliados através de métodos qualitativos e quantitativos, descritos a seguir:

Questionário

O questionário contou com questões relativas à frequência e quantidade de ingestão dos diversos tipos de alimentos que compõem a dieta brasileira e hábitos no decorrer da refeição (tipo de gordura mais utilizada no preparo dos alimentos, por exemplo), igualmente foi questionado sobre a ingestão de água, de álcool e a prática de atividades físicas. O questionário foi elaborado pela nutricionista Profa. Mrs. Márcia Carolina Siqueira de Paese, de acordo com as orientações do “Guia Alimentar: como ter uma alimentação saudável”, do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014). O encontro para a realização do questionário foi realizado nas sedes das UBS, sem limite de tempo e na presença dos discentes responsáveis.

Medidas Antropométricas e aferição da pressão arterial

Os indivíduos foram pesados em balança digital (Welm, modelo W200) e a altura foi medida por estadiômetro. As medidas de circunferência abdominal (C.A) e de cintura utilizadas para realização do cálculo da relação cintura/quadril foram obtidas a partir de fita métrica inelástica. As circunferências foram realizadas com os funcionários em pé. No caso da C.A., o ponto de referência utilizado localiza-se imediatamente superior a crista íliaca direita em um plano horizontal (NIH,2001). A pressão arterial foi aferida no braço direito de cada indivíduo, na posição sentada, após pelo menos cinco minutos de descanso.

Os resultados das avaliações antropométricas, pressão arterial e hábitos alimentares foram expressos em porcentagem e apresentados na forma de tabelas e gráficos plotados no programa Excel (Microsoft® Office Excel 2013).

Palestras e Feedback

Foram realizadas palestras após a coleta e análise dos dados obtidos no questionário e nas medidas antropométricas. Os palestrantes foram os discentes do quarto semestre do curso de Medicina da UFMT, *Campus* de Sinop, orientados pela docente responsável pelo projeto. As palestras foram direcionadas aos fatores de risco: tabagismo, alimentação, inatividade física e uso abusivo do álcool e o papel destes no desenvolvimento das DCNT, tais como as doenças cardiovasculares.

O *feedback* para a equipe de extensão foi realizado através de um questionário que abordou o projeto no geral e a participação dos acadêmicos, com o intuito de verificar o grau de satisfação dos servidores com o projeto e a atuação da equipe.

Nos resultados foram apresentadas algumas imagens das equipes durante os encontros. Os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido autorizando a sua divulgação.

Resultados

Foram avaliados 126 servidores municipais das UBS, sendo 120 (95,3%) do sexo feminino e 6 (4,7%) do sexo masculino, com idade variando entre 18 e 66 anos, e predomínio da faixa etária entre 26 e 45 anos.

O questionário aplicado revelou que 16,3% dos participantes são tabagistas (FIG. 1A), 57% não consomem bebidas alcoólicas, 14% consomem pelo menos uma vez por semana e 29% esporadicamente, não havendo relato de consumo diário de bebidas alcoólicas (FIG 1B).

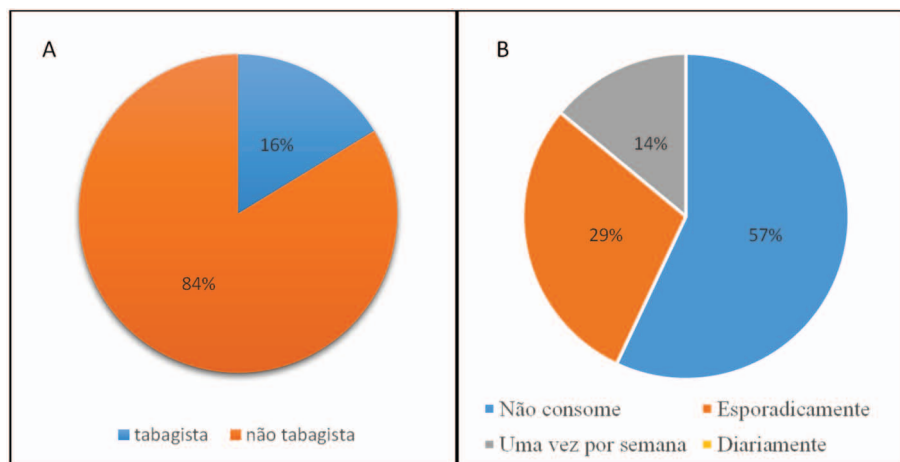


Figura 1:
 Frequência relativa do uso de tabaco dos servidores municipais das UBS. B. Frequência relativa do consumo de bebidas alcoólicas dos servidores municipais das UBS .

Os dados da análise antropométrica e da pressão arterial estão descritos na Tabela 1, onde pode-se evidenciar que 38% servidores municipais estavam com o IMC normal, seguido de 31,8% com sobrepeso e 19,8% com obesidade grau I, sendo maior a frequência de alterações no IMC do sexo feminino.

A distribuição da gordura corporal pode ser aferida de forma simplificada através da relação cintura-quadril. Sabe-se que a alteração nesta relação está associada a morbidade e mortalidade ocasionadas por DCNTs, tais como a hipertensão arterial, as dislipidemias e o diabetes (HEYWARD; STOLARCZYK, 2000). Em relação aos servidores, observamos que a cintura-quadril mostrou risco aumentado em ambos os sexos, sendo que 18,3% apresentaram risco moderado, 25,4% risco alto e 52,4% risco muito alto de desenvolverem complicações cardiovasculares devido ao acúmulo de gordura corporal (Tabela 1).

Tabela 1: Perfil antropométrico e pressão arterial dos servidores municipais das Unidades Básicas de Saúde de Sinop, MT

Indicadores	Masculino (n=6)	Feminino (n=120)	Total (n=126)
	n (%)	n (%)	n (%)
IMC (Kg/m²)			
Baixo peso	1 (16,6)	2 (1,6)	3 (2,4)
Normal	1 (16,6)	47 (39,2)	48 (38)
Sobrepeso	1 (16,6)	39 (32,5)	40 (31,8)
Obesidade grau I	3 (50)	22 (18,3)	25 (19,8)
Obesidade grau II	-	5 (4,2)	5 (4)
Obesidade grau III	-	5 (4,2)	5 (4)
Relação cintura-quadril			
Risco baixo	-	5 (4,2)	5 (4)
Risco moderado	2 (33,3)	21 (17,5)	23 (18,3)
Risco alto	1 (16,7)	31 (25,8)	32 (25,4)
Risco muito alto	3 (50)	63 (52,5)	66 (52,4)
Pressão arterial (mmHg)			
Normotenso	6 (100)	107 (89,2)	113 (89,7)
Hipertenso	-	13 (10,8)	13 (10,3)

Fonte: Própria

O perfil alimentar revelou que 16% dos servidores estão com hábitos alimentares considerados saudáveis, enquanto 74% deve ficar atento com a alimentação e outros hábitos, como atividade física e consumo de líquidos; e 10% apresentou um perfil ruim, com alta ingestão de carboidratos e lipídeos, necessitando mudar os hábitos e realizar atividades físicas (Figura 2). Destes, 60,3% não praticam nenhum tipo de atividade física e 39,7% relataram realizar caminhada, sendo a grande maioria três vezes na semana. Não houve outro tipo de atividade física descrita além da caminhada.

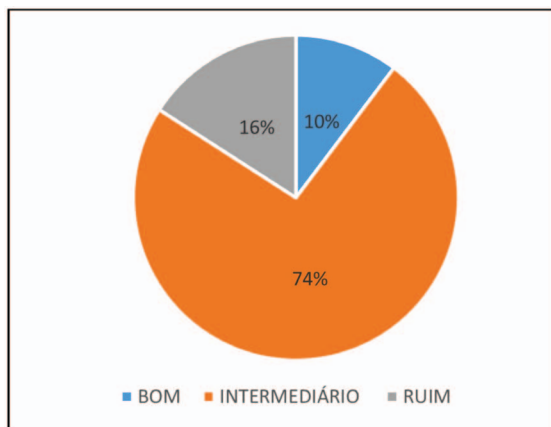


Figura 2:
Perfil alimentar dos servidores das UBS

Fonte: Própria

Em 2011, o Ministério da Saúde lançou o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis no Brasil, 2011-2022, e desde então vem trabalhando para reduzir a mortalidade em todo o país. Além disso, também vem trabalhando para a redução dos fatores de risco, como o consumo do tabaco e o consumo abusivo do álcool, e aumento do consumo de frutas e legumes, aumento dos níveis de atividade física, da cobertura de mamografia e estabilidade na citologia oncótica. Baseado nestes trabalhos do MS, os acadêmicos do quarto semestre do curso de Medicina, realizaram o Projeto de Extensão “Medicina na Comunidade”, que em sua segunda edição, teve como público-alvo os servidores municipais das unidades Básicas de Saúde de Sinop, MT.

Ao contrário do esperado, observamos que a maioria dos servidores estava com a relação cintura-quadril alterada, assim como o IMC, evidenciando o risco de desenvolverem DCNT, além de a grande maioria apresentar uma alimentação intermediária de acordo com o Ministério da Saúde. Assim, a partir dos resultados observados, o grupo de extensão realizou um trabalho de promoção da saúde através de palestras.

Antes da realização das palestras, os servidores receberam seus questionários e foram orientados a observar os resultados antropométricos (IMC e relação cintura-quadril), bem como o resultado da aferição da pressão arterial e da pontuação dos hábitos alimentares. A partir destas observações, eles assistiram às palestras realizadas pelos acadêmicos do curso de Medicina, os quais abordaram os temas que associavam os fatores de risco apresentados pelos grupos de cada UBS para o desenvolvimento de DCNT, hábitos alimentares e a importância da prática de atividades físicas. Algumas imagens das ações estão apresentadas nas Fig. 3 a 5.

No final dos encontros, os servidores responderam a um questionário para avaliar o projeto de extensão, no qual deveriam atribuir notas de 0 a 10 para demonstrar o grau de satisfação com o projeto, 55% deram nota 10, 20% nota 9,0, e 25% nota 8,0. Alguns participantes relataram que foi a primeira vez que um projeto de extensão foi realizado com a equipe, pois geralmente o atendimento é a comunidade em geral, e isto foi importante, uma vez que tiveram um momento para ‘prestar atenção’ na própria saúde, pois mesmo trabalhando nas UBS, não se atentam à sua própria qualidade de vida e aos fatores de risco que acabam desenvolvendo no dia-a-dia.



Figura 3:
Aferição da pressão
arterial de uma
servidora municipal
da UBS.

Fonte: Própria



Figura 4:
Grupo de servidores
municipais de uma
UBS respondendo o
questionário sobre
hábitos alimentares

Fonte: Própria



Figura 5:
Acadêmico realizando palestra sobre fatores de riscos para o desenvolvimento de DCNT com um grupo de servidores
Fonte: Própria

Dentre as equipes, uma enfermeira, dentre os servidores que apresentaram sobrepeso e obesidade, propôs a realização de caminhada por, pelo menos três vezes na semana, e ficou responsável por acompanhar a sua equipe por seis meses e verificar se conseguiram perder peso. No geral, após a palestra de hábitos alimentares, os servidores que apresentaram IMC alterado, demonstraram interesse em mudar a alimentação e realizar algum tipo de atividade física.

Considerações finais

O projeto de extensão “Medicina na Comunidade”, no seu segundo ano, contemplou 126 servidores municipais das UBS de Sinop-MT, contando com a participação de acadêmicos do curso de medicina (voluntários e bolsistas), bem como de docentes do curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* de Sinop.

Foi observado que os servidores, em sua grande maioria, relatavam que, apesar de estarem imersos no contexto da saúde pública, muitas vezes negligenciam a própria saúde. Os dados antropométricos, através da relação cintura-quadril, revelaram risco de desenvolvimento de doenças cardiovasculares, além de serem observados casos de hipertensão e obesidade entre os servidores. O *feedback* do projeto realizado pelos participantes demonstrou que os objetivos foram alcançados, uma vez que os servidores iniciaram mudanças no estilo e hábitos de vida.

É válido ressaltar que cada Unidade Básica de Saúde visitada possuiu suas especificidades e individualidades, fazendo com que os discentes tivessem que compreendê-las para assegurar a vivência pessoal e profissional agregada pelo projeto, complementando o aprendizado dos acadêmicos, e fazendo jus à proposta do projeto de extensão.

O projeto contribuiu para a formação dos bolsistas, acadêmicos do curso de Medicina, uma vez que colocaram em prática a medicina preventiva, tiveram a oportunidade de associar a vigilância em saúde, fomentando-se a prevenção e o cuidado, a fim de minimizar os fatores de risco e as morbidades associadas aos resultados observados através da ação extensionista. Por fim, sob a ótica da prevenção quaternária, o projeto “Medicina na Comunidade”, viabiliza que ações individuais e coletivas sejam tomadas em projetos futuros, com vistas a sanar os problemas de saúde observados entre os servidores, visando um aumento da qualidade e expectativa de vida dos participantes através de práticas na promoção à saúde.

Agradecimentos


Os autores agradecem aos docentes e discentes que participaram voluntariamente deste projeto de extensão, auxiliando na realização das avaliações antropométricas.

Referências

- BERNARDES, L.E.; VIEIRA, E.E.S.; LIMA, L.H.O.; CARVALHO, G.C.N.; SILVA, A.R.V. Fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis em universitários. *Cienc. Cuid. Saude*, n.14, v.2, p.1122-1128, 2015.
- BRANDÃO, M.P.; PIMENTEL, F.L.; CARDOSO, M.F. Impact of academic exposure on health status of university students. *Rev Saude Publica*, n.45, v.1, p.49-58, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portal da Saúde do SUS. Vigilância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis. 2014. Disponível em: <portalsaude.saude.gov.br>. Acesso em: 02 Abril 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. *Saúde Brasil 2011. Uma análise da situação de saúde e a vigilância da saúde da mulher*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012, 444p.
- DUCAN, B.B.; CHOR, D.; AQUINO, E.M.L.; BENSENOR, I.M, MILL JG, SCHMIDT MI, LOTUFO PA et al. Doenças crônicas não transmissíveis no brasil: prioridade para enfrentamento e investigação. *Rev Saúde Pública*, n.46, p.126-134, 2012.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. 2014. Disponível em: <idades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php? codmun=510790>. Acesso em 03 abr. 2015.
- MARTINS, M.C.C.; RICARTE, I.F.; ROCHA, C.H.L.; MAIA, R.B.; SILVA, V.B.; VERAS, A.B. et al. Pressão Arterial, Excesso de Peso e Nível de Atividade Física em Estudantes de Universidade Pública. *Arq. Bras. Cardiol.*, n.95, v.2, p.192-199, 2010.
- MATOS, M.F.D.; SILVA, N.A.S.; PIMENTA, A.J.M.; CUNHA, A.J.L.A. Prevalência dos fatores de risco para doença cardiovascular em funcionários do centro de pesquisas da Petrobrás. *Arq. Bras. Cardiol.*, n.82, p.1-4, 2004.
- NIH. National Institutes of Health In: *National Cholesterol Evaluation Program*. Third report of Expert Panel on detection, evaluation and treatment of highblood cholesterol in adults (adult treatment part III). 2001. Disponível em: <http://nhlbi.nih.gov/guidelines/cholesterol/at.glance.htm.>. Acesso em 12 mar 2015.

PAHO, Organização Pan-Americana de Saúde. Determinantes Sociais e Riscos para a Saúde, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Mental. 2015. Disponível em: < www.paho.org/bra>. Acesso em 03 abr. 2015.

TAVARES RS, SILVA DMGV, SASSO GTMD, PADILHA MICS, SANTOS CRM. Fatores de riscos cardiovasculares: estudo com pessoas hipertensas, de um bairro popular na região amazônica. *Cienc. Cuid. Saude.*, n.13, v. 1, p.4-11, 2014.



FORMAÇÃO DOCENTE COMO PROJETO EXTENSIONISTA: UMA PROPOSTA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DAS MÚLTIPLAS LINGUAGENS PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE JAGUARIAÍVA -PR

**Aline Renée Benigno
dos Santos**

Instituto Federal do Paraná
(IFPR), Professora/Diretora-
Geral do Instituto Federal do
Paraná - Campus Jaguariaíva;
Licenciada em Letras -
Português pela UEPG; Mestre
em Linguística pela UFSC;
aline.renee@ifpr.edu.br.

Adriana Ferreira Gama

Instituto Federal do Paraná
(IFPR) Professora do Instituto
Federal do Paraná - Campus
Jaguariaíva; formada em
Licenciada em Ciências
Biológicas pela UEPG; Mestre
em Educação em Ciências e
Matemática pela UFPR.

RESUMO

Esse trabalho apresenta a execução de um projeto de extensão, realizado no Instituto Federal do Paraná, que trata sobre como se dá a formação continuada para professores no Ensino Fundamental I da Rede Pública de Educação Municipal de Jaguariaíva. E, mais especificamente, mapeia as ações de formação inicial e continuada realizadas pelo Núcleo de Educação e pela Prefeitura da região para esses docentes. Essa formação se deu também por meio de cursos de caráter extensionistas - no formato de oficinas - que envolveram temáticas das diversas áreas do conhecimento por meio do uso de Múltiplas Linguagens. As oficinas de Formação Continuada constituem-se a partir de leituras e discussões sobre como a instituição escolar entende a utilização de Múltiplas Linguagens em sala de aula e constrói, para tanto, espaços de ação e reflexão a respeito desse tema ao estar inserida em uma sociedade midiaticizada. O trabalho se divide em duas partes. Na primeira, detém-se a um processo de cunho qualitativo, o qual tem como estratégia metodológica visitas de campo, aplicação de questionários para os docentes, busca de fontes, registros acerca de realização de formação continuada. Na outra parte, a sugestão e a proposição de possíveis formações, ao longo do ano, que trabalhem o uso das Múltiplas Linguagens no espaço de aprendizagem escolar. Essas formações se deram de forma processual e continuada e os professores da Rede puderam desenvolver, a partir das vivências na formação, outras estratégias teórico-metodológicas possíveis para o ensino com Múltiplas Linguagens no Ensino Fundamental I.

Palavras-chave: Formação Docente. Projeto de Extensão. Processo de Ensino-Aprendizagem. Múltiplas Linguagens.

RESUMEN

Este trabajo presenta la ejecución de un proyecto de extensión, realizado en Instituto Federal de Paraná, que trata de cómo se da la formación continuada para el profesorado de Enseñanza Fundamental I, de la Red Pública de Educación Municipal de Jaguariaíva. Y, más específicamente, mapea las acciones de formación inicial y continuada realizada por el Núcleo de Educación y por el Ayuntamiento de la región para el profesorado. Esta formación se dio también por medio de cursos de carácter extensionista - en forma de talleres - que involucraron temas de las diversas áreas del conocimiento a través del uso de Múltiples Lenguajes. Los talleres de formación continuada se establecieron a partir de lecturas y discusiones sobre como la institución escolar entiende la utilización de Múltiples Lenguajes en el aula y, construye, por lo tanto, espacios de acción y reflexión sobre el tema al estar inserida en una sociedad mediatizada. El trabajo se divide en dos partes. En la primera, se detiene a un proceso de cuño cualitativo, que tiene como estrategias metodológicas visitas de campo, aplicación de cuestionarios para profesores, búsqueda de fuentes, registros sobre la realización de la formación continuada. En la otra parte, la sugerencia y proposición de posibles formaciones, a lo largo del año, que trabajen el uso de Múltiples Lenguajes en el espacio de aprendizaje escolar. Estas formaciones se dieron de manera procesual y continuada y los profesores de la Red pudieron desarrollar, a partir de las vivencias en la formación, otras estrategias teórico-metodológicas posibles para la enseñanza con Múltiples Lenguajes en el Fundamental I.

Palabras clave: Proyecto de Extensión. Formación de Profesores. Múltiples Lenguajes.

Introdução

Este artigo apresenta o projeto de extensão “Formação Continuada para professores da Rede Municipal de Ensino de Jaguariaíva – Ensino Fundamental I: Múltiplas Linguagens e suas práticas”, realizado no Instituto Federal do Paraná (IFPR), no ano de 2014, considerando a importância da Formação Inicial e Continuada de Professores nas diversas áreas do conhecimento. Essa formação utilizou as Múltiplas Linguagens² como ferramenta metodológica para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, propondo práticas de ensino compatíveis com a realidade social dos estudantes.

A extensão teve como objetivo geral a promoção de um repensar/atualização para o trabalho com Múltiplas Linguagens para professores da Rede Pública de Ensino, com vistas à melhoria do desempenho profissional enquanto docente. Uma das discussões propostas para a extensão foi a ampliação de ecossistemas comunicativos na Rede Pública de Educação do município de Jaguariaíva, a partir da apresentação de métodos e das diferentes concepções teóricas acerca das Múltiplas Linguagens como fenômeno psicológico, educacional, social, cultural, político e ideológico.

A Realização Da Pesquisa Antecedente Ao Projeto Extensionista

Durante os anos de 2012 e 2013 fez-se um projeto de pesquisa buscando identificar as reais necessidades de realizar a formação inicial e continuada de professores nas regiões em que o IFPR

está instalado. Na pesquisa, identificou-se que as escolas municipais realizam, com a contribuição de suas respectivas prefeituras, algum tipo de formação em época da Semana Pedagógica. Essas ações, muitas vezes, não correspondem às expectativas da equipe pedagógica e da equipe de ensino.

Por esse motivo, pretendeu-se, para o projeto de extensão, propor uma formação docente que atendesse às demandas da comunidade local, principalmente respeitando o Projeto Político Pedagógico das escolas. Essa proposta levaria a uma compreensão e criação de ações que visassem aliar qualidade acadêmica ao compromisso social, ofertando momentos de formação capazes de promover a democratização e a interiorização do uso das Múltiplas Linguagens no primeiro ciclo de aprendizagem dos estudantes.

Moran (2003) afirma que qualquer cultura ou sociedade deve preocupar-se com o conhecimento humano, seus dispositivos, suas enfermidades, suas dificuldades, suas tendências ao erro e à ilusão. A atualidade educacional passa por transformações. E o momento é de adaptação, sobretudo, no que tange à utilização de Múltiplas Linguagens. Estas são instrumentos que integram socialmente os sujeitos, fazem com que estes se expressem de forma mais ampla e criativa e oportunizam uma relação direta com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)³. As Múltiplas Linguagens facilitam o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes, porque esses descobrem, por meio dessas ferramentas, um grande atrativo e estímulo para aprender (BUZEN, 2013).

As significativas transformações que vêm ocorrendo nessa sociedade contemporânea, no mundo de trabalho e nas condições da vida profissional, orientam que uma concepção de atualização do ensino de Múltiplas Linguagens e suas práticas ponha em destaque a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas. Conforme Marcuschi (2013, p.8, grifos da autora), “as práticas escolares, as políticas públicas e as questões de pesquisa próprias para a formação de professores possibilita contextualizar a pertinência ‘entre os muros’ e para ‘além dos muros’ da escola”. Existe um caráter inovador no trabalho com as Múltiplas Linguagens em sala de aula e nas práticas pedagógicas. E os profissionais que investirem nesse trabalho criarão possibilidades de ampliação de seus ‘repertórios didáticos’ (grifo nosso).

Essa constatação, por si só, justificou a relevância da oferta desse tipo de formação, disponibilizando aos professores novas propostas de trabalho com as Múltiplas Linguagens. De acordo com a mesma autora (2013), primeiramente, esse tipo de trabalho tem um caráter inovador e plural no que tange às propostas de trabalho que serão introduzidas pelos formadores, de significado relevante para a escola em questão que, situando-se num contexto sócio-histórico, mostra-se atenta a seu tempo; outra colocação é que esse tipo de formação antecipa a responsabilidade e o comprometimento da formação com o saber pedagógico, sobretudo considerando-se os diversos e grandes desafios pelos quais passam a educação na contemporaneidade.

Para Tardiff (2013, p. 125), “ensinar é perseguir fins, finalidades. Em linhas gerais, pode-se dizer que ensinar é empregar determinados meios para atingir certas finalidades”. O autor (2013) afirma ainda que aquilo que se chama de trabalho pedagógico ou de técnicas pedagógicas, não tem relevância se não estiver apoiado no processo concreto de trabalho dos professores. As práticas pedagógicas são ações que pretendem atingir objetivos no âmbito das interações educativas com os estudantes.

Formação Docente em Múltiplas Linguagens

A interdisciplinaridade para despertar potencial de aprendizagem

A interdisciplinaridade, no Projeto de Extensão, surgiu como forma de despertar o potencial existente entre o domínio dos conhecimentos ditos disciplinares e uma infinidade de outras possibilidades na realidade dos sujeitos. O processo de aprendizagem interdisciplinar integra as disciplinas a partir de fatores que agem sobre a realidade, trabalhando as linguagens necessárias na constituição do conhecimento, da interação, da comunicação.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se mantêm as especificidades de cada área, contempla-se o movimento entre elas, valorizando esse espaço como solo fértil entre as diversas áreas do conhecimento: linguagens; ciências humanas; ciências naturais; matemática; arte; e tecnologia, buscando a superação do conhecimento tido como estanque, dando vazão a contextualização e a correlação. Nesse sentido, unir profissionais de diferentes formações em um mesmo projeto foi uma experiência de materialização da construção de um processo dialógico e inovador para os docentes envolvidos. As perspectivas se ampliam e se desmembram de suas especificidades, sem perder suas características peculiares.

Para Fazenda (1992, p. 49), “o valor e a aplicabilidade da Interdisciplinaridade, portanto, podem-se verificar tanto na formação geral, profissional, de pesquisadores, como meio de superar a dicotomia ensino-pesquisa e como forma de permitir uma educação permanente”.

Dessa forma, a interdisciplinaridade se concretiza por meio de como o professor pode ver e sentir o mundo ao seu redor. A capacidade de analisar as relações existentes no processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, as dimensões sociais e culturais dos indivíduos.

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no trabalho com múltiplas linguagens

Qualquer discussão sobre o trabalho com Múltiplas Linguagens imediatamente remete a temáticas inerentes a novas práticas de ensino. Entretanto, antes de se falar sobre novas práticas docentes, faz-se necessário pensar ‘o que é ensinar’, até mesmo por uma questão conceitual, já que muitos discutem se de fato “*alguém ensina algo a outro alguém* ou se é *esse outro alguém que aprende alguma por si só*” (FREIRE, 1996, p. 58, grifo nosso) contando apenas com a interferência daquele primeiro “alguém”. Entretanto, não se pode diminuir o papel de cada um no processo de ensino-aprendizagem. O estudante aprende algo que é ensinado com o professor e este aprende algo com aquele.

A principal função da escola é a de educar e, em um país dito democrático, educar a todos da mesma maneira. No desenvolver as Múltiplas Linguagens, a mesma modalidade, é além e acima de tudo, oportunizar iguais chances de sucesso social. A partir deste princípio, o papel da escola deve ser democrático e igualitário,. Todos os alunos que ingressam em uma escola, pública ou privada, devem obter o mesmo desenvolvimento cognitivo, em condições de igualdade, para que assim possa depender apenas de seu esforço para realizações futuras (SAVIANI, 2012).

Essa realidade, infelizmente, não acontece e está distante de acontecer, pois o ensino no Brasil ainda funciona como um instrumento de dominação, de forma que ainda é possível se falar em escola de ricos, escola de periferia etc., e saber que não estamos apenas fazendo referência à sua localização espacial, mas, principalmente, às diferenças estruturais e sociais que as moldam.

Exceções existem, que devem ser lembradas e que normalmente são frutos de alguma iniciativa individual, de um acaso e não como o resultado de um grande projeto social.

É oportuno verificar que o problema não está na delimitação do objeto de ensino, mas na forma como este objeto é abordado. O trabalho com Múltiplas Linguagens deve ser uma forma de complementação do conhecimento em que o estudante traz de casa e não uma forma de oposição entre disciplinas. Da mesma forma, o ensino por meio das Múltiplas Linguagens deve privilegiar o desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas os aspectos técnicos no processo de ensino-aprendizagem. Esta problemática, muitas vezes, está no papel do docente, que não está preparado para ultrapassar os limites técnicos do conhecimento. Por essas questões é que se fez relevante o desenvolvimento de um projeto de extensão que investisse nesse tipo de formação.

A relevância desse trabalho se deu por evidenciar a importância de que as Múltiplas Linguagens têm para o desenvolvimento das habilidades de comunicação em ambiente escolar (MARCUSCHI, 2013). Muito também se tem investido para a formação de novos professores para redes públicas de ensino. Por isso pensar em projetos que contribuam com a formação continuada de professores é algo de relevância social, política e cultural.

Existe hoje uma demanda muito grande de professores para determinadas áreas, mas existe também a necessidade de investimentos em formação inicial e continuada, aquela que vai dar condições para o professor se atualizar e se aprofundar, tanto em sua área de conhecimento, quanto em suas práticas pedagógicas em sala de aula. O trabalho com Múltiplas Linguagens, segundo a mesma autora (2013), oportuniza ao docente um olhar amplo sobre o sujeito, criando assim novas possibilidades e desenvolvendo diferentes estratégias no processo de ensino-aprendizagem.

Impacto e transformação para a sociedade pela ação extensionista

O projeto de extensão em formação docente teve também uma grande contribuição para a sociedade local. Essa proposta ofereceu ao docente que atua na rede municipal de ensino opções de atualização do conhecimento e de atuação na educação básica, criando assim oportunidades para aprimoramento das habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho em sala de aula, principalmente nas séries iniciais, dando prioridade também a uma abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno-professor, promovendo articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articular diretamente no fortalecimento da identidade do docente.

Há muito se percebe uma série de políticas públicas para a melhoria da educação no Brasil. E muito também se tem investido para a formação de novos professores para redes públicas de ensino. Por isso um investimento alto se tem feito nos e pelos Institutos Federais para que os mesmos ofertem cursos de Licenciaturas e de Formação Inicial e Continuada de Docentes.

A proposta do projeto de extensão foi ao encontro das demandas locais já expostas em diversas conversas entre o IFPR e a comunidade escolar e teve o aval da prefeitura local para se realizar.

O projeto de extensão “Formação continuada para professores da rede municipal de ensino de Jaguariaíva - Ensino Fundamental II: múltiplas linguagens e suas práticas”

Dos objetivos pretendidos pelo projeto

O projeto promoveu um repensar/atualização para o trabalho com Múltiplas Linguagens para professores do Ensino Fundamental I, com vistas à melhoria do desempenho profissional do docente.

Mais especificamente o trabalho de extensão proporcionou formação continuada para professores do primeiro ciclo da Rede Municipal de Ensino de Jaguariaíva, subsidiada pelas políticas públicas educacionais do município; contribuiu com as ações realizadas pela equipe pedagógica da escola envolvida; possibilitou a ampliação de ecossistemas comunicativos na Rede Pública de Educação do município de Jaguariaíva; apresentou métodos e práticas possíveis para o uso das Múltiplas Linguagens em sala de aula, criando novas possibilidades de ensino-aprendizagem; ampliou diferentes concepções teóricas acerca das Múltiplas Linguagens como fenômeno psicológico, educacional, social, cultural, político e ideológico; e propôs práticas de ensino compatíveis com a realidade social dos estudantes.

Do planejamento e execução das atividades

As professoras coordenadoras do projeto junto às bolsistas⁴ realizaram reuniões quinzenais durante o mês abril de 2014 para a definição dos temas a serem apresentados na Formação, mediante demandas já solicitadas pelas escolas e pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) da cidade de Jaguariaíva. As proponentes fizeram as devidas estruturações do projeto, quanto à programação e atividades a serem desenvolvidas durante o processo, tais como oficinas, seminários, mesas-redondas e Grupos de Trabalhos.

No mês seguinte, as coordenadoras e bolsistas organizaram a logística de realização do projeto: reservas de espaço, ofícios para os professores formadores convidados, compra de passagens e veículos para locomoção dos mesmos. Confecção de pastas personalizadas, com canetas e blocos para que os professores que participassem tivessem onde fazer suas anotações; elaboraram os certificados de participação, dentre outras atividades. Nesse momento da logística, estimou-se a presença de aproximadamente 150 professores.

Em outro momento o grupo se reuniu com a Secretária e a Diretora de educação da SMECE para organizarem calendário de execução do projeto e de que forma iria ser feito o trabalho nas escolas.

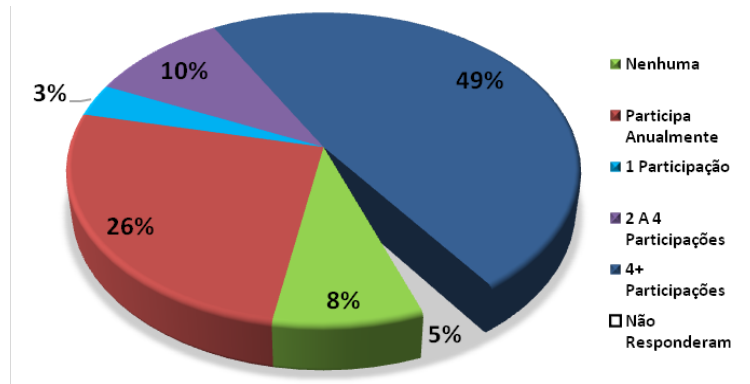
E no planejamento de execução foram realizadas reuniões com as(os) diretoras(es) dessas escolas e dos Centros Municipais de Educação Infantil (CEMEI) para a apresentação do projeto e ainda para participação na Palestra “*Diálogos Sobre a Educação*”, a qual tratava sobre a função e a missão do IFPR - Campus Jaguariaíva no município e região.

Na sequência, o grupo de extensionistas aplicou questionários para os docentes das escolas municipais de Jaguariaíva para saber das necessidades e dos interesses dos docentes em fazerem a Formação. Após obter o resultado das pesquisas, os dados dos questionários foram tabulados por meio de gráficos.

Da apresentação dos dados coletados e resultados positivos na execução do projeto

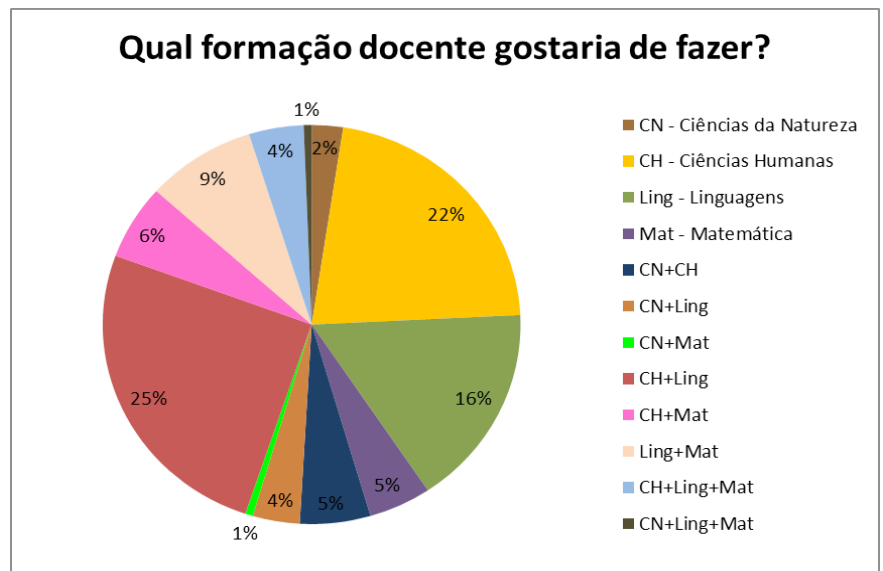
Dos 177 professores pertencentes à Rede Municipal de ensino, 96 % responderam aos questionários. Uma das questões foi sobre a sua participação em formação docente, conforme Gráfico (1). 8% das entrevistadas não participou de nenhuma Formação Docente, 26% participa todo ano e 49% já participaram de mais de 4 Formações.

Figura 1:
Participação em Formação Docente
Fonte: As autoras (2014)



Outra questão foi sobre qual área os docentes gostariam de formação. O gráfico (2a) apresenta que 38% dos professores tem interesse em formação continuada na área de Ciências Humanas (CH); 36%, em Linguagens (LING); 17%, em Matemática (MAT); e 9% em Ciências da Natureza (CN). Com estes dados, ficou evidente que as docentes pesquisadas priorizam as Linguagens em detrimento das Ciências da Natureza. Acredita-se que muito se deve à formação inicial das docentes pesquisadas, conforme o gráfico 2b.

Figura 2a:
Interesse da área para a Formação Docente
Fonte: As autoras (2014)



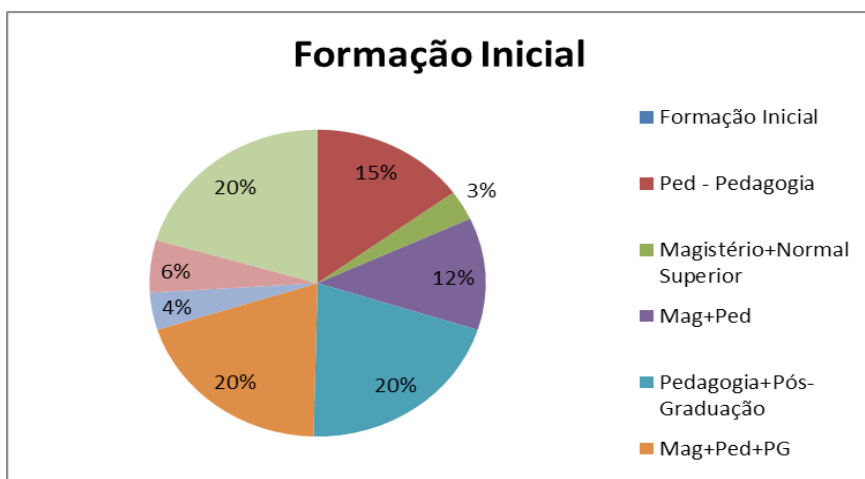


Figura 2b:

Fonte: As autoras (2014)

Outro questionamento foi quanto à metodologia da formação. Dos docentes que responderam ao questionário, a maioria (mais de 95%) sugeriu experimentos, debates, palestras e orientações para aplicação dos conceitos em sala. Esses dados mostram que os professores preferem participar de Formação Continuada que priorize Múltiplas Linguagens, tanto de ações práticas quanto teóricas. Percebe-se que o interesse é na aplicação de metodologias e não em teorias que discutam questões mais profundas acerca dos temas abordados pelas diversas de conhecimento.

Os professores da Rede Municipal de Ensino de Jaguaariáva preencheram as fichas de inscrição, as quais continham as oficinas que seriam ministradas no I Encontro de Formação Docente. As oficinas ofertadas no evento foram: JE: Jogos no Ensino; DE: Design e Educação; CIH: cantarolando e inventando histórias; CM: Contemplando a Matemática em obras de arte; CA: Inspirando construtores do amanhã; ECE: Ensinar Ciência Experimentando; EG: Tecnologia Educacional e Expressão Gráfica; EA: Educação Ambiental e TAN: Conceituando figuras geométricas por meio do Tangran e da natureza, conforme o Gráfico (3).

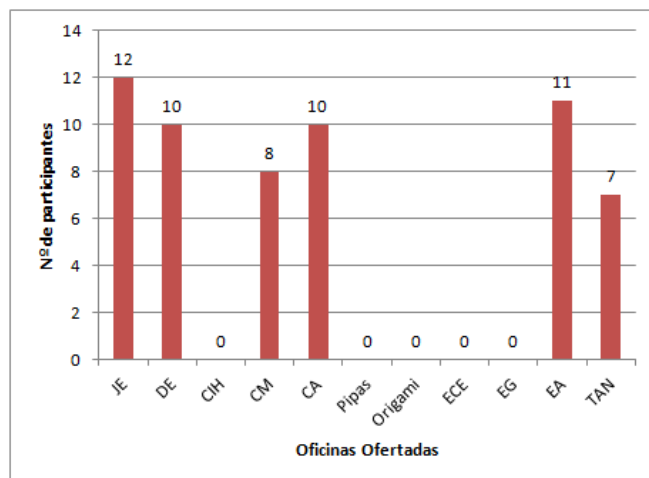


Figura 3:

Inscrições Realizadas para Formação Docente nas oficinas

Fonte: As autoras (2014)

O projeto apresentou alguns dados para uma reflexão acerca da participação de professores em Formação Inicial e Continuada no município de Jaguariáiva. Das 177 professoras cadastradas na Rede, 168 responderam ao questionário. Entretanto, desse número, apenas 19 professoras participaram do I Encontro de Formação Docente. É válido salientar que foram feitas 56 inscrições até a semana anterior à data do evento. Sendo assim, pode-se observar uma grande dificuldade na realização do projeto no que tange ao seu objetivo geral, promover um repensar/atualização para o trabalho com Múltiplas Linguagens para professores da Rede Pública de Ensino, visando a melhoria do desempenho profissional enquanto docente.

A abertura do evento foi uma palestra interativa sobre “A Escola que Queremos”, ministrada pelo Professor José Pacheco, pela manhã. No período da tarde ocorreram as oficinas, as quais tiveram como oficinairos os professores e alunos dos projetos⁵: “As relações interdisciplinares no ensino da expressão gráfica: uma abordagem alternativa no processo ensino-aprendizagem” e “LICENCIAR”. As oficinas foram sobre vários temas, tais como Jogos no Ensino, Oficina de Pipas, Educação Ambiental, dentre outras. Ao término dessas oficinas, os participantes receberam seus certificados.

Para uma terceira etapa do projeto, foi realizada uma avaliação de como a Formação repercutiu entre os participantes e se atendeu às demandas da própria escola e dos professores. O questionário também solicitava que os professores inserissem novas demandas para Formações vindouras.

Os resultados foram positivos para àqueles profissionais que puderam participar da Formação, lembrando que os mesmos desejaram que novas formações fossem realizadas e que projetos como esses deveriam ser aplicados com maior frequência, focando as diversas áreas do conhecimento.

Para a execução do Projeto foram utilizadas sala de aulas, auditório, cadeiras, multimídia, quadro branco, canetas para quadro branco, apagadores, computadores instalados previamente nas salas de aula, veículo para transporte e divulgação da Formação Docente.

O recurso financeiro foi fomento do Edital nº 001/2014 - PROEPI/IFPR, e foi utilizado em custos, tais como alimentação nos dias da Formação, hospedagem e passagens rodoviárias para os professores-convidados, divulgação, elaboração de materiais para apoio técnico.

O grupo (coordenadores, colaboradores e bolsistas) envolvido reuniu-se para delimitar e deliberar as ações a serem realizadas para o I Encontro de Formação Docente, inclusive foram feitas atas das reuniões e anexadas ao relatório final do projeto. Os bolsistas foram orientados a realizarem as avaliações acerca da Formação com os docentes da Rede Municipal de Jaguariáiva e fizeram a análise dos questionários respondidos com esses docentes, e assim puderam publicar os resultados⁶ obtidos.

Das dificuldades encontradas pela execução do projeto

Muitas foram as dificuldades encontradas na execução do projeto. Dentre elas, a não participação da maioria dos professores da Rede Municipal de Ensino. Essa não participação pode ter se dado por alguns dos fatores abaixo apresentados:

- Falta de divulgação, por parte dos diretores das escolas, para com os professores, informando-os sobre o I Encontro de Formação Docente;
- Falta de incentivo dos órgãos envolvidos;
- Baixa participação no I Encontro de Formação Docente;

- Pelo fato de o *Campus Jaguariaíva* estar em fase de implantação teve-se dificuldades com recursos humanos, ou seja, poucos colaboradores no projeto;
- A logística da aplicação da metodologia pode não ter sido tão eficiente.

É mister que para futuras Formações se deve pensar e possibilitar uma maior parceria com a Secretaria de Educação do município envolvido, principalmente no que tange ao apoio e divulgação do Evento.

Seria de suma importância que as prefeituras criassem planos de carreiras que motivassem a progressão funcional desses profissionais por meio das Formações. Dessa forma haveria um maior incentivo e predisposição em participação nesse tipo de ações.

Considerações Finais

Esse trabalho apresentou, de forma breve, a execução de um projeto de extensão realizado no Instituto Federal do Paraná de como ocorreu a Formação Continuada para professores no Ensino Fundamental I da Rede Pública de Educação Municipal de Jaguariaíva. O projeto objetivou mapear as ações de Formação Inicial e Continuada realizadas pela Prefeitura para professores da Rede.

Esse diagnóstico contribuirá em futuras Formações Docentes em Múltiplas Linguagens. A ideia central é sempre a de trabalhar muito mais questões metodológicas práticas do que teóricas. Sabe-se, entretanto, que uma não existe sem a outra e que a reflexão teórica deve ocorrer concomitantemente a todo o processo de Formação Continuada.

As oficinas, proposta metodológica para a execução da Formação, envolvem temáticas das diversas áreas do conhecimento utilizando as Múltiplas Linguagens como ferramentas no processo de ensino-aprendizagem. As oficinas de Formação Continuada sempre se constituíram e devem continuar se constituindo a partir de leituras e discussões sobre como a escola compreende o uso de Múltiplas Linguagens em sala de aula. Essa utilização constrói espaços de ação e reflexão a respeito de diversos temas e áreas.

A metodologia do projeto extensionista foi de natureza aplicada e ocorreu por meio de uma abordagem qualitativa. As estratégias e técnicas metodológicas adotadas para a execução do trabalho partiram de uma reflexão metodológica sobre as práticas docentes, focando o trabalho com Múltiplas Linguagens.

O conhecimento é algo que se constrói a partir das experiências vividas, do aprendizado resultante das dificuldades e das conquistas observadas no cotidiano (HACK, 2004). Para que esse conhecimento esteja acoplado às necessidades e demandas sociais, torna-se indispensável a avaliação permanente e criativa do processo educacional e seus agentes transformadores.

Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998, p.147, grifos dos autores) explicam que para este tipo de pesquisa é necessária uma estruturação prévia que parta de um processo de indução a partir do conhecimento que se tem do contexto e das múltiplas realidades sobre o qual o objeto de estudo está ancorado. Quando se trata, porém, da inserção em um estudo localizado a partir de um novo campo científico como é o uso das Múltiplas Linguagens, essa tarefa torna-se ainda mais difícil por ter como foco final a escola e o processo de ensino-aprendizagem, amplo, heterogêneo e dinâmico.

Para averiguar de que maneira os professores da Rede Pública de Ensino – Ensino Fundamental I - compreendem a importância do trabalho com as Múltiplas Linguagens e

construir os então espaços de ação e reflexão, é preciso adentrar os muros da escola, quebrando estereótipos e barreiras pré-estabelecidas.

A escolha de estabelecer uma visão mais integral da escola pública de ensino fundamental I da cidade de Jaguariaíva e região pode apresentar um olhar crítico acerca das Formações Continuidas executadas pelas instituições. Esse recorte se fez necessário para que o trabalho não perdesse seu objeto primordial, que foi a investigação de como são realizadas essas formações e pudesse, enfim, oferecer novas propostas de Formação, diferentes das habituais.

A extensão promoveu um repensar/atualização para o trabalho com Múltiplas Linguagens para professores da Rede Pública de Ensino, com vistas à melhoria do desempenho profissional docente. Uma das discussões propostas para a extensão foi a ampliação de ecossistemas comunicativos na Rede Pública de Educação do município de Jaguariaíva, a partir da apresentação de métodos e das diferentes concepções teóricas acerca das Múltiplas Linguagens como fenômeno psicológico, educacional, social, cultural, político e ideológico.

Referências

- ALVES-MAZZOTTI, J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- BUZEN, C.; MENDONÇA, M. **Múltiplas linguagens para o Ensino Médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- FAZENDA, I. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1992.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HACK, J. R. **Mediação multimidiática do conhecimento: um repensar do processo comunicacional docente superior**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2004.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MARCUSHI, B. Múltiplas linguagens e suas práticas. In: BUZEN, C.; MENDONÇA, M. **Múltiplas linguagens para o Ensino Médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- TARDIFF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Notas:

- [1] Projeto aprovado pelo Programa de Bolsas de Extensão do Instituto Federal do Paraná EDITAL n° 001/2014 - PROEPI/IFPR, iniciado em março e finalizado em dezembro de 2014, com relatório final entregue em fevereiro de 2015. O projeto foi aprovado e publicado pelas autoras, em formato de Pôster, resumo expandido, no XVII ENDIPE, no ano de 2014.

- [2] Entenda-se por Múltiplas Linguagens: atividades de multimodalidade, gêneros textuais, leituras, teatro, história em quadrinhos, grafite, documentário, telejornal, revistas de divulgação científica, blog, uso de imagens, entre outros. (BUZEN, 2013)
- [3] Entenda-se por “Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação”, a definição enfatizada por Pierre Lévy (1999, p. 17) como “atitude geral frente ao progresso das novas tecnologias, a virtualização da informação que se encontra em andamento e a mutação global da civilização que dela resulta”.
- [4] As bolsistas foram estudantes do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador e vivenciaram a importância da relação entre a pesquisa e extensão, e, principalmente, a necessidade de acompanhar as políticas educacionais que investem na formação docente como forma de melhoria da Educação brasileira. No projeto, pretendeu-se fazer uma integração entre coordenadores, colaboradores e bolsistas. Para tanto, o grupo teve reuniões periódicas para discutir as ações para estruturação e organização da Formação como um todo, desde o seu processo inicial até a entrega do último relatório.
- [5] Projetos desenvolvidos pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).
- [6] Banner dos resultados finais aprovado e apresentado pelas bolsistas no SE2PIN 2015 - Seminário de extensão, Pesquisa e Inovação IFPR.



CINECLUBE RONCADOR - FORTALECENDO O PROTAGONISMO XAVANTE ATRAVÉS DE NARRATIVAS AUDIOVISUAIS

Gilson Moraes da Costa

Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Professor do Curso de Jornalismo. Mestre. Barra do Garças, Avenida Valdon Varjão, nº 6.390. Barra do Garças - Mato Grosso. CEP: 78600-000. Telefones: (66) 81182947 – (66) 92378227. Email: gilcostta@gmail.com

Kariny Ellen Oliveira Rocha

Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Estudante de Jornalismo. Barra do Garças, Avenida Valdon Varjão, nº 6.390. Barra do Garças - Mato Grosso. CEP: 78600-000. Telefones (66) 3402-0700. Email: karinyellenoliveirarocha@gmail.com

Alanna Priscila Alves

Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Universitário do Araguaia, Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Estudante de Jornalismo. Barra do Garças, Avenida Valdon Varjão, nº 6.390. Barra do Garças - Mato Grosso. CEP: 78600-000. Telefones (66) 3402-0700. Email: alannapricilaalves@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho busca refletir sobre a apropriação de tecnologias de produção audiovisual pelos jovens indígenas da aldeia *Namunkurá*, da etnia Xavante, localizada em Barra do Garças - Mato Grosso. Apresenta-se, como hipótese de partida, o entendimento de que a utilização dessas tecnologias pode se constituir como fator favorável à preservação da cultura e da memória dos povos tradicionais. Trata-se de uma ação extensionista ligada aos cursos de Jornalismo e Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso, *campus* universitário do Araguaia, contemplada com o edital do Programa de Extensão Universitária (PROEXT) do Ministério da Educação, no ano de 2015. O projeto realizou um conjunto de oficinas de produção audiovisual e, conjuntamente com os indígenas, produziu dois documentários de curta duração. Como resultado desta experiência, considera-se a mídia indígena como movimento reflexivo da produção audiovisual no bojo das sociedades étnicas, que vem se consolidando a partir da década de 90. Conclui como perceptível o fato de que a capacitação dos jovens indígenas com técnicas de filmagem e edição de vídeo possibilitou a produção de narrativas singulares, desmitificando a imagem do índio genérico, na medida em que os vídeos trouxeram para o primeiro plano a diversidade cultural presente na aldeia.

Palavras chaves: produção audiovisual, mídia indígena, povo Xavante, extensão universitária.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo, reflexionar sobre la apropiación de las tecnologías de producción audiovisual por parte de los jóvenes indígenas de la aldea Namunkurá, de la etnia Xavante, ubicado en Barra do Garças - Mato Grosso. Presenta como una hipótesis a partir de la comprensión de que el uso de estas tecnologías puede constituir un factor favorable para la preservación de la cultura y la memoria de los pueblos tradicionales. Es una acción de extensión vinculados a los cursos de periodismo y geografía de la Universidad Federal de Mato Grosso, campus universitario del Araguaia, galardonado con el anuncio del Programa de Extensión Universitaria (PROEXT) del Ministerio de Educación en el año 2015. El proyecto ha llevado a cabo una serie de talleres de producción audiovisual y, en conjunción con los indígenas, ha producido dos documentales cortos. Como resultado de esta experiencia, considera que los medios de comunicación indígena como el movimiento reflejo de la producción audiovisual en la estela de las sociedades étnicas, que se ha consolidado a partir de los años 90. Llego a la conclusión tan notable el hecho de que la formación de los jóvenes indígenas con técnicas de filmación y edición de vídeo, ha hecho posible la producción de narrativas naturales, desmitificando la imagen del indio generico pues en los videos a primer plano trajo la diversidad cultural presente en la aldea.

Palabras llave: producción audiovisual, minia indígena, Pueblo Xavante, extensión Universitaria.

Introdução

Vamos introduzir esta reflexão, trazendo um breve relato do caderno de campo de um dos extensionistas que participaram do projeto que dá nome a este artigo: *“Era uma sexta-feira como outra qualquer! Mas, na verdade, naquele lugar, isso não importava muito. A festa era comunitária. Todos participavam: crianças, jovens, adultos e também os anciões. O importante era se envolver na ludicidade que o momento proporcionava. Mais ao centro daquele espaço, estava um grupo formado por cerca de 50 jovens, envolvidos em uma espécie de jogo de ‘pega-pega’. As regras não eram muito claras, mas o espetáculo chamava a atenção. O uniforme dos ‘times’ era demarcado pela única peça que vestiam: um calção de náilon, vermelho ou preto. A cor identificava o clã do jogador. As mulheres, acompanhadas das crianças - que estavam em número expressivo - se posicionavam ao redor para organizar a torcida. Era uma sexta feira, mas poderia ser qualquer outro dia. No entanto, o que marcou a singularidade daquela ocasião foi um pequeno grupo com instrumentos de trabalho que tudo registravam: uma câmera, um tripé, um microfone preso a uma vara “boom” e muita curiosidade. Aquela imagem ficou gravada em dois distintos lugares: na memória e também na câmera dos A’uwe Uptabi”*.

Durante o ano de 2015, realizamos um projeto de extensão, vinculado aos cursos de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo e Geografia, da Universidade Federal de Mato Grosso - Campus Universitário do Araguaia, intitulado: *Cineclubes Roncador - Fortalecendo o protagonismo Xavante através de narrativas audiovisuais*. Foi uma temporada de intensa convivência, que proporcionou a toda equipe novas experiências e um novo conjunto de valores para pensar as singularidades da cultura do Povo Xavante. Dentre os principais objetivos do projeto estavam a realização de oficinas de produção audiovisual com jovens da aldea Namunkurá² e a produção de documentários valorizando a participação daquela comunidade. As oficinas de manipulação de câmera consistiram no ensino-aprendizagem das funções e dos

recursos técnicos e tecnológicos das filmadoras, tais como controle de luminosidade, foco, planos, zoom e captação de som. Este processo proporcionou o contato dos indígenas com tecnologias digitais de produção audiovisual e um protagonismo singular ao se apropriarem das tecnologias e construírem as narrativas a partir de seu próprio olhar, materializando o que Daher (2007) denominou de discurso nativo.

Produção audiovisual e mídia indígena

A partir do final da década de oitenta e início dos anos noventa, começam a surgir no Brasil iniciativas por políticas públicas que objetivavam criar mecanismos para que os grupos indígenas pudessem ter acesso a equipamentos de produção audiovisual e, conseqüentemente, fossem sujeitos ativos no registro de suas imagens, seus rituais e suas manifestações culturais, de forma autêntica e autônoma. O cineasta Vicent Carelli foi um dos precursores desse movimento com o projeto *Vídeo nas Aldeias*³. Sua experiência como indigenista levou-o à conclusão de que as narrativas produzidas por não índios eram, quase sempre, contaminadas por uma forte influência cultural externa. A partir desta constatação, ele iniciou um longo trabalho com ações que ensinavam aos povos indígenas, de diferentes aldeias, as técnicas de operação de equipamentos de registro e edição de vídeo, de modo que fossem eles mesmos capazes de produzir as suas imagens. Considerando as diversas iniciativas deste gênero, estima-se que já foram produzidos mais de 70 filmes indígenas, entre longas, médias e curta-metragens.

Historicamente, as produções realizadas pelos povos indígenas, no plano das representações cinematográficas, constituem-se como instrumento de autorrepresentação, luta e reconhecimento (por meio de suas obras), mas também como acesso a bens culturais (em específico do campo audiovisual). Nesta perspectiva, dialogamos com as proposições de Martin-Barbero (2004), ao defender que esses processos de comunicação podem ser percebidos, ao mesmo tempo, como uma forma de ameaça à sobrevivência de suas culturas e como uma possibilidade de romper com a exclusão, como uma experiência de interação que, se comporta risco, também abre novas figuras de futuro, “pois há nestas comunidades menos complacência nostálgica para com as tradições e maior consciência da indispensável reelaboração simbólica que exige a construção do futuro» (MARTIN-BARBERO, 2004, p.64).

Em se tratando da conjuntura específica do Brasil, Russo (2007) argumenta que desde o final da década de oitenta e início dos anos noventa, com o fim da ditadura militar e em um contexto de luta por direitos humanos e democratização dos meios de comunicação, diferentes povos indígenas brasileiros tiveram acesso à tecnologia audiovisual. A autora lembra, ainda, que «a partir da intervenção de universidades, ONGs, antropólogos ou por iniciativa das próprias comunidades, câmeras de vídeo foram utilizadas por lideranças indígenas em variados contextos» (RUSSO, 2007).

A pesquisadora Faye Ginsburg (1994) constatou que a apropriação da tecnologia audiovisual pelos povos indígenas acontece, geralmente, no contexto de movimentos de autodeterminação e resistência, ressaltando que o emprego de câmeras de vídeo tende a ser usado para afirmar e conservar a identidade. Em um número considerável de casos, o material filmado trata tanto da documentação de conflitos e reivindicações com a sociedade nacional, quanto do registro da cultura tradicional (GINSBURG, 1994).

Para Gallois e Carelli (1995), o vídeo representa, de forma muito significativa, um instrumento de comunicação e um veículo de informação apropriado ao intercâmbio entre grupos, que

não só mantém tradições culturais diversas, mas desenvolve formas de relação com as culturas dos não índios de forma diferenciada (GALLOIS e CARELLI, 1995, p.62). Os autores constataram ainda que os registros em vídeos quando colocados sobre o domínio dos indígenas são principalmente utilizados em duas direções complementares: para preservar manifestações culturais próprias de cada etnia selecionando aquelas que desejam transmitir às futuras gerações e difundir entre aldeias e povos diferentes; bem como para testemunhar e divulgar ações empreendidas por cada comunidade para recuperar seus direitos territoriais e impor suas reivindicações.

Outra importante discussão que circunda esta temática é aquela que trata do viés autoral na perspectiva de obras produzidas por índios e não-índios. Tal reflexão parte do princípio de que o repertório cultural de um vídeo realizado por um grupo indígena não é o mesmo de um realizado por não indígenas, influenciando consideravelmente as estratégias no processo de produção.

Neste sentido, Daher (2007) argumenta que quando realiza um filme, o cinegrafista indígena valoriza “uma visão nativa da cultura”, portanto o “discurso nativo” está situado num sistema de relações que fixa os sentidos possíveis desse discurso. Continua a autora:

[...] entretanto, quando o índio volta o olhar a si próprio e aos seus, por meio das imagens captadas pela câmera, dá-se um movimento concêntrico que possibilita ver sua cultura de uma perspectiva distanciada, pois ele passa a ser o outro de si mesmo. É a reflexividade que as imagens proporcionam, por meio da linguagem audiovisual, que permite ao indígena dialogar com sua própria cultura, descobrindo novas maneiras de “ser e estar”, além de comunicar-se de forma mais eficaz com seu próprio grupo ou grupos externos, sejam eles indígenas ou a sociedade dominante. (DAHER, 2007, p.75).

Considerando as produções audiovisuais contemporâneas, protagonizadas por indígenas, os autores Shohat e Stam (2006) denominam de “mídia indígena” o fenômeno de apropriação e emprego da tecnologia audiovisual para os propósitos culturais e políticos dos povos nativos. Nesta perspectiva, consideramos pertinente o conceito de *democracia audiovisual*, desenvolvido por Canclini (1997), que argumenta que a mídia - e, em nosso caso específico, a mídia indígena - exerce o papel de mediadora das interações coletivas e amplia o ângulo de representação dos grupos e costumes existentes no seio cultural.

Uma reflexão sobre a produção de vídeo na aldeia Namunkurá

“A gente só fazia foto, quando a equipe chegou, fiquei com vergonha de perguntar. Eu mesmo fiz a oficina pra filmar, por isso eu vou tentar e vou conseguir e vai ficar correto com filmadora” (ABEL TSIWARI)⁴.

Mato Grosso é o quinto estado brasileiro em número de populações indígenas. São aproximadamente 25 mil indivíduos, de 35 povos, divididos em 56 áreas com diversos graus de regularização fundiária, totalizando 12 milhões de hectares (mais ou menos 12% da área total do estado). No município de Barra do Garças, estão localizadas duas Terras Indígenas (TI): a de São Marcos, do povo Xavante e a de Meruri, do povo Bororo. Segundo dados do portal do Instituto Socioambiental, vivem na terra indígena São Marcos 2900 indígenas, distribuídos em cerca de 50 aldeias (ISA, 2014). Dentre elas, destacam-se as aldeias São Marcos e Namunkurá, que dispõem de postos de saúde indígena, vinculados à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e fazem parte, como todas as outras Terras Indígenas Xavante, do Território Etnoeducacional (TEE) A'uwẽ Uptabi.

Apesar das mudanças ocorridas nas últimas décadas nos costumes e rituais tradicionais dos indígenas desta região, ocasionados, dentre outros fatores, pela forte presença dos padres salesianos, pelas diversas formas de contato com os não índios e o fato de viverem em um território delimitado (LEWIS, 1984), muitos dos costumes, rituais e festas Xavante mantiveram-se vivos e outros foram retomados nos últimos anos. Os indígenas Xavante continuam a usar cabelos longos, a furar os lóbulos das orelhas dos rapazes na época da iniciação, a realizar competições como a corrida de tora e a festa da imposição do nome. “Os Xavante têm orgulho de seus usos e costumes, cultivando-os com grande carinho. Assim, conservam o melhor de sua cultura”, destaca Giaccaria (2000).

Figura 1:
Localização das aldeias visitadas durante a realização do projeto
Ilustração: Brás Rubson



Antes da execução das oficinas, os participantes do projeto visitaram três aldeias, sendo uma delas da etnia Bororo - Aldeia Meruri - e duas da etnia Xavante - São Marcos e Namukurá (ver figura 01). A partir destes primeiros contatos, foi possível considerar que, para a realização desta etapa do projeto, a melhor opção seria a Aldeia Namukurá. Como justificava para esta opção, podemos citar alguns pontos que contribuíram favoravelmente: a) a demonstração de interesse por parte daquela comunidade que pôde ser observada desde a primeira visita da equipe, ainda em 2014; b) a estrutura oferecida como contrapartida (a comunidade tem uma escola com estrutura básica, mas que contemplava as necessidades do projeto) e, c) a aceitação do projeto, por parte dos anciões⁵.

Durante o trabalho de campo, foram realizadas reuniões com as lideranças na tentativa de tornar as práticas uma intensa “negociação intercultural” entre a equipe, os jovens e os anciões, compartilhando informações sobre o projeto e também sobre o envolvimento da comunidade.

Inicialmente, os jovens participaram da oficina sobre direção de câmera e desenvolvimento de roteiro, com o intuito de que entendessem a sua importância e tivessem um parâmetro para

planejar a produção de um vídeo, cujo roteiro e produção seriam realizados em conjunto com a equipe.

As oficinas foram divididas em duas partes: a primeira consistiu em um processo de conceituação e aproximação dos participantes à linguagem do audiovisual, apresentando as primeiras noções da constituição da imagem no vídeo. Outro tópico importante foi a discussão sobre a elaboração de um guia de filmagem ou - conforme denominamos tradicionalmente - do roteiro. Depois de certo amadurecimento quanto a estas questões conceituais, trabalhamos as técnicas de manipulação da câmera de vídeo, que consistiram no ensino das funções e dos recursos técnicos e tecnológicos das filmadoras, tais como controle de luminosidade, foco, planos, zoom e captação de som. Elaboramos algumas dinâmicas de ensaio, em que eles optaram por gravar uma dança típica dos Xavante.



Figura 2:
Prática de câmera durante realização das oficinas.

O trabalho seguiu as etapas comumente empreendidas no processo de produção audiovisual: **pré-produção:** foi a fase inicial da criação do vídeo, em que além de desenvolvermos a ideia, foram destacados os detalhes da história (roteiro) e realizada a preparação de todo o material que seria utilizado nas demais etapas; também discutimos a escolha do local, dos personagens e dos equipamentos que seriam utilizados, ou seja: realizou-se o planejamento da execução das tarefas; **produção:** fase na qual realizamos as gravações e captações de imagens; a ideia era colocar em prática o que estava previsto no roteiro, empreendendo a sua execução e a solução das demandas **técnicas, criativas e operacionais** requeridas na execução; **pós-produção:** constituiu-se com a finalização na ilha de edição. A partir do roteiro criado, a edição organizou diversos elementos como locução, trilhas sonoras, artes gráficas e imagens para a finalização do filme. Foi uma etapa altamente criativa que exigiu um bom entrosamento das equipes.

Partindo do desafio de contar suas próprias histórias, os participantes da oficina foram divididos em duas turmas. *A priori, não foi estabelecido nenhum critério sobre o tema a ser*

desenvolvido, deixando a temática para livre escolha de cada grupo. De forma consensual, foram definidos dois temas: o grupo “A” ficou com o desafio de produzir uma história que abordasse o processo de construção das ocas/casas; optaram por gravar as cenas utilizando câmera na mão, com diferentes variações de enquadramento.



Figura 3:
Membros do Grupo (A)
durante a realização das
filmagens e captação
dos detalhes da
construção de uma oca.

Nas gravações realizadas pelo grupo “B”, foram captados depoimentos de anciões e de outros membros da comunidade, falando, quase sempre, sobre a vida na aldeia. Dessa forma, optou-se por gravar um conjunto de depoimentos e imagens que demonstrassem aspectos da cultura e dos seus artesanatos, com destaque para o conhecimento tradicional da comunidade. O grupo realizou filmagens utilizando a câmera na mão e também com o uso do tripé (principalmente nas ocasiões em que as imagens precisaram de certa estabilidade).



Figura 4:
Membro do Grupo (B)
realizando a entrevista
com uma Piõ (mulher
casada) durante a
realização da Oficina
na aldeia Namunkurá,
a entrevistada explica
sobre a produção
artesanal do baquité.

As diversas fases da vida de um Xavante são definidas em função da sua idade⁶, que compreende a denominação de *Aiuté* (bebê), *Ipredu* (homem maduro) e *ihi* (ancião). Recorrer à figura do ancião para contar a histórias da aldeia foi um dos meios de reforço da cultura Xavante, demonstrando assim respeito à sabedoria dos mais velhos. Dentre os assuntos abordados nos depoimentos dos anciões, ficou claro o reforço da necessidade de perpetuar a história da aldeia – para eles, uma forma de deixar a mensagem na terra após a morte. Além disso, os depoimentos apontavam a necessidade de apropriação das ferramentas de produção audiovisual para contar a vida na aldeia e documentar os rituais e cerimônias com o olhar deles e não do waradzu⁷. Outro ponto destacado em uma das falas foi a falta de incentivo dos jovens (*Ipredupté/danhohui'wa*) em passar os ensinamentos dos mais velhos aos seus afilhados.

Foram entrevistados três anciões e duas mulheres. No caso das mulheres, os depoimentos enfatizavam a importância cultural entorno da prática de confecção do baquitê⁸ e criticavam as interferências negativas que a vida urbana causava na aldeia.

A tradução do material coletado, bem como sua pré-edição, foi realizada na aldeia em conjunto com os participantes da oficina. Para isso, a equipe selecionou os jovens que já tinham alguma familiaridade com o manuseio de computadores. Durante o processo de tradução, alguns termos técnicos sobre a prática de montagem foram discutidos⁹.



Figura 5:
Participantes da oficina de produção durante a etapa de pós-produção realizando a visualização do material captado.

Didaticamente, as duas equipes mostraram rico universo de imagens e depoimentos que se complementam para mostrar como os Xavantes vivem na aldeia, ressaltando suas singularidades e valores culturais.

Resultados e discussão

A proposta das oficinas como parte integrante da pesquisa de campo foi experimentar na prática como pode se constituir o processo de apropriação de ferramentas de produção audiovisual por populações indígenas, neste caso, a partir do envolvimento dos jovens da aldeia Namunkurá. A experiência superou as hipóteses iniciais e demonstrou diferentes percepções na constituição do olhar indígena. Foi possível observar, também, certo deslumbramento com as imagens (muitas vezes, ao se verem no vídeo durante o processo de edição, este deslumbre era traduzido pelas risadas e gargalhadas dos participantes). Outro fator que nos chamou a atenção foi a facilidade que os participantes demonstraram na utilização dos equipamentos, principalmente quando se tratava da câmera filmadora.

Após o processo das oficinas, foi aplicado um questionário com questões semiestruturadas, para que fosse possível mapear uma avaliação por parte dos envolvidos. A seguir faremos a análise de alguns trechos que consideramos mais representativos.

É importante observar que eles possuem essa percepção do impacto que a apropriação pode levar para o cotidiano da aldeia, e fica claro nas palavras do indígena Gaspar Waradzere (coordenador da escola da comunidade) que deve existir um limite nesse processo. Desta forma, as repostas dos participantes se completam no que diz respeito às tecnologias; trata-se efetivamente de produzir registros a favor da comunidade. Sobre a importância da capacitação para uso destas tecnologias, ele complementa:

“Eu acho que é fundamental aquilo que estamos aprendendo, o que estamos buscando para trazer para a comunidade. A tecnologia afeta a vida dos que não sabem e não afeta os que sabem” (WARADZERE TSIWARI, 2016)¹⁰.

A dificuldade no acesso aos equipamentos mostra-se o maior desafio ao jovem Xavante. No entanto, faz parte da proposta deste projeto a disponibilização de um kit de equipamentos para a produção audiovisual, contendo filmadora e computador para edição de imagens.

A possibilidade de os sujeitos indígenas apresentarem suas vivências constrói outra visibilidade sobre o modo de vida indígena e gera novas relações entre as comunidades. Além disso, a partir das técnicas apresentadas, é possível fomentar novos tipos de conhecimentos para a manutenção e divulgação da cultura.

“Antigamente, não tinha filme do ritual, aí vai esquecer, por isso nós somos a geração pra filmar, pra gravar, pra deixar a história, que vai passar para outra geração o arquivo, por isso a gente faz o filme pra gravar” (ABEL TSIWARI, 2016).¹¹

A realização dessa ação pode despertar em alguns jovens o espírito de liderança e de interesse em se aprofundarem na área. Durante as oficinas, foi perceptível o espírito de liderança de alguns participantes, que tomaram a frente de seus grupos, explicando para os outros o quanto era importante aprender sobre os equipamentos. Alguns desses jovens, que antes das oficinas haviam tido contato com as ferramentas de produção, demonstraram muita curiosidade sobre as atividades, e uma aptidão natural que, aos olhos da equipe, têm potencial para se tornar futuros cineastas representantes da comunidade.

“Eu sempre tive curiosidade, em primeiro lugar eu tenho curiosidade de aprender as coisas, principalmente os equipamentos. Eu sempre sentava perto de uma senhora da USP que foi na aldeia, ela me ensinou a mexer. Quando comprei o equipamento, ela apareceu lá na aldeia, aí eu acompanhei tudo, eu aprendi através dela, daí eu gostei, sempre levando, tirando foto das paisagens naturais, as árvores, animais e as belezas do campo, isso é para trazer a escola, tirar a foto, aí uma pessoa pergunta: ‘de onde você tirou essa paisagem?’, levar a foto pra escola, pro estudo, para a pesquisa.” (GASPAR WARADZERE TSIWARI, 2016).¹²

Pensando no aprendizado e na experiência dos jovens, há um ponto de vista a ser destacado sobre esse desejo pela produção e pela realização material: o interesse dos jovens em filmar e relatar o cotidiano. Exemplo: foto de uma caça capturada ou da confecção do baquitê; antes mesmo do contato da equipe, essa percepção já era gerada nas fotografias. Eles pensam na produção como um todo, em como esse material será visto pelos outros, pelas próximas gerações, e como esse resultado final serve como pesquisa e como material didático e pedagógico.

Acreditamos que a preocupação dos jovens está, principalmente, ligada ao contexto prático e crítico da produção e do produto final. Prático no sentido da manipulação correta dos equipamentos, e das técnicas empreendidas nas oficinas. Crítica no sentido de produzir um material de qualidade que perpetue para o futuro, tanto para a aldeia como para a preservação dos traços culturais que, para eles é uma forma de manter a memória, através de um processo de resistência cultural.

Referências

- CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1986.
- DAHER, Joseane Zanchi. **Cinema de índio: uma realização dos povos da floresta**. Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Mestre. Curitiba, 2007.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa-ação**. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. 2005.
- GALLOIS, Dominique & CARELLI, Vincent. **Diálogo entre Povos Indígenas: a experiência de Dois Encontros Mediados pelo Vídeo**, em *Revista de Antropologia*, Vol. 38, N° 1. São Paulo: USP, 1995.
- GIACCARIA, B. **Xavante Ano 2000: reflexões pedagógicas e antropológicas**. Campo Grande: Editora UCDB, 2000.
- GIACCARIA, B.; HEIDE, A. **Xavante: A'uwẽ Uptabi, Povo Autêntico**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984 [1972].
- GINSBURG, Faye. **Estética incorporado: Criando um espaço discursivo para Mídia Indígena**. *Antropologia Cultural*, 9: 365382. doi: 10.1525 (1994).

- GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidad deteriorada**. 5. ed. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1993, 172p.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE. 1987. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf>. Acesso em 22 abr. 2016.
- ISA. Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 15 agosto.2014.
- MARTIN-BARBERO, Jesus. **Globalização comunicacional e transformação cultural**, In: MORAES, Dênis (org). **Por uma outra Comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MAYBURY-LEWIS, David. **Sociedade Xavante**. Campinas: Unicamp, 1984.
- MEC. Ministério da Educação. Portaria nº 938 de 13 de julho de 2011. Brasília: MEC, 2011. (Instituição da comissão gestora do Território Etnoeducacional A'uwe Uptabi).
- PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Da observação participante à pesquisa-ação em comunicação: pressupostos epistemológicos e metodológicos**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXVI, 2003, Belo Horizonte.
- RUSSO, Kelly. **Autonomia e Movimentos Indígenas no Brasil: a experiência Xavante na apropriação do recurso audiovisual**. In: Levy, Bettina (Org.). Poder e novas formas democráticas na América Latina e Caribe. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2004.
- SHOAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naif, 2006.
- Silva, S. T. P. da (2007), “História, documentário e exclusão social”, em J. D. Barros (comp.), *Cinema-história: ensaios sobre a relação entre cinema e história*, Laboratório de estudos Sobre Sociedades e Culturas, Rio de Janeiro, pp. 119-162.

Notas:

- [1] Autodenominação Xavante, que em português significa Povo Autêntico.
- [2] A aldeia, da etnia Xavante, está localizada na Terra Indígena São Marcos, nos limites territoriais de Barra do Garças e fica a aproximadamente 160 km da sede do município.
- [3] O projeto “Vídeo nas Aldeias” nasceu em 1987, no Centro de Trabalho Indigenista (CTI), uma organização não-governamental, fundada em 1979, por um grupo de Antropólogos e educadores. O projeto pretendia contribuir, colocando à disposição de povos indígenas a oportunidade de um diálogo adaptado à suas formas de transmissão cultural que capacitou os índios através de oficinas de realização nas aldeias e de oficinas de edição na sede, em São Paulo.
- [4] Depoimento de participante da oficina, realizada durante a etapa de avaliação.
- [5] Como é comum na cultura Xavante, qualquer decisão, antes de ser aceita, deve ser discutida coletivamente no centro da aldeia, em uma reunião que envolve os mais velhos e aqueles que estão diretamente envolvidos no projeto. No caso, além dos anciões, os indígenas professores da Escola Indígena Nanu-mkurá também participaram da reunião (*Warã*).

- [6] As categorias de idade são princípios relevantes e respeitados e caracterizam-se por diversas faixas etárias ao longo do desenvolvimento do indivíduo. Essas categorias definem a participação do elemento nos rituais e no modo que este se relaciona com a aldeia.
- [7] O termo *waradzu* se refere ao homem da cidade em geral, independe da cor da pele, o significado mais correto seria “aquele que não pertence à aldeia”.
- [8] Cestas feitas com folha de buriti, utilizadas para carregar crianças, alimentos, vasilhas, etc.
- [9] Para os indígenas que já tinham alguma afinidade com o uso de computadores, também foram apresentadas noções básicas de edição, com a utilização do software *Adobe Premiere Pro CS6*
- [10] Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.
- [11] Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.
- [12] Entrevista concedida aos membros da equipe durante a permanência na aldeia. O entrevistado foi um jovem indígena participante da pesquisa.

Normas para Submissão de Artigos

Os artigos deverão ser encaminhados para o endereço: codex@ufmt.br a partir da abertura do Edital.

Público

Comunidade acadêmica da Universidade Federal do Mato Grosso e demais Instituições de Ensino Superior.

Objetivos

Divulgação da produção oriunda das ações de extensão desenvolvidas pelas Universidades Públicas, por meio de uma rede ampla e diversificada de atores e instituições sociais. Publicar análises e reflexões referentes às ações de extensão efetivamente realizadas e contribuir para reforçar a tríade indispensável no processo de formação: ensino-pesquisa-extensão.

Normas para Publicação

- Os textos deverão ser redigidos em português e o resumo em português e espanhol e devem seguir as normas da ABNT, conter título e resumo, área temática, título da ação de extensão; Autor, titulação, email e instituição;
- Cada artigo deverá ter, no máximo, 12 (quinze) páginas, incluindo referências bibliográficas, ilustrações, gráficos, mapas e tabelas.
- Os textos deverão ser digitados utilizando-se do Microsoft Word versão 6.0 ou maior; Fonte: Times New Roman, espaçamento 1,5 (um e meio), tamanho 12; Configurações das margens em 2,5 cm para a direita, esquerda, inferior e superior em papel A4;
- Resumo do trabalho, em português e em espanhol de no máximo 300 (trezentas) palavras; Até cinco palavras-chave na língua do artigo português e em espanhol.
- Os trabalhos deverão ser encaminhados com revisão gramatical, nos diferentes níveis: ortográfico, morfológico, sintático e de estilo, no que se refere à qualidade: concisão, precisão e clareza.
- As ilustrações - mapas, tabelas, gráficos e fotografias - (digitalizados com 300 DPI) deverão ser enviados já inclusos no corpo do texto e também em arquivos separados em anexos (extensão TIFF).

Normas para avaliação de artigos

- Os trabalhos encaminhados serão avaliados pelo Conselho Editorial e pelos consultores ad hoc, que poderão sugerir modificações.
- Caberá ao Conselho Editorial a seleção e, caso seja necessário, o encaminhamento de artigos para apreciação da Consultoria Científica ad hoc, composta por profissionais com experiência em Extensão Universitária e especialistas nas áreas temáticas trabalhadas.
- No processo de seleção, além dos critérios gerais para a publicação, serão observados: prioridade do tema, consistência científica, originalidade e atualidade de informação.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Reitora: Maria Lúcia Cavalli Neder

Vice-Reitor: João Carlos de Souza Maia

PRÓ-REITORIA CULTURA, EXTENSÃO E VIVÊNCIA - PROCEV

Pró-Reitor: Fabrício Carvalho

PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - PRAE

Pró-Reitora: Myrian Thereza de Moura Serra

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO - PROEG

Pró-Reitora: Irene Cristina de Mello

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA - PROPeq

Pró-Reitor: Joanis Tilemahos Zervoudakis

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PROPG

Pró-Reitora: Leny Caselli Anzai

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO - PROPLAN

Pró-Reitora: Elisabeth Aparecida Furtado de Mendonça

PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA - PROAD

Pró-Reitora: Valéria Calmon Cerisara

PRÓ-REITORIA CAMPUS ARAGUAIA

Pró-Reitor: José Marques Pessoa

PRÓ-REITORIA CAMPUS RONDONÓPOLIS

Pró-Reitor: Javert Melo Vieira

PRÓ-REITORIA CAMPUS SINOP

Pró-Reitor: Marco Antonio Araújo Pinto

PRÓ-REITORIA CAMPUS VÁRZEA GRANDE

Pró-Reitor: Adnauer Tarquínio Daltro

COORDENAÇÃO DE EXTENSÃO

Campus Cuiabá: Vera Lúcia Bertoline

Campus Rondonópolis: Alcindo Rosa

Campus Sinop: Camila Turini

Campus Araguaia: Anna Maria Penalva Mancini

Supervisão de Extensão

Sandra Jung de Mattos

Equipe de apoio Extensão

Roberto Tadeu Fernandes de Figueiredo

João Batista Vieira Neto

Colaboradores de Extensão

Edilson Freire Rodrigues Junior

Klaus Alfred Zimmermann

Magna Ferreira Bach

Projeto Gráfico e diagramação

Rodrigo Silva

Logomarca

Luzo Reis

Fotografia de capa

Mariana Rampazzo

Fotografia de folha de rosto

Luzo Reis

Revisora

Cláudia Graziano Paes de Barros

Revista Corixo

Publicação Semestral da Universidade
Federal do Mato Grosso

Ano 2 - Nº3 - Dez de 2015

Tiragem: 500 exemplares

ISSN 2359-6961

Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Mato Grosso

Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência

Av. Fernando Correa da Costa, 237, Boa Esperança

78060-900, Cuiabá - MT



UFMT